



Nuno Alexandre Pereira Vilar Correia Morgado

# A política externa da Rússia e as suas implicações na rivalidade geopolítica com os EUA: o caso da Síria

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais: Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento, orientada pela Doutora Vanda Rafaela Amaro Dias e apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra para obtenção do grau de Mestre.

Coimbra, junho de 2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Nuno Alexandre Pereira Vilar Correia Morgado

# A política externa da Rússia e as suas implicações na rivalidade geopolítica com os EUA: o caso da Síria

Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais:

Estudos da Paz, Segurança e Desenvolvimento,

apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de

Coimbra para a obtenção do grau de Mestre

Coimbra, 2018

Orientadora: Doutora Vanda Rafaela Amaro Dias

## Agradecimentos

---

Após 10 meses de pesquisa e escrita, termino, finalmente, a minha dissertação. Foram meses complicados, com altos e baixos, fruto também de situações familiares delicadas, pelo que, por esta altura, me sinto bastante desgastado mentalmente, mas extremamente feliz por ter conseguido alcançar este grande objetivo. Quero, portanto, agradecer a todas as pessoas que me são próximas e que fazem – e fizeram – parte da minha vida, do meu crescimento e do meu dia a dia, bem como às que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização desta dissertação.

Em primeiro lugar, dedico esta dissertação à minha Avó que, infelizmente, faleceu em março deste ano. Sei que, onde quer que esteja, está a zelar por mim e sei que ficaria extremamente orgulhosa do trabalho que realizei. Infelizmente, não viveu tempo suficiente para poder ler esta dissertação;

Em segundo lugar, dedico a dissertação à minha Mãe. Mãe é Mãe! Dedico-lhe tudo, desde que nasci. Agradeço-lhe por toda a educação que sempre me deu. Nunca seria o que sou hoje sem ela. Agradeço-lhe imenso todo o investimento que fez em livros e fotocópias (muitas!) e que tanto contribuíram para a minha investigação;

Em terceiro lugar, dedico a dissertação ao meu Pai. Foi o meu Pai que me introduziu o gosto pela História e pela crítica à hegemonia e ao unilateralismo dos EUA, desde que eu era muito novo. Foi nesse momento que comecei a olhar para o mundo e para ordem internacional de uma outra forma. Agradeço-lhe muito por isso;

Dedico, obviamente, esta dissertação à minha orientadora: Doutora Vanda Amaro Dias. A Doutora Vanda foi indispensável para organizar e estruturar todas as minhas ideias, bem como para o aperfeiçoamento de todos os capítulos, com os comentários que fazia. Foi sempre rápida a responder aos meus e-mails – mesmo no meio de muito trabalho –, pelo que lhe agradeço imenso por ter sido seu orientando e por ter tido o privilégio de ter trabalhado com alguém que possui grandes conhecimentos sobre a Rússia, entre muitos outros assuntos.

Dedico também à Doutora Sofia José Santos, docente do Seminário de Acompanhamento. Agradeço à Doutora Sofia por todos os comentários e sugestões nos momentos de apresentação dos capítulos;

Dedico, igualmente, esta dissertação a todo o corpo docente do Mestrado em Relações Internacionais – Estudos da Paz Segurança e Desenvolvimento, e presto um grande agradecimento pelos muito importantes conhecimentos que me foram transmitidos – e que contribuíram imenso para o meu pensamento crítico sobre vários temas – no âmbito das várias cadeiras que compuseram o ano curricular do Mestrado: um grande obrigado à Doutora Maria Raquel Freire, à Doutora Licínia Simão, à Doutora Paula Lopes, à Doutora Daniela Nascimento e ao Doutor José Pascoal Pereira;

Agradeço à minha amiga Beatriz pela excelente imagem que fez e que é apresentada na capa desta dissertação, bem como pelo apoio que me deu em várias fases de maior stress e tensão durante a escrita desta dissertação, nomeadamente na reta final, onde o desgaste já era enorme;

Por fim, dedico este trabalho aos meus colegas de Mestrado, cujos comentários e observações realizados no âmbito do Seminário de Acompanhamento aos capítulos me foram úteis.



## RESUMO

Vladimir Putin ascendeu em 2000 à presidência da Federação Russa, após uma década conturbada, com a intenção de restaurar o estatuto perdido de grande potência, no seguimento do fim da Guerra Fria e do desmembramento da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). Em pouco tempo, Putin deixou claro que a política externa do Kremlin iria seguir uma postura pragmática e assertiva, para reafirmar a Rússia como ator de destaque dentro da arena internacional. Dentro desta lógica de reconquista de estatuto de grande potência, e através da implementação de uma política externa mais assertiva, Putin procurou desafiar o sistema unipolar americano, estabelecido após o final da Guerra Fria, ao defender o estabelecimento de uma ordem internacional multipolar – onde a Rússia deveria constituir um dos polos de poder mundial –, capaz de conferir maior equilíbrio estratégico ao sistema internacional. Contudo, a tentativa de Moscovo em assumir uma postura mais assertiva no xadrez internacional colidiu várias vezes com os interesses de Washington, contribuindo para a deterioração das relações entre ambos os Estados. Consequentemente, esta dissertação analisa a política externa russa e as respostas que desencadeou na agenda de política externa dos EUA (Estados Unidos da América) entre os anos 2000 e 2017, para demonstrar como as relações entre Moscovo e Washington se tornaram gradualmente mais “*frias*”, culminando num novo clima de Guerra Fria. Com recurso à teoria neorrealista, esta dissertação argumenta que as intervenções militares da Rússia na Geórgia (2008), na Ucrânia (2014) e na Síria (2015) foram uma tentativa de obter poder relativo, ao proteger os seus interesses nacionais, e de manter o equilíbrio estratégico de poder ao nível regional e global. A intervenção militar da Rússia na Síria, – a primeira realizada fora do espaço pós-soviético desde o final da Guerra Fria – em apoio ao regime de Bashar al-Assad, irá constituir o estudo de caso desta dissertação, que argumenta que o conflito se tornou numa guerra periférica entre Moscovo e Washington, refletindo a lógica de jogo de soma zero e sendo, de alguma forma, reminescente do período da Guerra Fria. A polarização do conflito sírio em dois blocos principais, bem como sua crescente dimensão internacional, sugerem o regresso de uma nova competição e rivalidade geopolítica entre Rússia e EUA no Médio Oriente, que desejam um desfecho diferente para uma guerra que permanece ativa desde 2011.

**Palavras-chave:** EUA; Neorrealismo; Nova Guerra Fria; Rússia; Síria

## ABSTRACT

After a troubled decade, Vladimir Putin ascended in 2000 to the presidency of the Russian Federation with the intention to restore its lost great power status, as a consequence of the end of the Cold War and the dismantling of the USSR (Union of Soviet Socialist Republics). Shortly, Putin conferred a pragmatic and assertive tone to Russian foreign policy, as a means to reaffirm Russia as a relevant actor in the international arena. Within this framework of regaining Russia's great power status, and through the conduction of a more assertive foreign policy, Putin also sought to challenge the unipolar American system, established after the end of the Cold War, by defending the importance of a multipolar international order – in which Russia would constitute one of the poles of world power –, capable of giving a greater strategic balance to the international system. However, Moscow's attempts to assume a more assertive stance in the international chess, have collided several times with Washington's interests, contributing to the deterioration of relations between both States. Consequently, this dissertation delves into Russian foreign policy and the responses it triggered in the US (United States) foreign policy agenda between 2000 and 2017, in order to demonstrate how relations between Moscow and Washington have gradually become “*colder*”, culminating into a seemingly New Cold War. Through the lens of neorealism, this dissertation argues that Russia's military interventions in Georgia (2008), in Ukraine (2014) and in Syria (2015) were attempts to obtain relative power by protecting its national interests and to maintain the strategic balance of power on a regional and global level. Russia's military intervention in Syria, – the first conducted outside the post-soviet space since the end of the Cold War – in support of Bashar al-Assad's regime, will constitute the case study of this dissertation, which argues that the conflict has turned into a proxy war between Moscow and Washington, reflecting the logic of a zero-sum game and being, to some extent, reminiscent of the Cold War period. The polarization of the Syrian conflict in two major blocs, as well as its growing international dimension indicates the return of a new geopolitical rivalry and competition in the Middle East between Russia and the US, which desire a different outcome for a war that remains active since 2011.

**Keywords:** Neorealism; New Cold War; Russia; Syria; U.S.





## Lista de acrónimos e abreviaturas

---

ABMT – Anti Ballistic Missile Treaty

CEI – Comunidade de Estados Independentes

CIA – Central Intelligence Agency

DAESH - al-Dawla al-Islamiya fil Iraq wa al-Sham

DFNS – Democratic Federation of Northern Syria

EUA – Estados Unidos da América

FSA – Free Syrian Army

NATO – North Atlantic Treaty Organization

ONU – Organização das Nações Unidas

OPCW – Organization for the Prohibition of Chemical Weapons

OTSC – Organização do Tratado de Segurança Coletiva

PIB – Produto Interno Bruto

PKK – Kurdistan Workers Party

PYD – Democratic Union Party

SAP – State Armament Programme

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute

SOFA – Status of Forces Agreement

SORT – Strategic Offensive Reductions Treaty

START – Strategic Arms Reductions Treaty

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

YPG – People’s Protection Units



Agradecimentos	iii
Resumo	vi
Abstract	vii
Lista de acrónimos e abreviaturas	ix
Introdução	1
1. Enquadramento Teórico	13
1.1. O Neorealismo	13
1.2. O Realismo Ofensivo de John Mearsheimer	16
1.3. A natureza dos sistemas de distribuição de poder internacional como variável para o surgimento de conflitos: a perspetiva neorrealista	19
1.4. Considerações finais	24
2. A Política Externa da Federação Russa desde o ano 2000	27
2.1. Os dois primeiros mandatos de Putin (2000-2008): a consolidação interna	28
2.1.1. O pragmatismo de Vladimir Putin e a implementação da autoridade vertical	29
2.1.2. O Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2000: um guião de atuação	31
2.1.3. O crescimento económico e a modernização das forças armadas (2000-2008)	37
2.2. A sucessão de Putin: a política de continuidade de Dmitry Medvedev (2008-2012)	39
2.2.1. O novo Conceito de Política Externa (2008)	39
2.2.2. <i>State Armament Programme</i> (SAP) 2011-2020: a modernização das forças armadas	40
2.3. O regresso de Putin e a reafirmação da assertividade russa (2012-2018)	41
2.3.1. Energia e economia como plataformas de projeção do poder	41
2.3.2. Os Conceitos de Política Externa de 2013 e 2016	43
2.4. Considerações finais	46
3. A Política Externa dos EUA desde 2000: as relações entre Moscovo e Washington e o ressurgimento de tensões no século XXI	47
3.1. Os mandatos de George W. Bush e a “Guerra ao Terror” (2001-2008)	48
3.1.1. Invasões do Afeganistão (2001) e Iraque (2003)	48
3.1.2. As Estratégias de Segurança Nacional de 2002 e 2006	50

<b>3.2.</b>	<b>A administração de Barack Obama (2009-2016)</b>	<b>52</b>
<b>3.3.</b>	<b>A Presidência de Donald Trump (2016-)</b>	<b>54</b>
<b>3.4.</b>	<b>Relações Rússia-EUA: em direção a uma Nova Guerra Fria</b>	<b>55</b>
3.4.1.	Uma amizade efêmera	55
3.4.2.	O esfriamento das relações entre Moscovo e Washington	57
3.4.3.	A Guerra na Geórgia (2008): uma nova fratura entre Rússia e EUA	58
3.4.4.	Barack Obama: o “reset” nas relações com a Rússia e a crise na Ucrânia	59
3.4.4.1.	Obama tenta uma reaproximação a Moscovo	59
3.4.4.2.	Novas tensões: A crise na Ucrânia (2014)	60
3.4.5.	Donald Trump e as relações com a Rússia em 2017	61
<b>3.5.</b>	<b>Uma Nova Guerra Fria?</b>	<b>62</b>
<b>3.6.</b>	<b>Considerações Finais</b>	<b>66</b>
<b>4.</b>	<b>A Rússia e a região do Norte de África e Médio Oriente</b>	<b>69</b>
<b>4.1.</b>	<b>Interesses estratégicos da Rússia no Médio Oriente</b>	<b>70</b>
<b>4.2.</b>	<b>Intervenção da NATO na Líbia e a posição da Rússia</b>	<b>72</b>
<b>4.3.</b>	<b>Moscovo em busca de parcerias estratégicas no Médio Oriente: a aproximação a Ancara e Teerão</b>	<b>74</b>
4.3.1.	As relações entre Rússia e Turquia	74
4.3.2.	As relações entre Rússia e Irão	76
<b>4.4.</b>	<b>Considerações finais</b>	<b>77</b>
<b>5.</b>	<b>A Guerra na Síria e a nova rivalidade entre Rússia e EUA</b>	<b>79</b>
<b>5.1.</b>	<b>Um conflito complexo: as várias dimensões da Guerra na Síria</b>	<b>81</b>
5.1.1.	A dimensão interna do conflito na Síria	81
5.1.2.	A dimensão regional do conflito na Síria	82
5.1.3.	A dimensão internacional do conflito na Síria	84
<b>5.2.</b>	<b>Guerra na Síria: um sintoma de um clima de Nova Guerra Fria?</b>	<b>88</b>
5.2.1.	As relações Rússia-Síria: uma parceria estratégica no Médio Oriente	88
5.2.1.	A Síria como guerra periférica entre a Rússia e os EUA	90
<b>5.3.</b>	<b>Considerações finais</b>	<b>96</b>
	<b>Conclusões</b>	<b>97</b>
	<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>104</b>

## INTRODUÇÃO

### **Problemática**

A Guerra Fria consistiu num período histórico que moldou a geopolítica mundial durante a segunda metade do século XX. Durante mais de quatro décadas, o sistema internacional encontrou-se dividido em dois grandes blocos, com ambições ideológico-políticas e geoestratégicas antagónicas. O ano de 1991 marcou o seu final (Richard, 2014: 40), com a consequente desfragmentação do bloco soviético e a vitória do capitalismo liberal sobre o comunismo. Assim terminou um período de bipolaridade internacional, ditado pela oposição entre as duas superpotências – os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) – e deu-se início a um novo sistema unipolar, liderado pela nação vencedora da Guerra Fria e única superpotência do sistema internacional: os EUA (Krauthammer, 1991; Wohlforth, 1999; Tomja, 2014). Contudo, a chegada de Vladimir Putin à Presidência da Federação Russa, em 2000, significou uma tentativa de transcender a unipolaridade norte-americana, substituindo-a por uma ordem mundial multipolar, onde a Rússia pudesse recuperar o seu estatuto de grande potência através de uma política externa mais assertiva e pragmática (Zakaurtseva, 2007; Mankoff, 2009; Freire, 2011; Gvosdev e Marsh, 2014).

As intervenções russas na Geórgia (2008) e, principalmente, na Ucrânia (2014) e na Síria (2015) são consideradas por alguns académicos como indicadores concretos da existência de uma política externa mais pró-ativa e assertiva levada a cabo pelo Kremlin (Heine, 2009; Larson e Shevchenko, 2014; Hove, 2017), visto que Moscovo não se coíbe de usar a força militar para manter intactos os seus interesses geopolíticos e geoestratégicos.

Na Síria, a intervenção militar russa pode ser vista como o reflexo do reacendimento do interesse estratégico da Rússia no Médio Oriente, iniciado com a chegada de Vladimir Putin, após um período de ausência geoestratégica daquela zona, devido à dissolução do bloco soviético (Borshchevskaya, 2017; Casula e Katz, 2018). Moscovo pretende, assim, reconquistar a sua influência estratégica na região, a partir do restauro do estatuto russo como grande potência mundial, assumindo-se como um competidor dos EUA e como um polo

alternativo viável na resolução de problemas que afetam o Médio Oriente, tal como se verifica no contexto da Síria (Nizameddin, 2013; Trenin, 2017; Casula e Katz, 2018).

No entanto, a divergência de interesses entre a Rússia e os EUA em conflitos como a Síria tem vindo a originar um crescente deteriorar de relações entre as duas partes. Em abril de 2017, Sergey Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, afirmou que as relações entre Moscovo e Washington “*have never been so difficult since the end of Cold War*” (Lavrov *apud* The Independent, 2017a). Esta declaração surge no seguimento do disparo de mísseis norte-americanos a uma base aérea síria, como resposta ao ataque químico, alegadamente perpetrado pelo regime de Bashar al-Assad contra civis. Desde o início do conflito, em 2011, que a escalada de violência na Síria tem vindo a superar as barreiras de uma guerra civil, sendo que esta dissertação argumenta que se tornou numa guerra periférica<sup>1</sup> entre Rússia e EUA, com características próximas de outras que ocorreram durante a Guerra Fria.

A ideia do regresso de uma rivalidade geopolítica como consequência da Guerra na Síria – mas também da Ucrânia e da Geórgia – é favorável ao estudo da possível existência de um clima de Nova Guerra Fria que tem sido, nos últimos anos, realizada por autores como Richard Sakwa (2008, 2013), George Heine (2009), Vladimer Papava (2009), Robert Legvold (2014, 2016), Jonathan Steele (2015) e Mediel Hove (2017). As conclusões destes autores resultam do reconhecimento do ressurgimento de padrões de conflitualidade e de rivalidade entre Rússia e EUA semelhantes aos que derivaram da mentalidade da Guerra Fria.

Contudo, importa referir que esta temática não é consensual dentro da comunidade académica. Dmitri Trenin (2014a) entende que, apesar de a deterioração de relações entre a Rússia e os EUA ser evidente e de esta situação merecer alguma atenção por parte da comunidade internacional, não é possível existir um cenário de Nova Guerra Fria, dado que existe uma ausência de luta ideológica fraturante entre os dois atores, acrescentando que, atualmente, existe uma grande diferença de poder entre os EUA e a Rússia, ao contrário do que aconteceu durante a segunda metade do século XX. Porém, será a partir da consideração da existência de linhas de continuidade com a Guerra Fria e do retomar de padrões de

---

<sup>1</sup> Segundo Andrew Mumford, as guerras periféricas são “*conflicts in which a third party intervenes indirectly in order to influence the strategic outcome in favour of its preferred faction*” (Mumford, 2013: 40).

rivalidade e competitividade bipolar no sistema internacional atual que esta dissertação será realizada.

### **Enquadramento teórico**

Esta dissertação será teoricamente enquadrada pelo neorrealismo incluindo a sua formulação inicial, tal como desenvolvida por Kenneth Waltz, e a sua vertente ofensiva criada por John Mearsheimer. O neorrealismo começou a ganhar relevo dentro do campo de estudo das Relações Internacionais com a publicação da obra de Kenneth Waltz, “*Theory of International Politics*”, em 1979. Waltz considera que os Estados são atores racionais e que as suas ações são moldadas e condicionadas em função da estrutura do sistema internacional. Dado que o sistema internacional é anárquico, – ou seja, verificando-se a ausência de uma entidade com autoridade ao nível global que possa manter todos os Estados, simultaneamente, sob controlo – cada nação acaba por se ver obrigada a criar os seus próprios mecanismos de defesa para garantir a sua sobrevivência dentro do sistema. Por outras palavras, a obtenção de poder é uma forma de os Estados preservarem a sua posição no sistema internacional. Waltz, contudo, adota uma postura defensiva e considera que os Estados só devem procurar adquirir o poder necessário à sua sobrevivência e manutenção da sua posição relativa dentro do sistema internacional (Waltz, 1979).

É, essencialmente, na quantidade necessária de poder que um estado deve adquirir que reside a principal diferença entre a vertente defensiva do neorrealismo e a vertente ofensiva – também conhecida como realismo ofensivo. John Mearsheimer foi o mentor desta abordagem, que desenvolve na sua obra “*The Tragedy of Great Power Politics*” (2001). Mearsheimer considera que cada estado deve sempre procurar adquirir o máximo de poder possível e, eventualmente, tentar adquirir a hegemonia global. Deste modo, Mearsheimer entende que a obtenção de maior poder irá diminuir as probabilidades de um estado ser atacado por outro e, conseqüentemente, ter a sua sobrevivência no sistema internacional em risco (Mearsheimer, 2001).

Conseqüentemente, é possível verificar que, à luz da teoria neorrealista, a luta pelo poder e pela garantia da sobrevivência é uma tentativa das grandes potências preservarem a sua posição dentro do sistema internacional – no caso da vertente defensiva do neorrealismo – ou de maximizarem o seu poder e de obterem ganhos relativos em relação ao seu adversário

– no caso da vertente ofensiva. Contudo, este permanente clima de competição origina problemas, nomeadamente a questão do dilema de segurança, fazendo com o que o próprio sistema internacional se transforme num jogo de soma zero, onde a obtenção de ganhos relativos de um estado implica perdas para o seu adversário (Mearsheimer, 2006). Por conseguinte, a presente dissertação defende que é dentro desta perspetiva neorrealista é a mais adequada para analisar a política externa da Federação Russa.

A análise dos vários sistemas de distribuição de poder – bipolar, multipolar e unipolar – é igualmente relevante no âmbito do neorrealismo. Ao assumir-se como uma teoria estrutural – visto que coloca a ênfase na estrutura do sistema para explicar o modo de atuação das unidades (os Estados) –, o neorrealismo destaca também a importância do número de grandes potências que existem no sistema internacional, visto que o seu número influencia as dinâmicas de segurança que ditam as ações e interações dos Estados (Hansen, 2000: 113). É dentro desta lógica que o número de grandes potências no sistema e, consequentemente, a natureza dos sistemas de distribuição de poder, constituem uma variável relevante para a explicação do surgimento de guerras e conflitos. A este respeito tanto Waltz como Mearsheimer concluíram que o sistema bipolar, como aquele que se verificou durante a Guerra Fria, seria o mais pacífico de todos (Waltz, 1979, 1988; Mearsheimer, 2001). Contudo, o mundo pós-Guerra Fria caracteriza-se como um sistema unipolar, onde os EUA se assumem como potência hegemónica (Krauthammer, 1991; Wohlforth, 1999; Tomja, 2014). A Rússia é extremamente crítica deste sistema unipolar, assente na preponderância geopolítica e militar norte-americana, visto que, tal como os neorrealistas, o considera propenso a conflitos (Monteiro, 2011). Neste sentido, Moscovo vê na recuperação do seu estatuto de grande potência uma forma de contestar a unipolaridade norte-americana e substituí-la por um sistema multipolar mais equilibrado.

### **Pergunta de Partida**

A intervenção russa na Geórgia, a anexação da Crimeia na Ucrânia e a intervenção militar na Síria – como forma de apoio a Bashar al-Assad – são momentos que vincaram – e continuam a vincar – o deteriorar de relações entre a Rússia e os EUA. A divergência de posições entre os dois países, no que diz respeito à manutenção destes três cenários de crise, poderá estar a criar uma nova retórica e dinâmica de Guerra Fria que importa ser analisada.



Deste modo, considero pertinente colocar a seguinte pergunta de partida, para o desenvolvimento desta dissertação: De que forma é que a implementação de uma política externa mais assertiva, por parte da Federação Russa, contribuiu para o ressurgimento de novos padrões de conflitualidade com os EUA?

### **Hipótese e Argumento**

O final da Guerra Fria gerou, dentro da comunidade internacional, um sentimento de otimismo e esperança em relação ao futuro. A “*ameaça comunista*” tinha desaparecido e o mundo assistia ao triunfo do liberalismo democrático, proclamado pelos EUA e seus aliados. Como referido previamente, o sistema internacional deixava de ser bipolar e passava a estar centrado nos EUA, que emergiram, no início da década de 1990, como a única superpotência mundial (Krauthammer, 1991; Wohlforth, 1999; Tomja, 2014).

No rescaldo do desmembramento da URSS, a Rússia encontrava-se numa situação de grande instabilidade política e social, ao mesmo que tempo que via a sua economia a entrar num período de declínio. Nesta fase, a Rússia parecia incapaz de igualar os EUA e foi apanhada desprevenida com o expansionismo da NATO (North Atlantic Treaty Organization), impulsionado pela administração de Bill Clinton, em meados da década de 1990. A NATO parecia ter quebrado a promessa de não expansão da organização feita por George H.W. Bush a Gorbachev, em 1990, aquando das negociações sobre a reunificação da Alemanha (Hove, 2017). A partir do ano 2000, com Vladimir Putin na Presidência da Federação Russa, Moscovo foi assumindo, gradualmente, uma postura mais crítica relativamente à hegemonia dos EUA, sendo que em 2007, na Conferência de Munique, as acusações russas tornaram-se mais evidentes. Nessa conferência, Vladimir Putin denunciou o que considerava ser a existência de um sistema unipolar – liderado pelos EUA - e defendeu que a utilização excessiva da força militar por parte de Washington estaria a levar o mundo “*into an abyss of permanent conflicts*” (Putin, 2007). Sendo assim, Moscovo decidiu não se submeter mais ao que considerava ser uma humilhação que estaria a sofrer nas mãos de Washington, por anteriormente ter sido vista como a nação derrotada da Guerra Fria (Panova, 2008).

Esta dissertação argumenta, portanto, que a chegada de Vladimir Putin à Presidência da Rússia veio trazer grandes alterações à política externa de Moscovo. O Kremlin assumiu, a partir deste momento, uma postura mais assertiva e ambiciosa dentro do panorama internacional. O discurso de Putin na Conferência de Munique demonstrou, oficialmente, ao

mundo Ocidental, o desejo da Rússia em criar um contrabalanço geopolítico e geoestratégico relativamente aos EUA, que tinham seguido uma política de monopólio hegemónico político e militar a nível global, no período pós-Guerra Fria (Heine, 2009).

Quando a NATO admitiu a hipótese de integrar a Geórgia e Ucrânia, Putin foi claro ao dizer, durante a Cimeira de Bucareste, em abril de 2008, que tal situação seria considerada como uma “*direct threat*” para a Rússia (Putin, 2008). Moscovo decidiu antecipar-se a qualquer tentativa do Ocidente em incluir a Geórgia na NATO – ou na União Europeia (UE) – e optou por intervir militarmente no país, em agosto de 2008. Esta intervenção é considerada como um ponto de viragem para a Rússia, assumindo que não iria tolerar as ingerências externas nas suas políticas e na sua área de interesses estratégicos (Heine, 2009). Considero, portanto, que este foi o primeiro momento em que a Rússia adotou, militarmente, uma postura de confronto com o Ocidente, dando início a um deteriorar das relações com os EUA, sem par desde o final da Guerra Fria (Aslund e Kutchins, 2009: 140).

O segundo momento relevante para a agudização de relações entre a Rússia e os EUA relaciona-se com a crise ucraniana. Em 2014, perante a hipótese da Ucrânia assinar um Acordo de Associação com a UE – que previa o aprofundamento da cooperação nas áreas económica, política, de defesa e de segurança – Putin ofereceu um vantajoso pacote de assistência financeira ao Presidente ucraniano Viktor Yanukovich, com o intuito de o levar a desistir do referido acordo (Trenin, 2014a). Este processo originou uma vaga de protestos internos no país que o Governo ucraniano foi incapaz de controlar, sendo que o presidente Viktor Yanukovich acabou por abandonar a Ucrânia em fevereiro de 2014. Moscovo temia que a Ucrânia ficasse sob controlo de um governo pró-Ocidente, que facilitasse a adesão do país à NATO e, eventualmente, à UE – o que considerava inadmissível face aos seus interesses estratégicos, nomeadamente a permanência da base naval na Crimeia, o que colocaria em causa o seu acesso ao Mar Negro (Marshall, 2017). Além da relevância geoestratégica da Ucrânia para Rússia, também é importante não esquecer os laços históricos, culturais e linguísticos que unem os dois países, mais concretamente, as ligações entre a Crimeia e a Rússia (Steele, 2015; Tsygankov, 2015). Face a estes receios, o Kremlin tomou a decisão de anexar a Península da Crimeia após a realização de um referendo sobre a união da Crimeia com a Rússia, em março de 2014 (Bebler, 2015; Deyermond, 2016). Esta intervenção russa veio reacender o ambiente de tensão entre Moscovo e Washington, contribuindo para a existência de uma renovação de padrões de conflitualidade que sugerem um clima de Nova Guerra Fria (Legvold, 2016; Hove, 2017).

Para finalizar, considero que o terceiro e mais recente indicador do regresso da rivalidade geopolítica entre a Rússia e os EUA, protagonizado por Moscovo e que veio criar novas tensões no panorama internacional, encontra-se relacionado com a intervenção militar russa na Síria. Tal como defende esta dissertação, a intervenção de Moscovo na Síria deverá ser vista como sendo o resultado de uma crescente assertividade que caracteriza a política externa da Rússia, e que foi iniciada a partir de 2000, com Vladimir Putin, com o intuito de restaurar o estatuto de grande potência. Seguindo esta lógica, a análise da intervenção militar da Rússia na Síria – que irá constituir o estudo de caso desta dissertação – irá permitir comprovar o argumento de que o carácter mais assertivo da política externa de Moscovo está a conduzir o sistema internacional a um clima de Nova Guerra Fria. Não sendo exclusivo do caso da Síria, este clima de Nova Guerra Fria surge na continuidade das intervenções militares russas na Geórgia e na Ucrânia, fazendo com que as divergentes posições geoestratégicas e geopolíticas de Rússia e EUA, nomeadamente nestes contextos, originassem uma perigosa e gradual deterioração de relações entre os dois Estados (Legvold, 2016).

A intervenção russa no conflito sírio surge, portanto, como o estudo de caso desta dissertação, para ilustrar que, atualmente, se encontra em curso na Síria uma guerra periférica – ou de um conflito com características semelhantes a uma guerra periférica –, tal como ocorreu, por diversas vezes, durante a Guerra Fria. O cenário político-militar em curso no terreno sugere uma polarização do conflito em dois grupos antagónicos: um liderado por Moscovo que, em conjunto com o Irão e a milícia libanesa xiita do *Hezbollah*<sup>2</sup>, apoia a manutenção do regime de Bashar al-Assad na luta contra as forças da oposição; enquanto que o outro, liderado pelos EUA, visa erradicar o DAESH, mas também apoiar as forças da oposição e fazer cair o regime de Assad (Plakoudas, 2015; Phillips, 2016; Sorenson, 2016; Trenin, 2017). Esta polarização do conflito sírio em dois grandes blocos demonstra que o cenário de guerra periférica na Síria não só é plausível, como se afigura como uma consequência de uma crescente rivalidade entre Moscovo e Washington, num contexto de Nova Guerra Fria (Hove, 2017; Trenin, 2017). Consequentemente, a presente dissertação defende igualmente que a intervenção de Moscovo na Síria, enquadrada numa lógica de projeção de força e poder, deve ser vista como estando inserida dentro de uma estratégia

---

<sup>2</sup> O *Hezbollah* – cujo nome traduzido da língua árabe significa “Partido de Deus” - é um grupo xiita militar e político sediado no Líbano e que foi criado para resistir às forças israelitas que ocuparam o país, durante a guerra civil libanesa, em 1982. O grupo declarou oficialmente a sua existência em 1985 (Norton, 2007).

mais vasta que procura reafirmar a influência geopolítica da Rússia no Médio Oriente, e que se começou a desenhar de forma mais clara nos anos 2000.

Concluindo, esta dissertação defende que, em conjunto, as intervenções na Geórgia, na Ucrânia e na Síria por parte da Rússia constituem indícios que demonstram a assertividade e ambição da política externa de Putin, numa lógica de projeção de força e de poder, cujo principal objetivo consiste em restabelecer a grandeza do Kremlin na arena internacional. As três intervenções russas ocorridas entre 2008 e 2017 são, neste sentido, profundamente, elucidadoras e não devem ser ignoradas ou analisadas de forma leviana. Deste modo, é possível admitir que, se a maior assertividade da política externa russa está a criar um crescente deteriorar de relações com os EUA, então poderemos considerar que estamos, atualmente, a assistir ao ressurgimento de uma mentalidade de Nova Guerra Fria. Por outro lado, se Rússia e EUA assumem posições distintas nas dinâmicas do conflito sírio, ao mesmo tempo que apoiam diferentes grupos armados com interesses igualmente divergentes, a Síria poderá estar a ser palco da existência de uma guerra periférica, o que justifica a seleção deste conflito como o estudo de caso da presente dissertação.

## **Objetivos**

Esta dissertação visa, em primeiro lugar, descrever como a chegada de Vladimir Putin à presidência da Federação Russa representou uma alteração significativa dos objetivos a nível de política externa do Kremlin. A sucessão de Boris Yeltsin por Putin significou o regresso das aspirações de uma nação que pretendia recuperar o seu estatuto de grande potência no panorama internacional, com objetivos estratégicos bem definidos (Tsygankov, 2016). Para o efeito, a dissertação analisa a política externa russa desde 2000 – ano em que Vladimir Putin assume a presidência – até 2017, visto que o último documento do Conceito de Política Externa da Federação Russa foi publicado em novembro de 2016 e, portanto, apenas começou a ter aplicação prática durante o ano de 2017.

Concretamente, importará também verificar de que forma a região do Médio Oriente é, cada vez mais, vista por Moscovo como uma zona onde a Rússia pode exercer uma dinâmica de contrapoder e influência – de modo a contrariar a hegemonia dos EUA –, tal como ocorreu durante a Guerra Fria. Neste sentido, é relevante analisar a política externa que os EUA seguiram durante o período analisado, englobando as administrações de George W. Bush, de Barack Obama e o primeiro ano do mandato presidencial de Donald Trump. Esta análise

tem como principal objetivo perceber de que forma as políticas de Washington divergem dos objetivos estratégicos de Moscovo e reagem a uma postura mais assertiva do Kremlin criando tensões entre os dois atores.

A análise do possível ressurgimento de um regresso de padrões de conflitualidade semelhantes à anterior Guerra Fria será um dos principais objetivos de estudo desta dissertação, sendo que as crises na Geórgia, na Ucrânia e na Síria servirão como contextualização para entender como as intervenções do Kremlin nesses países alarmaram a comunidade internacional e originaram novas tensões entre Rússia e Ocidente. Destes três cenários, o conflito na Síria assume-se como estudo de caso desta dissertação, uma vez que a sua dimensão internacional permite ilustrar como a crescente rivalidade entre a Rússia e os EUA está a conduzir a um clima de Nova Guerra Fria. Assim, o conflito vai ser analisado com vista a elucidar como o mesmo tem assumido contornos de uma guerra periférica, como outras que ocorreram durante a Guerra Fria e onde Moscovo e Washington intervieram, de forma direta e indireta, em apoio a diferentes fações no terreno – caso da Guerra do Vietname (1955-1975) ou da invasão soviética ao Afeganistão (1979-1989) (Waltz, 1993: 47; Maass, 1999; Khan, 2011; Hughes, 2012: 112-125; Halvorson, 2013; Tadman, 2013; Hughes, 2014: 524). A relevância da Guerra na Síria como estudo de caso é reforçada pelo facto de este ser o primeiro conflito, no pós-Guerra Fria, onde existe uma intervenção simultânea e direta dos EUA e da Rússia, onde ambos assumem possuir interesses e ambições diferentes para o seu desfecho, o que se traduz num clima de Nova Guerra Fria (Trenin, 2017).

De um modo geral, esta dissertação procura compreender de que forma os novos padrões de conflitualidade e de bipolaridade entre Rússia e EUA ressurgiram, tendo em conta as recentes intervenções de Moscovo nos países previamente mencionados, considerado que essas mesmas intervenções são o resultado de uma política externa mais assertiva e ambiciosa – levada a cabo por Vladimir Putin – que pretende colocar Moscovo, novamente, no palco internacional como uma grande potência.

## **Metodologia**

A metodologia de análise que irá ser utilizada para a elaboração consistirá no método qualitativo. A análise da temática da possível existência de um clima de Nova Guerra Fria, em virtude de uma política externa russa mais assertiva, será feita com recurso ao *process tracing* a partir de fontes primárias e secundárias, reforçado pela análise documental de

declarações oficiais e documentos de política externa e de segurança de estratégia nacional. As fontes primárias serão obtidas através de declarações oficiais de chefes de Estado e de outros representantes políticos, enquanto que as fontes secundárias serão obtidas através de livros, artigos científicos, entrevistas de chefes de Estado e outros representantes políticos, bem como através de notícias veiculadas pela comunicação social.

## **Estrutura**

Para alcançar os objetivos supracitados a dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos. O Capítulo 1 faz o enquadramento teórico, contextualizando o surgimento da teoria neorrealista de Kenneth Waltz, para entender como se desenvolveu a vertente neorrealista ofensiva de John Mearsheimer. Será, mais concretamente, sob as lentes do neorrealismo ofensivo de Mearsheimer e da abordagem neorrealista aos sistemas de distribuição de poder, que esta dissertação analisa e desenvolve o seu objecto de estudo.

Ao longo do Capítulo 2 será analisada a política externa russa desde 2000, com a chegada de Vladimir Putin à Presidência, passando posteriormente para o período em que Dmitry Medvedev assumiu a liderança do Kremlin (2008-2012) e, finalmente, pelo terceiro mandato de Putin e as suas diretrizes de política externa. Será igualmente feita uma breve abordagem das intervenções da Rússia na Geórgia e na Ucrânia – que será mais aprofundada no capítulo 3, dentro da lógica de análise dos vários momentos de tensão entre Rússia e EUA –, de modo a fazer um enquadramento para a Guerra na Síria, que será desenvolvida no capítulo 5.

No Capítulo 3 serão analisadas as diferentes directrizes da política externa dos EUA, em função das doutrinas das diferentes Administrações, desde o início do mandato de George W. Bush até ao final do primeiro ano de mandato de Donald Trump. O capítulo analisa também o histórico de relações entre os EUA e a Rússia, para compreender de que forma foram surgindo os vários indicadores de tensão entre os dois Estados, entre os quais a Guerra na Geórgia e a intervenção militar russa na Ucrânia. O objetivo é identificar e compreender as dinâmicas e padrões de rivalidade e conflitualidade entre o Kremlin e a Casa Branca, que contribuem para a emergência de um clima de Nova Guerra Fria.

O Capítulo 4 analisa a política externa russa na região Médio Oriente e Norte de África, para evidenciar como esta voltou a adquirir uma relevância estratégica para o Kremlin no contexto da contestação da hegemonia norte-americana, e da sua predominância naquela

região após a invasão do Iraque, em 2003. Para tal, será importante contextualizar a aproximação de Moscovo a países como o Irão e a Turquia, numa lógica de construção e manutenção de parcerias estratégicas na região que permitam o estabelecimento de uma ordem multipolar, bem como a preservação de um maior equilíbrio de poder a nível regional.

Finalmente, a Síria é analisada como uma peça fundamental neste puzzle, onde a intervenção russa no conflito que se iniciou em 2011 faz parte de uma estratégia maior, na qual Moscovo se tenta assumir como um ator relevante no panorama internacional, em posição de contestar a hegemonia norte-americana a nível global e, mais especificamente, no Médio Oriente. Neste sentido, o Capítulo 5 analisa o conflito na Síria como um estudo de caso para demonstrar um novo clima de tensão entre a Rússia e Washington que é remanescente da Guerra Fria. O apoio russo e norte-americano a diferentes atores no conflito – no caso da Rússia, as forças de Assad; no caso dos EUA, os grupos rebeldes da oposição síria que recebem apoio militar da Casa Branca – criou condições para a transformação da Guerra Civil na Síria numa guerra periférica entre Washington e Moscovo, numa lógica semelhante a outras guerras periféricas que ocorreram na anterior Guerra Fria. O foco principal consiste na abordagem à dimensão internacional deste conflito, sendo que importará compreender, inicialmente as origens do mesmo, através da contextualização dos acontecimentos da Primavera Árabe que, subsequentemente, contribuíram para a emergência da guerra civil e dos diferentes grupos que nela participam. Ao analisar as dinâmicas da guerra síria, será possível entender de que forma este conflito se polarizou em dois blocos principais, permitindo sustentar a ideia de que existe uma rivalidade internacional em curso na Síria, que se insere, à luz da teoria neorrealista, numa lógica de jogo de soma zero e na procura pela obtenção de poder relativo.

A dissertação conclui com a articulação dos vários elementos identificados com o quadro teórico utilizado, para demonstrar que a política externa da Rússia desde o ano 2000 criou condições para a emergência de novos padrões de rivalidade com os EUA, bem como para a emergência de um clima de Nova Guerra Fria. Com efeito, ao ver na unipolaridade norte-americana uma ameaça aos seus interesses estratégicos, a Rússia encetou, gradualmente, uma série de esforços para promover uma ordem mais equilibrada e multipolar, não se refreando de usar a força militar para alcançar os seus objetivos, como fica visível nas intervenções na Geórgia, na Ucrânia e, sobretudo, na Síria.





## 1. Enquadramento Teórico

A presente dissertação é teoricamente enquadrada pelo neorrealismo, em particular, pelo realismo ofensivo, desenvolvido por John Mearsheimer. Esta abordagem fornece as lentes para a análise da temática em estudo, dado que considera o sistema internacional como sendo anárquico, colocando os Estados num regime de busca de poder com vista à garantia da sua sobrevivência.

O realismo clássico foi uma teoria que contribuiu para as Relações Internacionais, nomeadamente na maneira como procurava explicar as causas dos conflitos. Contudo, a necessidade de desenvolver uma teoria com uma abordagem mais rigorosa do ponto de vista científico e metodológico, bem como o reacender das tensões provocados pelo clima da Guerra Fria, durante os anos 1970, fez com que alguns académicos procurassem uma abordagem que divergisse da tradição realista clássica, sendo que Kenneth Waltz é tido como o impulsionador do realismo estrutural – ou do neorrealismo, como também ficou conhecido.

Após a análise do neorrealismo, tal como proposto por Waltz, e da explanação da vertente ofensiva do neorrealismo proposta por Mearsheimer, o capítulo explica de que forma a natureza dos vários sistemas de distribuição de poder pelas grandes potências – sistema bipolar, multipolar e unipolar – influencia o grau de conflitualidade do sistema internacional, constituindo uma variável importante na explicação do surgimento de conflitos.

Será, portanto, relevante compreender de que forma a existência de um contra equilíbrio de poder – e, assim, preservar o equilíbrio dentro do sistema internacional – pode contribuir para a explicação da maior assertividade da política externa russa desde os anos 2000, numa tentativa de restaurar o seu estatuto de grande potência, servindo, assim, como um contrapeso de poder relativamente aos EUA e, conseqüentemente, para o debate relacionado com o surgimento de um clima de Nova Guerra Fria.

### 1.1. O Neorrealismo

O neorrealismo baseia-se no entendimento de que a principal razão pela qual os Estados procuram poder não se encontra relacionada com a imperfeição da natureza humana – tal como defendem os realistas clássicos como Hans Morgenthau –, mas sim com a arquitetura

do sistema internacional (Waltz, 1979; Mearsheimer, 2006). Com base neste pressuposto, Waltz procurou criar e descrever uma teoria sistémica que ajudasse a compreender o funcionamento deste mesmo sistema internacional, bem como o comportamento individual dos Estados constringidos pela estrutura internacional (Keohane, 1986: 163-167).

De um modo geral, Kenneth Waltz considera que a política internacional apenas pode ser compreendida “*if the effects of structure are added to the unit-level explanations of traditional realism*” (Waltz, 2008: 57-58). Consequentemente, o autor refere que a própria interação destas unidades possui uma relação causal com os “*international outcomes*” (Waltz, 2008: 58). Assim, para entender as normas de funcionamento da política internacional, é necessário demonstrar como os “*international outcomes are the result of interactions at the unit level*”, visto que considera que as próprias unidades interagem a um nível estrutural (Waltz, 1988: 618).

A primeira característica que podemos inferir da teorização de Waltz encontra-se, então, relacionada com a ideia de que é o próprio sistema internacional que faz com que os Estados lutem pelo poder, e não o carácter maligno da natureza humana. Esta situação ocorre devido à anarquia que caracteriza o sistema internacional que, apesar de também ser característico do realismo clássico, é dotado de uma maior importância e influência para compreender o comportamento dos Estados no sistema internacional (Bieler, 2014: 4; Coutinho, 2017: 45-46). O neorealismo também se distancia do realismo clássico quando defende a ideia de que a aquisição de poder é apenas um meio para atingir um determinado fim: garantir a sobrevivência dos Estados, ao assegurar um determinado grau de segurança. Esta ideia vai contra os postulados do realismo clássico que entende que a obtenção de poder é a principal finalidade de um Estado (Dougherty e Pfaltzgraff, 2001). Neste sentido, Waltz defende que a sua teoria mantém as bases da *realpolitik*, acrescentando que o que diferencia o realismo estrutural do realismo clássico é a diferente perspetiva com que ambas as teorias olham para os meios e para os fins, assim como para as causas e efeitos (Waltz, 1988: 616).

É dentro da anarquia que caracteriza o sistema internacional, onde não existe uma autoridade superior que controle as unidades do sistema, que um Estado – visto como um ator unitário – não pode estar seguro de que, no futuro, não possa vir a sofrer um ataque. Daqui decorre que os Estados têm que estar permanentemente preocupados com a obtenção de poder para assegurar a sua proteção e garantir a sua sobrevivência (Mearsheimer, 2006). Segundo Waltz, a estrutura anárquica que caracteriza o sistema internacional é definida como sendo “*horizontal, decentralized, homogenous, undirected, and mutually adaptive*”, contrastando

com uma estrutura hierárquica que é “*vertical, centralized, heterogeneous, directed e artificial*” (Waltz, 1979: 113). Contudo, para conseguir alcançar o objetivo da sobrevivência, o Estado irá precisar de tentar adquirir poder de forma autónoma. Esta ideia é relevante, visto que o conceito de autoajuda se encontra presente na teoria neorrealista: segundo os neorrealistas, cada Estado depende apenas de si próprio para obter poder e, deste modo, garantir a sua sobrevivência, sendo este um princípio necessário de ação no contexto de uma ordem anárquica (Waltz, 1979: 111; Waltz, 2008; Parent e Rosato, 2015).

Este ambiente anárquico, competitivo e tenso gera as condições para corridas armamentísticas e, conseqüentemente, para o surgimento do conhecido dilema de segurança (Waltz, 2008: 59; Parent e Rosato, 2015: 55). Este conceito foi criado por John Herz, em 1950, em plena Guerra Fria, numa altura em que o mundo se encontrava imerso na confrontação bipolar entre os EUA e a URSS. Com o receio de um conflito nuclear entre as duas superpotências, iniciou-se um processo de corrida às armas, em que cada um dos polos em confrontação procurava aumentar o seu arsenal nuclear, de forma proporcional relativamente ao inimigo, na tentativa de criar um efeito dissuasor. Num ambiente anárquico onde os Estados competem pela obtenção de vantagens na lógica de um equilíbrio de poder, e onde as políticas de defesa que os Estados realizam para se proteger acabam por ser a consequência da posição de autoajuda que são forçados a seguir – para se protegerem e garantirem a sobrevivência –, a materialização do dilema de segurança torna-se inevitável (Butfooy, 1997: 41-42; Parent e Rosato, 2015: 55).

Para concluir, podemos afirmar que Waltz entende que os Estados, num contexto anárquico e competitivo, procuram somente sobreviver e manter a sua posição dentro do sistema, não tentando maximizar seu poder (Waltz, 1979: 126). Dentro desta perspetiva, a prioridade dos Estados deverá ser uma atuação cautelosa para preservar o princípio do equilíbrio de poder estabelecido (Coutinho, 2017: 50). Conseqüentemente, a ideia de equilíbrio de poder é utilizada, precisamente, para explicar de que forma o sistema internacional funciona numa lógica de preservação da distribuição de poder entre os Estados que compõem o sistema, de modo a que nenhum Estado ou aliança existente possua uma quantidade de poder esmagadora ou preponderante (Sheehan, 1996: 4 *apud* Tziampiris, 2015: 25). Conseqüentemente, Waltz defende que os Estados tendem a funcionar de forma equilibrada dentro do sistema, acrescentando que o neorrealismo prevê que sempre que este equilíbrio for interrompido, ele acabará por ser restaurado (Waltz, 1979: 128).

Outro aspeto importante do neorealismo de Kenneth Waltz, encontra-se relacionado com a maior ou menor probabilidade do surgimento de conflitos em função da natureza do sistema – bipolar ou multipolar (Waltz, 1979: 165-177; 1988: 620). Segundo Waltz, um sistema bipolar seria mais pacífico que um sistema multipolar, dando como exemplo o surgimento de duas Guerras Mundiais quando o sistema internacional possuía um carácter multipolar, contrastando com a maior pacificidade do período bipolar – característico da Guerra Fria – que se verificou entre EUA e URSS, onde apesar da forte conflitualidade entre as duas superpotências nunca ocorreu uma confrontação militar direta entre as mesmas (Waltz, 1979: 165-177; Waltz, 1988). Dada a sua importância para a explicação do objeto de estudo da presente dissertação, a influência dos sistemas de distribuição de poder no surgimento de conflitos será posteriormente retomada e desenvolvida na seção 1.3.

## 1.2. O Realismo Ofensivo de John Mearsheimer

Dado que a teoria neorrealista não é unidimensional e consensual, criou-se uma espécie de cisão entre os neorealistas, originando um debate no meio académico (Taliaferro, 2001). O debate entre o realismo defensivo e ofensivo encontra-se, de um modo geral, relacionado com a forma distinta como ambos olham para os comportamentos que os Estados tendem a ter dentro do contexto de anarquia internacional (Feng e Ruizhuang, 2006: 123). Mais concretamente, essa distinção encontra-se relacionada com a diferença com que estas abordagens procuram analisar os motivos que levam os Estados a procurar obter poder. O realismo defensivo – no qual se inclui toda a teorização de Kenneth Waltz – e o realismo ofensivo de Mearsheimer diferenciam-se pela quantidade de poder que entendem que um Estado deve desejar obter, apesar de terem como objetivo comum a garantia da sobrevivência (Mearsheimer, 2006: 73).

Ao contrário do realismo defensivo de Waltz, que entende que um Estado apenas deve procurar adquirir o poder necessário para garantir a sua sobrevivência e manter a sua posição dentro do sistema (Waltz, 1979: 126), realistas ofensivos como Mearsheimer consideram que é importante que cada Estado procure aumentar o seu poder tanto quanto possível e, desejavelmente, tentar alcançar e preservar uma posição hegemónica (Snyder, 2002: 151-153; Mearsheimer, 2006: 72; Valeriano, 2009: 181; Johnson e Thayer, 2016: 4). O realismo

ofensivo defende que quanto mais poder um estado tiver ao seu dispor, menor será a probabilidade de ter a sua sobrevivência em risco (Mearsheimer, 2006: 72). Do mesmo modo, Mearsheimer considera que, se um estado hegemónico não procurar constantemente aumentar o seu poder, corre o risco de perder essa mesma hegemonia (Mearsheimer, 2001; Valeriano, 2009). Contudo, ele admite que, dados os constrangimentos da estrutura, nunca será possível a um Estado assumir-se como hegemónico a nível global, razão pela qual o mundo está condenado a viver num ambiente de competição por poder entre grandes potências (Mearheimer, 2001: 20-21; Snyder, 2002: 151-153; Valeriano, 2009: 181). Consequentemente, esta permanente competição torna as interações no sistema internacional numa espécie de jogo de soma zero, onde a eventual aquisição de poder e de ganhos relativos por parte de um Estado irá originar perdas, de forma proporcional, no seu adversário (Mearsheimer, 2006: 75). Desta visão, decorre que o desejo da obtenção de poder por parte dos Estados acaba por ser uma inevitabilidade, devido à ausência de uma autoridade que tenha controlo sobre os mesmos, ao fato de os Estados possuírem capacidade militar ofensiva e à incerteza permanente relativamente às intenções de outras nações (Mearsheimer, 2001: 21).

Neste contexto em que cada Estado é visto como tendo alguma capacidade militar ofensiva, ou seja, a capacidade de atacar e infligir dano a outro Estado, Mearsheimer enfatiza a importância de dois tipos distintos de Estados: Estados que procuram usar essa mesma capacidade para alterarem o equilíbrio de poder – Estados revisionistas – e Estados que tentam manter a atual arquitetura do sistema internacional intacta – Estados conservadores (Mearsheimer, 2006: 73). Contudo, Mearsheimer desconsidera a ideia de existirem Estados *status quo*, visto que a anarquia existente no sistema internacional deixa os Estados com um sentimento de défice de segurança (Mearsheimer, 2001: 19-21; Snyder, 2002). Ao contrário dos realistas defensivos que entendem que os Estados apenas devem procurar obter o poder necessário para assegurar a sua sobrevivência e, deste modo, manter o *status quo* no sistema, Mearsheimer entende que todos os Estados têm um carácter revisionista e que procuram sempre uma oportunidade de ganhar vantagem sobre outro, com o objetivo final de alcançar uma posição hegemónica (Mearsheimer, 2001: 20-21; Snyder, 2002: 157-158). Todavia, e como referido anteriormente, o alcance da hegemonia global por parte de um Estado é, na visão de Mearsheimer, algo impossível de alcançar. Sendo assim, a ambição máxima de um Estado deverá passar pela manutenção de uma hegemonia regional, dominando a sua própria área geográfica (Mearsheimer, 2001: 59).

Nas palavras de Glaser (1997: 195), o neorealismo considera que os Estados são vistos simplesmente como “*black boxes*”, sendo que a única coisa que os diferencia e condiciona as suas posições dentro do sistema são as suas respectivas capacidades militares, visto que alguns Estados possuem uma maior capacidade militar que outros (Mearsheimer, 2006: 72). Consequentemente, e apesar de o dilema de segurança estar muito associado ao realismo defensivo de Waltz (Butfoy, 1997; Tang, 2009; Parent e Rosato, 2015), é igualmente possível associar este mesmo conceito ao realismo ofensivo de Mearsheimer, que admite que o mesmo irá perdurar enquanto o contexto de anarquia do sistema internacional existir (Mearsheimer, 2001; Coutinho, 2017). Todavia, Mearsheimer também entende que a procura por parte do Estado de uma maximização de poder reflete o seu desejo pela obtenção de poder relativo e não absoluto. Esta distinção relativamente ao tipo de poder que se pretende obter encontra-se relacionada com a forma como um Estado tende a atuar. Os Estados que procuram maximizar o seu poder relativo preocupam-se com a distribuição das capacidades materiais, tentando ganhar o máximo de vantagem possível sobre o potencial rival (Mearsheimer, 2001: 53-54).

As várias “*strategies for survival*” que Mearsheimer identifica incluem-se na tentativa de demonstrar a forma como as grandes potências atuam para conseguirem obter poder (Mearsheimer, 2001: 156-180; Valeriano, 2009: 181-182). Os principais objetivos destas estratégias passam por “*shift the balance of power in their favor or to prevent other states from shifting it against them*” (Mearsheimer, 2001: 156; Valeriano, 2009: 181-182). Por outras palavras, podemos dizer que estas estratégias procuram permitir aos Estados obter um poder relativo direto ou, por via indireta, impedir que outros Estados consigam adquirir ganhos (Toft, 2005: 384). As estratégias que visam obter poder de forma direta incluem “*war*”, “*blackmail*”, “*bait and bleed*” e “*bloodletting*”. Por outro lado, estratégias que têm por objetivo impedir que adversários consigam obter ganhos são: “*balancing*” e “*buck passing*” (Mearsheimer, 2001: 156-157; Parent e Rosato, 2015: 58). Segundo Mearsheimer, a estratégia “*war*” consiste na opção preferencial das grandes potências quando estas pretendem adquirir poder relativo de forma direta (Mearsheimer, 2001: 156).

Relativamente às estratégias que pretendem impedir que Estados adversários adquiram ganhos, Mearsheimer entende que as táticas de “*balancing*” e “*buck passing*” são as mais utilizadas (Mearsheimer, 2001: 156-157). Estas táticas demonstram que os Estados não estão permanentemente a assumir uma postura ofensiva (Snyder, 2002: 161). A estratégia de “*balancing*” ocorre quando uma “*great power assumes direct responsibility for preventing*

*an aggressor from upsetting the balance of power*” (Mearsheimer, 2001: 174). Esta ação pode ser concretizada através de dissuasão ou de formação de alianças – que são úteis, visto que a responsabilidade de conter um rival é partilhada por diversos Estados (Toft, 2005: 385). De um modo geral, a tática de “*balancing*” procura agir no sentido de preservar a atual distribuição de poder que existe no sistema internacional (Snyder, 2002: 161). Nesta dissertação, apenas serão exploradas as estratégias “*war*” e “*balancing*”, visto que são as mais relevantes para enquadrar e estudar a política externa da Rússia, bem como a sua intervenção no conflito sírio.

Com o intuito de perceber as causas dos conflitos e das guerras, John Mearsheimer – e à semelhança do que Kenneth Waltz já havia feito – faz uma distinção entre três tipos de sistemas: 1) bipolaridade equilibrada; 2) multipolaridade desequilibrada; e 3) multipolaridade equilibrada<sup>3</sup> (Mearsheimer, 2001: 355). O objetivo de Mearsheimer também passa pela análise da natureza dos sistemas de distribuição de poder na ordem internacional como variável importante para a preservação da paz ou para o surgimento de conflitos. Sendo assim, e dada a relevância desta distinção para a análise do objeto de estudo desta dissertação, este tópico irá agora ser desenvolvido na próxima seção.

### 1.3. A natureza dos sistemas de distribuição de poder internacional como variável para o surgimento de conflitos: a perspectiva neorrealista

Como referido anteriormente, Waltz e Mearsheimer desenvolveram as suas abordagens com o objetivo de perceber quais poderiam ser as origens e as causas dos conflitos e das guerras entre os Estados. Apesar de diferirem na questão essencial de quanto poder devem os Estados procurar reunir, ambos concordam que um sistema bipolar tende a ser mais pacífico do que um sistema multipolar<sup>4</sup> (Waltz, 1964: 881-887; 1979: 165-177; 1988: 620-624; Mearsheimer, 2001: 355-356).

---

<sup>3</sup> John Mearsheimer também refere um outro tipo de sistema, denominado de bipolaridade desequilibrada. Contudo, o autor considera que este tipo de sistema não constitui uma categoria analítica útil, visto que é improvável de ser encontrado no mundo real, dada a sua natureza instável e de curta duração (Mearsheimer, 2001: 355-356).

<sup>4</sup> Mearsheimer considera que o sistema bipolar é aquele que oferece maior grau de pacificidade, sendo seguido do sistema multipolar equilibrado e, em último, do sistema multipolar desequilibrado. Na ótica de Mearsheimer, o sistema multipolar desequilibrado seria o sistema mais perigoso (Mearsheimer, 2001: 355-356).

Waltz realiza a distinção entre sistema bipolar e multipolar para demonstrar qual deles tem a capacidade de oferecer maior estabilidade e segurança ao sistema (Waltz, 1979: 165-177). A sua ideia seria demonstrar como a existência de um sistema multipolar é mais difícil de gerir e manter, visto que existem demasiadas potências no sistema para que seja possível “[to] *draw clear and fixed lines between allies and adversaries*” (Waltz, 1979: 168). Waltz acrescenta que “*with three or more powers flexibility of alliances keeps relations of friendship and enmity fluid and makes everyone’s estimate of the present and future relation of forces uncertain*” (Waltz, 1979: 168). Este raciocínio demonstra como o autor entende que um sistema bipolar – como aquele que vigorou durante a Guerra Fria – é um sistema com maior tendência para a existência de pacificidade e, deste modo, com menor probabilidade de se constituir como um sistema propenso a conflitos (Waltz, 1964, 1979, 1988). Para além disso, num mundo bipolar, a interdependência militar e económica entre Estados é muito menor do que num sistema multipolar, algo que Waltz comprova a partir da análise das situações militares dos EUA e da URSS durante a Guerra Fria (Waltz, 1979: 168). Neste contexto específico, as duas grandes superpotências dependiam militarmente apenas de si próprias, procurando investir mais nos seus setores militares do que em alianças estratégicas, o que demonstra a existência de uma preocupação em confiar mais nas suas próprias capacidades do que nas capacidades dos aliados (Waltz, 1979: 168). Para Waltz, outro fator que pode contribuir para a origem de conflitos num sistema multipolar está relacionado com a incerteza e a má avaliação das situações por parte dos Estados – dado que existe um maior número de grandes potências no sistema (Waltz, 1979: 168). Deste modo, Waltz conclui que um sistema bipolar oferece um menor grau de incertezas, o que confere aos Estados uma maior probabilidade de tomarem as decisões mais corretas, evitando, assim, que se envolvam em conflitos (Waltz, 1979: 168).

Este fator da incerteza vai ao encontro de uma outra variável relacionada com as possíveis ameaças que os Estados observam à sua volta (Waltz, 1979: 170). Para o autor, uma das grandes diferenças entre sistemas bipolares e multipolares encontra-se baseada na ideia de que, num sistema de apenas duas grandes potências, “*the danger of who to who is evident*” (Waltz, 1979: 170). Durante a Guerra Fria, os EUA sabiam que a sua única preocupação seria exclusivamente a URSS, assim como a URSS tinha a sua principal ameaça nos EUA, visto que cada um destes Estados possuía a capacidade de infligir um dano que nenhum outro estado conseguiria igualar (Waltz, 1979: 170). Por sua vez, a questão da avaliação da potencial ameaça para uma grande potência, num mundo multipolar, torna-se mais difícil,



visto que “*the dangers are diffused, responsibilities unclear, and definitions of vital interests easily obscured*” (Waltz, 1979: 171). Assim sendo, num sistema bipolar, se houver uma situação de crise ou uma ameaça de conflito, tal será uma preocupação para as duas grandes potências, visto que existe a possibilidade de ambos terem perdas ou ganhos significativos, independentemente do local onde o evento tenha lugar, não sucedendo o mesmo num contexto multipolar (Waltz, 1979: 170-171). Consequentemente, numa competição a dois, a perda para um aparece como um ganho para outro, sendo que as potenciais perdas ou ganhos não se resumem somente ao aspeto militar, mas também ao crescimento económico ou ao desenvolvimento tecnológico, numa lógica de jogo de soma zero (Waltz, 1979: 171).

Existe ainda um outro fator que, na visão de Waltz, ajuda a explicar a relativa estabilidade do sistema internacional, a que o mundo assistiu, após o final da Segunda Guerra Mundial. Para além da contribuição da destruição do mundo multipolar em 1945 e da sua consequente substituição por um mundo bipolar, existe uma outra variável que parece ser necessária incluir na equação, de modo a que seja possível explicar a ausência de confrontação direta entre os EUA e a URSS durante a Guerra Fria: as armas nucleares (Waltz, 1988: 624). Estas têm o efeito de criar uma grande persuasão noutros Estados, algo que não acontece com as armas convencionais. A presença de armas nucleares diminui a probabilidade do surgimento de um conflito de larga escala entre Estados que as possuam, visto que os mesmos reconhecem que não existem garantias de vitória com o uso deste tipo de armamento e, mesmo se existissem, os danos e as perdas seriam demasiado avultadas e não compensariam o recurso à guerra (Waltz, 1988: 625-627).

Neste contexto, Waltz explica também que a distribuição de poder internacional não afeta a estrutura do sistema, visto que ela continua com a sua forma anárquica, o que leva os Estados a uma competição permanente pela sua segurança. Tal situação demonstra que, teoricamente, existe a possibilidade de guerra, apesar de a invenção das armas nucleares ter contribuído para que as mesmas se tendessem a limitar a Estados periféricos, visto que o armamento nuclear “*have banished war from the center of international politics*” (Waltz, 1988: 627). Consequentemente, é possível verificar que esta mudança ao nível da unidade reduziu, de forma considerável, um efeito estrutural: as guerras entre grandes potências (Waltz, 1988: 627). Foi justamente devido às armas nucleares que a Guerra Fria nunca se transformou numa “*hot war*”, ou seja, uma confrontação armada direta entre os EUA e a URSS (Waltz, 1988: 628).

Na vertente realista ofensiva, John Mearsheimer também procura explicar as causas que levam às guerras entre grandes potências. Além da estrutura anárquica do sistema internacional, Mearsheimer realça a importância da distribuição de poder como uma variável a ter em conta no surgimento de conflitos (Mearsheimer, 2001: 352-353). O realismo ofensivo, em consonância com o realismo defensivo de Waltz, considera que um sistema bipolar é mais pacífico e estável do que um sistema multipolar (Mearsheimer, 1990: 11; 2001: 353-355; Johnson e Thayer, 2016: 4). Tal como Waltz, Mearsheimer refere que o potencial risco para erros de avaliação é mais provável num sistema multipolar, uma vez que os erros de perceção e de cálculo são mais suscetíveis de ocorrer num contexto em que o sistema internacional é, tendencialmente, mais flexível e menos rígido, consequência da existência de uma permanente alteração nas coligações que se formam no sistema (Mearsheimer, 2001: 360-361). Contudo, nesta visão, a simples distinção entre sistemas bipolares e multipolares parece ser insuficiente para explicar as causas das guerras entre grandes potências e, como tal, Mearsheimer subdivide o sistema multipolar em sistemas multipolares equilibrados – onde se verifique a ausência de um estado dominante – e desequilibrados – no qual um estado possui um estatuto potencialmente hegemónico (Mearsheimer, 2001: 354-355).

Kenneth Waltz e John Mearsheimer analisaram, com grande precisão, as características dos sistemas bipolares e multipolares – partindo de vertentes distintas do neorealismo –, bem como as respetivas implicações no surgimento de conflitos entre grandes potências. Contudo, existe um outro tipo de sistema que é necessário analisar para compreender o seu contributo para o surgimento de guerras ou para a manutenção de paz e, assim, aferir a sua implicação na conflitualidade da ordem mundial: o sistema unipolar.

O final da Guerra Fria originou uma alteração na distribuição do poder no sistema internacional, sendo que William Wohlforth considerou que o seu término “*produced the greatest change in world power relationships since World War II*” (Wohlforth, 1999: 5). Consequentemente, a arquitetura bipolar do sistema internacional acabou por ser substituída pela unipolaridade da distribuição de poder, centrada na superpotência vencedora: os EUA (Wohlforth, 1999; Layne, 2002; Ikenberry, Mastanduno e Wohlforth, 2009; Monteiro, 2011; Tomja, 2014). Por sua vez, o mundo pós-Guerra Fria deve ser considerado como sendo unipolar, visto que os EUA possuem diversos tipos de capacidades – militares, económicas, tecnológicas e geopolíticas – que nenhum outro estado consegue igualar (Wohlforth, 1999; Ikenberry, Mastanduno e Wohlforth, 2009; Monteiro, 2011; Tomja, 2014).

Esta nova era unipolar deu azo a debates na comunidade académica relativamente às implicações que a mesma poderia ter para o sistema internacional, nomeadamente para a sua conflitualidade. Deste modo, surgiram algumas opiniões divergentes relativamente a este tópico. Por um lado, alguns autores defendiam o contributo do sistema unipolar para a pacificidade do sistema (Wohlforth, 1999), enquanto que outros afirmavam que a unipolaridade seria mais propensa ao surgimento de conflitos e, portanto, constituía um sistema internacional menos pacífico que os sistemas bipolares ou multipolares, dado que não existe um equilíbrio sistémico de poder como nos outros sistemas (Monteiro, 2011).

Nuno P. Monteiro considera que o estudo e a análise do contributo do sistema unipolar para a pacificidade ou conflitualidade do sistema são escassos, visto que os académicos se têm centrado, maioritariamente, na abordagem relativa à durabilidade da unipolaridade (Monteiro, 2011: 10-11). Seguindo esta lógica, Monteiro, no seu artigo “*Unrest Assured: Why Unipolarity Is Not Peaceful*” (2011), defende a pouca propensão do sistema unipolar para a pacificidade, argumentando que o mesmo “*creates significant conflict-producing mechanisms that are likely to involve the unipole itself*” (Monteiro, 2011: 12). Simultaneamente, o autor procura identificar as causas dos conflitos características do sistema unipolar (Monteiro, 2011: 12). Para justificar a falta de pacificidade dos sistemas unipolares, Monteiro argumenta que “*the first two decades of the unipolar era have been anything but peaceful*”, dando como exemplo os conflitos em que os EUA estiveram envolvidos desde o final da Guerra Fria: Guerra do Golfo (1991), Kosovo (1999), Afeganistão (2001-presente) e Iraque (2003-2010) (Monteiro, 2011: 11). A partir da análise quantitativa destas intervenções, Monteiro concluiu que os EUA estiveram em guerra durante treze dos vinte e dois anos decorridos desde o final da Guerra Fria<sup>5</sup>, significando que estas quase duas décadas contabilizam mais de 25% do tempo total da nação norte-americana em conflitos internacionais desde a sua génese (Monteiro, 2011: 11). Monteiro analisa também a incidência de conflitos que envolveram as grandes potências desde 1816, de modo tentar compreender com que frequência ocorreram em cada tipo de sistema – multipolar, bipolar e unipolar (Monteiro, 2011: 18). A partir daqui conclui que a unipolaridade é o sistema mais propenso a conflitos, em função da percentagem de anos em que as grandes potências passaram em guerra e da incidência dos conflitos que as envolveram (Monteiro, 2011: 18). Os dados recolhidos pelo autor demonstraram que, num sistema multipolar, as

---

<sup>5</sup> No seu artigo, Nuno P. Monteiro considera o ano 1989 como marcador do término da Guerra Fria. Deste modo, contam-se vinte e dois anos entre 1989 e 2011, data da publicação do seu artigo.

grandes potências encontraram-se envolvidas em conflitos durante 18% do seu tempo total de duração; num sistema bipolar este valor diminuiu para 16%; contudo, num sistema unipolar, o valor aumentou para 59% (Monteiro, 2011: 18-19). De acordo com Nuno P. Monteiro, estes dados corroboram o argumento de que a unipolaridade não é mais pacífica que os outros tipos de sistemas, mas antes mais propensa à conflitualidade.

Para explicar a conflitualidade inerente ao sistema unipolar, Monteiro dá como exemplo as incursões militares dos EUA no Iraque e no Afeganistão, onde se verificou uma situação em que a potência hegemónica – neste caso os EUA – procurou alterar o sistema em seu benefício, através de intervenções militares que lhe permitissem estender e cimentar o seu poder por todo o globo e, sobretudo, em zonas de elevado valor geoestratégico como o Médio Oriente, tirando proveito das suas capacidades inigualáveis (Monteiro, 2011: 22). Monteiro acrescenta que os conflitos podem surgir devido às ambições revisionistas de outras potências que tentam aumentar as suas capacidades para alterar o *status quo*. Num sistema unipolar, visto que não existe um equilíbrio sistémico de poder, os constrangimentos estruturais diminuem, fazendo com que o uni polo tenha a sensação de que possui uma maior margem para prosseguir com a sua agenda – dada a sua preponderância de poder e a ausência de competição com outra superpotência –, originando um sentimento de receio entre as outras potências que temem pela sua sobrevivência. Por sua vez, as potências ameaçadas procuram aumentar as suas capacidades para assegurar a sua sobrevivência no sistema internacional seja colocada em risco, criando condições para um confronto entre o uni polo e as “*recalcitrant minor powers*” (Monteiro, 2011: 23-27).

#### 1.4. Considerações finais

Este capítulo debruçou-se sobre a relevância do neorrealismo para a compreensão do sistema internacional. O neorrealismo defende que o sistema é anárquico e que os Estados procuram obter poder para garantir a sua sobrevivência. John Mearsheimer, com a sua abordagem realista ofensiva, concorda com as ideias principais do neorrealismo, mas acrescenta que o objetivo final dos Estados passa sempre por maximizar o seu poder e não apenas garantir a preservação do seu lugar no sistema internacional.

Os conceitos de equilíbrio de poder e os sistemas de distribuição de poder abordados pelo neorrealismo são importantes para percebermos como os Estados se comportam perante uma desestabilização da ordem internacional ou uma alteração na distribuição de poder. Na perspectiva neorrealista, os sistemas de distribuição de poder internacional estão intimamente relacionados com as causas dos conflitos e das guerras, sendo que, neste contexto, o sistema multipolar possui uma maior propensão para a conflitualidade do que um sistema bipolar, e o sistema unipolar se apresenta como o menos pacífico de todos os sistemas. Deste modo, a natureza dos sistemas de distribuição de poder é importante para entender de que forma a Rússia percecionou a ordem internacional no final da década de 1990, algo que a levou a elaborar e prosseguir uma política externa promotora da multipolaridade, para conferir ao sistema um maior equilíbrio e estabilidade. O Conceito de Política Externa da Federação Russa, aprovado em 2000, pouco tempo depois de Vladimir Putin assumir o cargo de Presidente da Federação Russa, reflete justamente esta posição, denotando igualmente uma forte crítica à unipolaridade norte-americana (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000). Para além disso, a assertividade que passa a caracterizar a política externa russa é entendida, desta forma, como uma estratégia para afirmar a Rússia como uma grande potência e um polo incontornável do poder internacional. O objetivo é contrariar a unipolaridade assumida por Washington desde o final da Guerra Fria, defendendo que só com um sistema mais equilibrado é que se pode refrear a conflitualidade internacional. Aqui as “*strategies for survival*” identificadas por John Mearsheimer, nomeadamente “*war*” e “*balancing*”, ajudam a compreender a estratégia russa para reequilibrar a ordem internacional, através de uma política externa mais assertiva que teve os seus pontos mais altos com as intervenções militares na Geórgia, na Ucrânia e na Síria. Para compreendermos como este objetivo se desenvolveu e concretizou, o próximo capítulo analisa a evolução da política externa russa desde a tomada de posse de Vladimir Putin como Presidente da Federação Russa, em 2000, até 2017.



## 2. A Política Externa da Federação Russa desde o ano 2000

O final da Guerra Fria e o subsequente desmembramento da URSS provocaram a perda do estatuto de superpotência global, deixando a Federação Russa numa posição de fragilidade e vulnerabilidade no sistema internacional, nomeadamente em relação ao seu anterior rival: os EUA. A década de 1990 constituiu um período negro na história da Rússia, dada a existência de uma grande instabilidade política e de graves dificuldades económicas (Shleifer e Treisman, 2005: 151; Shevstova, 2007: 899; Dadak, 2010: 89; Liñán, 2010: 167; Borshchevskaya, 2016: 1-2). Politicamente, esta década foi marcada por uma grande instabilidade interna – entre 1992 e 2000 a Rússia teve sete Primeiros-Ministros<sup>6</sup> – e à inexistência de um governo central forte. Economicamente, assistiu-se a uma situação de grande debilidade, muito devido à crise financeira de 1998, causada pela desvalorização do rublo e que originou um aumento exponencial da inflação. Militarmente, verificou-se a fragilização do exército russo e à necessidade de modernização do mesmo. A nível administrativo, ficou clara a disfuncionalidade da burocracia russa, ainda fortemente soviética, numa altura em que a nação estava desmoralizada e afetada pela derrota no contexto da Guerra Fria (Bracho e Lopez, 2005: 6; Mankoff, 2009: 12; Dadak, 2010; Aggarwal e Govella, 2012: 1,5-6; Freire e Kanet, 2012: 2; Gvosdev e Marsh, 2014: 2).

Vladimir Putin assumiu o cargo de Presidente da Federação Russa em maio de 2000, sucedendo a Boris Ieltsin, que esteve no cargo desde 1991. O projeto político que se seguiu assentava na intenção de realizar uma política externa pragmática, assertiva e ambiciosa, que projetasse de novo a Rússia nos palcos das grandes decisões da política internacional (Gvosdev e Marsh, 2014; Cadier e Light, 2015). O objetivo era recolocar a Rússia num nível de grande potência regional e global, capaz de prosseguir uma agenda política e económica independente e soberana, sem que se tivesse de submeter a ingerências ou pressões ocidentais (Freire e Kanet, 2012: 2; Tsygankov, 2016). Ao mesmo tempo, Putin também procurava restaurar o orgulho russo que encontrava ferido após uma década conturbada, dadas as dificuldades políticas, económicas, militares e administrativas com as quais Moscovo se deparou após o final da Guerra Fria.

---

<sup>6</sup> Os primeiros-ministros, interinos e confirmados, da Federação Russa entre 1992 e 2000 foram: Yegor Gaidar (1992); Viktor Chernomyrdin (1992-1998); Sergei Kirienko (1998); Viktor Chernomyrdin (1998); Yevgeny Primakov (1998-1999); Sergei Stepashin (1999); e Vladimir Putin (1999-2000) (Gvosdev e Marsh, 2014: 28).

Este capítulo tem como objetivo analisar a política externa russa desde o ano 2000 até ao final de 2017, incluindo os dois primeiros mandatos presidenciais de Vladimir Putin (2000-2008), o mandato de Dmitry Medvedev (2008-2012), juntamente com o terceiro mandato de Putin, iniciado em 2012. Para tal, serão analisados documentos oficiais da Federação Russa, entre os quais se incluem os vários Conceitos de Política Externa (2000, 2008, 2013 e 2016) promulgados pelo Kremlin. A análise destes documentos também é importante para compreender de que forma a crescente assertividade russa se foi refletindo nos mesmos, bem como nos discursos oficiais de Vladimir Putin e Dmitry Medvedev. De igual forma, importará compreender como outros fatores como a centralização do poder político, o crescimento económico e a modernização das forças armadas têm permitido a Moscovo desenvolver uma política externa mais assertiva, por sua vez refletida na projeção de força e poder, verificada nas intervenções militares na Geórgia e na Ucrânia (Karagiannis, 2014). O objetivo final do Kremlin será recolocar a Rússia num patamar de igualdade com as demais grandes potências do sistema internacional, bem como permitir que Moscovo consiga ter a capacidade de utilizar, sempre que necessário, a força militar para concretizar os seus objetivos geopolíticos e estratégicos, nomeadamente no espaço pós-soviético (Korolev, 2015).

Neste contexto, Vladimir Putin rapidamente deu continuidade à demonstração de uma postura crítica relativa à unipolaridade norte-americana privilegiando, assim, o estabelecimento de uma ordem multipolar, dado que considerava que este seria o único sistema capaz de promover o equilíbrio de poder e oferecer estabilidade ao sistema internacional (Mankoff, 2009). É, portanto, com a eleição de Vladimir Putin, no ano 2000, que a assertividade da política externa russa se começa a tornar uma característica distintiva, lançando as bases para a emergência de dinâmicas que, como argumentado nesta investigação, têm contribuído para reacender um novo clima de Guerra Fria com os EUA.

## 2.1. Os dois primeiros mandatos de Putin (2000-2008): a consolidação interna

Face a um clima de pressão interna, resultante da fragilidade política, económica e militar da Federação Russa, Boris Ieltsin anunciou a sua demissão a 31 de dezembro de 1999,



nomeando Vladimir Putin como Presidente Interino – que já se encontrava em funções como Primeiro-Ministro desde agosto de 1999 – e marcou eleições presidenciais para 26 de março de 2000 (Hesli e Reisinger, 2003: 5). Nesse mesmo dia, Vladimir Putin dirigiu-se, pela primeira vez, à nação como Presidente Interino, com um discurso – “*Russia at The Turn of The Millenium*” – que reconhecia as graves dificuldades sociais e económicas que o país atravessava e admitia que a Rússia “*for the first time in the past 200-300 years, it is facing a real threat of sliding to the second, and possibly even third, echelon of world states*” (Putin, 1999).

Ao comando do partido “*Rússia Unida*”, Vladimir Putin acabou por ganhar as eleições com quase 53% dos votos, tomando posse como Presidente da Federação Russa no dia 7 de maio de 2000 (Hesli e Reisinger, 2003: 6; Freire, 2011: 38).

### 2.1.1. O pragmatismo de Vladimir Putin e a implementação da autoridade vertical

A partir de 2000, Vladimir Putin procurou dar continuidade ao pragmatismo iniciado por Yevgeny Primakov, quando este assumiu o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa entre 1996 e 1998 (Freire, 2006: 8-9; Sakwa, 2011: 19; Clunan, 2014: 286; Tsygankov, 2016: 97-194). Neste contexto, Andrei Tsygankov considera que o primeiro mandato de Putin se caracterizou por uma lógica de pragmatismo de grande potência (Tsygankov, 2006: 127). Inicialmente, as prioridades da sua agenda centraram-se no crescimento económico e na modernização da Rússia. Inerente está a crença de que a geoeconomia deveria ser privilegiada face a questões mais clássicas da geopolítica e de que o poder económico deveria ser a pedra basilar da defesa dos interesses nacionais da Federação Russa (Tsygankov, 2006: 131).

O pragmatismo de Putin fica explícito em 2002, quando o Presidente russo afirma na Assembleia Federal que “*Russia’s foreign policy will be purely pragmatic, based on our possibilities and national interests*” (Putin, 2002). O objetivo seria restaurar o estatuto da Rússia como grande potência e civilização mundial, capaz de se proteger contra ameaças externas e internas e defender os seus interesses nacionais (Cadier e Light, 2015: 71-72). Na sua operacionalização, esta agenda assume a forma de um jogo de soma zero semelhante

àquele que marcou o período da Guerra Fria, onde os ganhos do Ocidente representavam automaticamente uma perda para a URSS (Cadier e Light, 2015: 72-73). Para além desta dimensão mais pragmática e calculista, a política externa de Putin assumiu uma agenda multivetorial, reconhecendo interesses estratégicos em várias regiões do globo, bem como a necessidade de se definirem eixos de atuação estratégica para dotar Moscovo de maior assertividade, independência e visibilidade na política internacional. Simultaneamente, o objetivo do presidente russo passava pelo refreamento de ingerências do Ocidente nos seus assuntos internos e nas relações privilegiadas com os países do espaço pós-soviético (Mankoff, 2009: 12; Freire, 2011: 50-51).

A chegada de Vladimir Putin à Presidência russa também despoletou um processo de centralização do poder político, assente na lógica de autoridade vertical (*vertikal vlasti*) (Hanh, 2003: 114; Oliner et al., 2009: 1; Freire, 2011: 37; Kaczmarek, 2014: 384). Este termo identifica “*um sistema de governo hierárquico assente em princípios de subordinação*”, algo que as elites políticas russas defendiam ser essencial para garantir a ordem e estabilidade nacional (Shevtsova, 2005: 7 *apud* Freire, 2011: 37). Para o Kremlin, a implementação da autoridade vertical era uma componente importante para preservar a ideologia da democracia soberana – uma ideia caracterizada pelo desejo de garantir a independência e autonomia da política de Moscovo, ausente de influências de forças externas, defendendo, deste modo, os seus interesses nacionais (Oliner *et al.*, 2009: 2; Wilson, 2009: 382). Este processo, de um modo geral, tinha como principais objetivos criar uma espécie de linha vertical de autoridade política, que se iniciava na figura do presidente e que se estendia, verticalmente e sucessivamente, até aos níveis das administrações federais, regionais e municipais, centralizando a execução das políticas públicas, limitando a autonomia de algumas instituições estaduais e, conseqüentemente, eliminando alguns tipos de controlo institucional dentro do sistema político russo (Oliner *et al.*, 2009: 1-2; Kaczmarek, 2014: 384). Por conseguinte, Putin iniciou esforços no sentido de centralizar o poder político, fortalecer o aparelho do estado e nomear pessoas da sua confiança para cargos políticos de destaque, restringindo os intervenientes no processo de deliberação, formulação e implementação de política externa a um núcleo duro, dominado por elites económicas (Freire, 2011: 41; Monaghan, 2012: 1).

### 2.1.2. O Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2000: um guião de atuação

Como referido anteriormente, Moscovo desde cedo mapeou os seus interesses à escala global, enfatizando a necessidade de desenvolver uma política multivetorial, vista como meio através do qual a Federação Russa estaria em melhores condições de reconquistar o estatuto de grande potência económica, política e estratégica (Mankoff, 2009: 12; Freire, 2011: 50-51; Cadier e Light, 2015: 67-68). Fundamentalmente, Putin desejava que a Rússia se tornasse um estado ativo na arquitetura internacional, com uma agenda própria e capaz de defender autonomamente os seus interesses nacionais (Rumer, 2007: 24).

Cedo Putin entendeu a importância do estabelecimento de uma ordem multipolar, capaz de oferecer equilíbrio e estabilidade à ordem internacional e, deste modo, contestar a unipolaridade do pós-Guerra Fria (Mankoff, 2009: 15). No início do seu primeiro mandato, Vladimir Putin promulgou alguns documentos estratégicos para que a Rússia se pudesse projetar com maior visibilidade nos palcos internacionais, onde se incluem os vários Conceitos de Política Externa que irão ser analisados neste capítulo.

O Conceito de Política Externa da Federação Russa, aprovado a 28 de junho de 2000, substituiu o Conceito que se encontrava em vigor desde 1993, incorporando uma série de novos elementos e eixos estratégicos. Logo no primeiro ponto – “*General Principles*” – o documento demonstra que o Kremlin vê o mundo moderno como “*going through fundamental and dynamic changes that profoundly affect the interests of the Russian Federation and its citizens*”, acrescentando que, ao mesmo tempo, surgem “*new challenges and threats to the national interests of Russia*”, originados com o fim da Guerra Fria. Subsequentemente, Moscovo enumera certos tipos de ameaças que considera relevantes, passando a incluir: rivalidades político-militares entre potências regionais, conflitos regionais, terrorismo internacional, tráfico de armas e drogas e a proliferação de armas nucleares (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000). Contudo, a Rússia também critica a crescente tendência para a existência de uma “*unipolar structure of the world with the economic and power domination of the United States*” e acrescenta que:

The strategy of unilateral actions can destabilize the international situation, provoke tensions and the arms race, aggravate interstate contradictions, national and religious strife. The use of power methods bypassing existing international legal mechanisms cannot remove the deep socio-economic, inter-ethnic and other

contradictions that underlie conflicts, and can only undermine the foundations of law and order. (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000)

Por conseguinte, o documento reitera a importância do estabelecimento de um “*multi-polar system of international relations that really reflects the diversity of the modern world with the its great variety of interests*” (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000). Esta exposição espelha a vontade das elites russas em desenhar uma ordem global multipolar, onde a Rússia se assumisse como um dos polos centrais na definição das grande estruturas e políticas internacionais (Mankoff, 2009: 15; Freire e Kanet, 2012: 2).

Este conceito de política externa também revela a necessidade de “*further strengthening Russia’s statehood, consolidation of civil society and the rapid transition to stable economic growth*” de modo a que seja possível assegurar “*a worthy place in the world*” (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000). Neste contexto, a política externa de Moscovo deve ser “*independent and constructive*”, baseada num “*mutually advantageous pragmatism*”, assim como “*balanced*”, dada a destacada e preponderante “*geopolitical position of Russia as one of the largest Eurasian powers*” (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000).

No ponto III do documento – “*Priorities of the Russian Federation in Resolving Global Problems*” –, a Rússia explicita a importância de fortalecer a segurança internacional. Concretamente, Moscovo revela-se preparado para reduzir o seu arsenal nuclear, baseado nos acordos realizados com os EUA, nomeadamente no Tratado da Limitação dos Sistemas de Mísseis Antibalísticos – *Anti Ballistic Missile Treaty* (ABMT) -, assinado em 1972 com a URSS, que previa a limitação do número de ogivas nucleares de ambos os países (Trenin, 2014b: 7-8). Para a Rússia, este tratado é uma base fundamental para assegurar uma “*strategic stability*” (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000). A nível económico, Moscovo aposta nas “*international economic relations [...] to promote the development of the national economy*”, com o objetivo de completar a transição para uma economia de mercado e, assim, permitir a sua integração nas estruturas e instituições económicas mundiais (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000).

No ponto IV – “*Regional Priorities*” –, a Rússia destaca a importância de realizar uma política externa que assegure a concretização de uma cooperação bilateral e multilateral com os Estados da Comunidade de Estados Independentes<sup>7</sup> (CEI), estabelecendo e

---

<sup>7</sup> A Comunidade de Estados Independentes (CEI) é uma organização criada em 1991, com o objetivo de garantir a cooperação e desenvolvimento entre os Estados do espaço pós-soviético. Inicialmente, esta organização era composta pela Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia, Cazaquistão, Federação Russa, Moldova, Quirguistão,

desenvolvendo relações de parceria com os mesmos (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000).

Em relação à NATO, o documento revela que a Rússia entende a importância de uma cooperação para manter a segurança e a estabilidade no continente europeu e, por isso, encontra-se “*open to constructive interaction*”, assente nos princípios estabelecidos no *Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security*, estabelecido entre a Rússia e a NATO, a 27 de maio de 1997<sup>8</sup> (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000). Contudo, e apesar de a Rússia se mostrar disponível para uma eventual cooperação, critica de forma clara a “*NATO’s present-day political and militar guidelines*”, visto que considera que estas “*do not coincide with security interests of the Russian Federation and occasionally directly contradict them*” (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000). A Rússia acrescenta que “*retains its negative attitude towards the expansion of NATO*” (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000).

Também as relações com os EUA se encontram explícitas no documento. Embora Moscovo admita que existem “*serious, and in a number of cases, fundamental differences*” com Washington, entende igualmente que uma boa interação russo-americana é uma “*necessary condition for the amelioration of the international situation and achievement of global strategic stability*” (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000).

A importância do desenvolvimento de relações com outros países, em diversas regiões, também se encontra manifesta no Conceito, desde logo, a importância de se aprofundar relações de amizade com alguns países asiáticos, como a China e Índia. A região do Médio Oriente parece, igualmente, assumir importância para o Kremlin, visto que o documento realça a importância do estreitamento de relações com o Irão, acrescentando que irá trabalhar para a estabilização da situação nesta região, assim como no Golfo Pérsico e no Norte de África (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000).

Segundo Andrei Tsygankov, existem dois fatores que tiveram influência na política externa russa e que originaram uma ligeira alteração no seu curso, pouco tempo depois da aprovação deste conceito de política externa. O primeiro encontra-se relacionado com o crescimento económico – explorado na seção seguinte – e o segundo com o aumento da atividade

---

Tajiquistão, Turquemenistão, Ucrânia e Uzbequistão (Baslar, 2001; Kubicek, 2009). Em 2008, a Geórgia deixou a CEI, devido ao conflito com a Rússia, ocorrido em agosto desse ano (Russia Today, 2008).

<sup>8</sup> Este acordo estabeleceu um compromisso político que tinha como principal objetivo construir um ambiente de paz na região Euro-Atlântica, através do respeito pelos princípios da democracia e da segurança cooperativa (NATO, 1997).

terrorista na região do Cáucaso e a nível global (Tsygankov, 2006: 127-128). Concretamente, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001, nos EUA, aumentaram o sentimento de insegurança relativamente a potenciais ataques em solo russo, sendo que Putin aproveitou este momento para vincar a sua própria visão das ameaças à segurança internacional, aproximando a Rússia do Ocidente, através do apoio à administração norte-americana na luta contra o terrorismo (Tsygankov, 2006: 128-129; Nizameddin, 2013: 67; Deyermond, 2016: 963).

Os Estados da periferia russa também mereceram uma atenção especial por parte de Moscovo, visto que, para o Kremlin, a CEI era vista como um espaço vital e área de interesses privilegiados (Freire, 2011: 31). Consequentemente, o Kremlin considerava que a manutenção da influência no espaço pós-soviético seria essencial para aumentar o seu prestígio e confirmar a Rússia como uma “*great power and a pole of the multipolar world*” (Rumer, 2007: 25). Deste modo, a visão geopolítica de Moscovo, baseada na procura do equilíbrio de poder, conduziu ao estabelecimento de “*security belt around its periphery*” (Rumer, 2007: 25). No fundo, a Rússia temia que estes Estados não possuíssem a capacidade de manter uma política externa independente, capaz de proteger os interesses de segurança russos e, consequentemente, acabarem numa espécie de vácuo de segurança (Rumer, 2007: 25). Isto acabou por ser confirmado pelas Revoluções Coloridas<sup>9</sup> na Geórgia e na Ucrânia, em 2003 e 2004, respetivamente, que geraram um enorme receio em Moscovo pelo fato da instabilidade verificada na sua vizinhança poder afetar a sua estabilidade interna. Por outro lado, Putin temia a instauração de governos pró-ocidentais, como consequência das Revoluções Coloridas – uma vez que o Kremlin as considerava como tentativas de mudança de regime patrocinadas e instigadas pelos EUA e seus aliados – que, de alguma forma, pudessem diminuir a sua influência no espaço pós-soviético e minar os seus interesses nessa região (Ademmer *et al.*, 2016: 3; Deyermond, 2016: 963). Neste contexto, as Revoluções Coloridas no espaço pós-soviético despoletaram uma reavaliação dos interesses regionais da Rússia e a calibragem das suas estratégias que vão marcar o segundo mandato de Vladimir Putin e o reforço da assertividade que se vinha efetivando desde o início do milénio (Tsygankov, 2016: 177).

---

<sup>9</sup> Segundo Pavel K. Baev, as Revoluções Coloridas podem ser definidas como “*a mass protest or an unarmed uprising aimed at replacing, through elections, the sitting government that represents a semi/quasi-democratic regime*” (Baev, 2011: 5). As Revoluções Coloridas ocorreram em países do espaço pós-soviético e dos Balcãs, sendo que as mais destacadas são: a Revolução Bulldozer, na Sérvia, em 2000; a Revolução Rosa, na Geórgia, em 2003; a revolução Laranja, na Ucrânia, em 2004; e a Revolução das Tulipas, no Quirguistão, em 2005 (Brudny e Finkel, 2012; Berzina, 2015).

Durante o seu segundo mandato, Putin prosseguiu uma linha de continuidade com os principais eixos estratégicos previamente definidos, muito embora as Revoluções Coloridas na sua vizinhança tenham tido implicações na sua agenda de política externa, aumentando a sua assertividade (Zakaurtseva, 2007: 88, 92; Larson e Shevchenko, 2014: 270). Com efeito, a implementação de regimes pró-ocidentais como consequência destas revoluções traduziu-se numa aproximação da Geórgia e da Ucrânia à UE e aos EUA, algo que entrava em choque com os interesses regionais e globais do Kremlin. Em resposta, Moscovo entrou num período de mais acentuado distanciamento do Ocidente e de maior enfoque no seu próprio percurso internacional. Estas dinâmicas tornam-se particularmente visíveis em 2005 quando a Rússia passa a demonstrar mais claramente a intenção de preservar uma esfera de influência na sua vizinhança próxima que salvaguardasse os seus interesses (Zakarusteva, 2007: 92; Mankoff, 2009: 19).

Seguiram-se uma série de práticas mais assertivas no espaço pós-soviético, incluindo retaliações energéticas à Ucrânia em 2006. Como resposta às transformações decorrentes da Revolução Laranja, Moscovo decidiu cortar o fornecimento de gás a este importante vizinho, obrigando Kiev a pagar o valor de mercado pelo consumo de energia russa, num claro exercício de diplomacia punitiva (De Micco, 2014: 5; Simão, 2014: 52; Wolczuk, 2016: 122). Esta assertividade manifestou-se noutras áreas, com importantes consequências para as relações entre a Rússia e o Ocidente, incluindo a relutância da Rússia em participar nos esforços internacionais para terminar o programa nuclear do Irão, as tentativas de bloquear o reconhecimento da independência do Kosovo<sup>10</sup> e a resposta hostil ao programado envio de sistemas antimísseis da NATO para a República Checa e para a Polónia. Estes acontecimentos demonstravam que a Rússia estava disposta a assumir uma postura mais agressiva e assertiva em relação ao Ocidente, sempre que considerasse que os seus interesses estivessem em risco (Mankoff, 2009: 25).

Como vimos anteriormente, o espaço asiático também constituiu um vetor importante para Moscovo. Num contexto de perda de influência no espaço pós-soviético e de deteriorar de relações com o Ocidente, a Rússia viu na aproximação à China uma oportunidade para estabelecer uma parceria estratégica que lhe permitisse contrabalançar a hegemonia e unilateralismo norte-americano e promover uma ordem mundial multipolar (Mankoff, 2009: 26; Wilson, 2009: 369). Ainda que esta visão já estivesse presente no primeiro mandato de

---

<sup>10</sup> O Kosovo declarou, unilateralmente, a sua independência da Sérvia em fevereiro de 2008. Contudo, a Federação Russa opôs-se ao reconhecimento do Kosovo como nação independente (Woehrel, 2009).

Putin, a aproximação aos parceiros asiáticos tinha sido feita de forma cautelosa e equilibrada, para não afetar as relações com os EUA e as restantes potências Ocidentais (Freire, 2011: 193). Esta aproximação foi facilitada por preocupações semelhantes em áreas como a segurança, a defesa e a energia, bem como o objetivo comum de promover uma ordem multipolar como alternativa ao unilateralismo norte-americano, sendo que a primeira demonstração estratégica desta aliança se concretizou numa postura crítica e coordenada à intervenção norte-americana no Iraque e à expansão da NATO (Mearsheimer, 2014: 1-4; Trenin, 2017: 31). O estreitamento das relações sino-russas foi oficializado com a participação de Moscovo na Organização de Cooperação de Xangai<sup>11</sup> e pela assinatura do “*Tratado de Boa Vizinhança, Amizade e Cooperação*” entre a Rússia e a China, em julho de 2001. Neste último, ficava clara a importância do desenvolvimento de “*relações bilaterais com base na política multivetorial russa focado, essencialmente, “na contraposição à hegemonia dos EUA*” (Freire, 2011: 193). Já durante o segundo mandato de Putin, esta cooperação foi reforçada pela “*Declaração Conjunta da Ordem Internacional do Século XXI*”, de julho de 2005, que reflete o entendimento partilhado por Moscovo e Xangai sobre aquele que devia ser o arranjo da ordem internacional, estabelecendo também o compromisso mútuo de promover o multilateralismo, a soberania dos Estados e uma justa e racional ordem mundial (Mankoff, 2009: 206-207). Para a Rússia, a promoção do estabelecimento de organizações alternativas, como a OTSC<sup>12</sup> (Organização do Tratado de Segurança Coletiva) ou Cooperação de Organização de Xangai, eram importantes, não só porque poderiam contribuir para a criação de um sistema multipolar, mas também porque poderiam ser úteis para contrariar a expansão da NATO (Aggarwal e Govela, 2012: 7-8).

À medida que as relações com o Ocidente se deterioram e novas parcerias são consolidadas, a assertividade da política externa russa torna-se mais evidente. O momento mais claro desta tendência dá-se em 2007 quando, durante a Conferência de Segurança de Munique, Putin declara a sua oposição e postura crítica face ao unilateralismo norte-americano (Tsygankov, 2008: 38). Para Putin, a ordem unipolar em vigor estava a ter consequências inaceitáveis e a

---

<sup>11</sup> A Organização de Cooperação de Xangai é uma organização política, económica e de segurança, estabelecida em junho de 2001 e composta pela China, Federação Russa, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão e Uzbequistão (Xiaodong, 2012).

<sup>12</sup> A forma embrionária da OTSC surgiu com a assinatura do Tratado de Segurança Coletiva, assinado em maio de 1992, entre a Federação Russa, Arménia, Cazaquistão, Uzbequistão, Quirguistão e Tajiquistão. Em outubro de 2002, houve uma reestruturação deste tratado, transformando-o na OTSC, na sua essência, uma aliança militar. Os seus objetivos passam pela manutenção da paz, defesa da estabilidade regional e internacional, bem como da integridade territorial e a preservação da soberania dos Estados membros (Weinstein, 2007).



desestabilizar a ordem internacional, muito mais que a contribuir para a resolução de problemas globais:

Unilateral and frequently illegitimate actions have not resolved any problems. Moreover, they have caused new human tragedies and created new centres of tension. (...) wars as well as local and regional conflicts have not diminished. (...) And no less people perish in these conflicts – even more are dying than before. Significantly more, significantly more! (Putin, 2007).

Não emergindo no vazio, este discurso representa o culminar de uma série de tensões nas relações com o Ocidente, incluindo a Guerra nos Balcãs, as duas expansões da NATO, a saída dos EUA do ABMT, a presença militar norte-americana na Ásia Central, a invasão do Iraque e a intenção de estabelecer um sistema de defesa antimíssil no Leste Europeu (Tsygankov, 2008: 38-39; Simão, 2014: 52-53). Este tópico será desenvolvido no próximo capítulo, dada a sua relevância para a compreensão da progressiva deterioração de relações entre Moscovo e Washington.

Em março do mesmo ano, foi publicada uma Revisão do Conceito de Política Externa da Federação Russa, destacando uma “*new face of pragmatism*” e sublinhando, novamente, a importância do estabelecimento de uma ordem multipolar, assente numa melhor distribuição de recursos (Tsygankov, 2008: 45). Este pragmatismo renovado no plano externo é complementado e reforçado por uma nova ideologia interna – a democracia soberana – que não só eleva a centralidade e autoridade do aparelho de estado russo a um novo patamar como coloca no centro da política russa o princípio de não-ingerência nos seus assuntos internos, e, por conseguinte, um maior distanciamento do mundo ocidental (Freire, 2011: 33). Esta assertividade e pragmatismo apenas se puderam concretizar num contexto económico favorável e vantajoso a uma maior autonomia russa em matéria de política externa como a próxima subsecção analisa.

### 2.1.3. O crescimento económico e a modernização das forças armadas (2000-2008)

Desde cedo que Putin percebeu a importância estratégica de uma economia soberana, como forma de garantir a independência russa e protegê-la de pressões ou influências externas, ao

mesmo tempo que proporcionava uma importante plataforma para projetar o seu poder nos planos regional e global (Tsygankov, 2008: 48; Kanet, 2011: 59; Aggarwal e Govella, 2012: 6; Grodksi, 2013: 112; Maitra, 2014: 29).

À grave crise financeira de 1998, seguiu-se um período de crescimento económico, cujos efeitos se fizeram sentir durante os dois primeiros mandatos de Vladimir Putin. Com efeito, os anos 2000-2007 assumiram-se como os melhores anos de sempre em termos económicos para Moscovo, com um crescimento económico anual médio de cerca de 7% (Maitra, 2014: 29). Neste período, a economia cresceu seis vezes mais, passando de um valor de cerca de 220 mil milhões de dólares para mais de 1300 mil milhões de dólares, fazendo com que em 2007 a economia russa já se encontrasse estabilizada e as reservas financeiras oficiais já cobrissem toda a dívida externa (Maitra, 2014: 29). Este crescimento deveu-se, sobretudo, a reformas fiscais e ao aumento da exportação de petróleo e gás natural, cujos preços se encontravam em tendência de subida nos mercados internacionais (Dadak, 2010: 91). Contudo, a crise económica mundial de 2008 acabaria por afetar o crescimento económico russo, fortemente apoiado no sector energético (Dadak, 2010: 91).

As reformas económicas e os lucros do sector energético, permitiram à Rússia aumentar o investimento na defesa, reformando e modernizando as suas forças armadas e, de alguma forma, revitalizando o sentimento de tradição militar soviética (Aggarwal e Govella, 2012: 8; Cooper, 2016b: 130-131). Entre 2000 e 2008, foi visível o aumento do orçamento da defesa russo – que aumentou de 214 mil milhões de rublos para 1,017 mil milhões –, possibilitando a aquisição de novas armas e equipamentos, entre os quais submarinos nucleares, novos mísseis balísticos, tanques e bombardeiros estratégicos (Aggarwal e Govella, 2012: 8).

## 2.2. A sucessão de Putin: a política de continuidade de Dmitry Medvedev (2008-2012)

### 2.2.1. O novo Conceito de Política Externa (2008)

Pouco tempo depois de assumir a presidência em 2008, e numa lógica de continuação dos principais eixos colocados em prática desde 2000, Medvedev promulgou um novo Conceito de Política Externa da Federação Russa (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2008). Em termos gerais, o conteúdo do documento apresenta várias semelhanças com o anterior conceito, nomeadamente o carácter equilibrado e multivetorial da política externa russa, considerando a Rússia como “*one of the leading States of the world*” e defendendo a ideia de que “*the unilateral action strategy leads to destabilization of international situation, provokes tensions and arms race [...]*” (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2008). O documento volta a expressar a visão russa relativamente à importância do estabelecimento de uma ordem multipolar, referindo que a Rússia “*looks forward to emergence of a stable system of international relations based on the principles of equality, mutual respect and mutually beneficial cooperation*” (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2008). Este novo conceito reitera também a relevância da Rússia “*as one of influential centers in the modern world*” (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2008).

No ponto IV – “*Regional Priorities*” –, encontra-se novamente destacada a importância das relações bilaterais e multilaterais com os países do CEI, do aprofundamento da OTSC, considerando-as “*key instrument[s] to maintain stability and ensure security in the CIS*”, e do respeito por mecanismos de cooperação existentes, entre os quais se destaca a Organização de Cooperação de Xangai (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2008).

Relativamente à NATO, o documento reafirma a hostilidade de Moscovo perante a expansão da organização em direção às fronteiras russas, especificando a sua preocupação com a integração da Geórgia e da Ucrânia (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2008). Pouco após a aprovação deste Conceito, eclode o conflito armado entre a Rússia e a Geórgia, que decorreu entre 7 e 12 de agosto de 2008. Segundo Marcel de Haas (2009: 2), este conflito foi uma ação política em prol dos interesses nacionais russos tal como definidos

neste documento (Haas de, 2009: 2). Esta guerra adquiriu um nível simbólico ao ser declarada como “*the end of the ‘unipolar moment’ and the beginning of a new era in the international system*”, sendo esta a primeira ocasião, desde o final da Guerra Fria, em que tropas russas combateram fora do seu território (Heine, 2009: 55-56). Mais do que o resultado de um evento específico, este conflito representa o culminar de vários momentos de tensão diplomática entre a Rússia e a Geórgia, que se desenrolaram após a Revolução Rosa de 2003 e da consequente aproximação de Tbilisi ao Ocidente. Este momento é essencial para compreender dinâmicas globais que levaram ao surgimento de um clima de Nova guerra fria e, por isso, será analisado, com maior detalhe, no próximo capítulo.

Ainda no final de Agosto, pouco dias após a cessação de hostilidades na Geórgia, Dmitry Medvedev revelou que a sua agenda de política externa e de segurança assentava em cinco grandes eixos, reiterando as diretivas principais que caracterizaram o anterior Conceito de Política Externa: 1) a primazia do direito internacional; 2) a multipolaridade como alternativa à unipolaridade norte-americana; 3) o desenvolvimento de relações com o Ocidente; 4) a proteção de russos étnicos no espaço pós-soviético; e 5) os interesses regionais da Federação Russa (Medvedev *apud* Haas de, 2009: 3).

### 2.2.2. *State Armament Programme* (SAP) 2011-2020: a modernização das forças armadas

A Guerra na Geórgia, em 2008, serviu como momento chave para o Kremlin iniciar um processo mais acentuado de reforma e modernização dos vários ramos das forças armadas russas. O conflito demonstrou que a Rússia possuía algumas deficiências a nível de armamento, comunicações e organização (Tichý, 2014: 538-539; Cooper, 2016a: 11). Na sequência deste evento, o então presidente Dmitry Medvedev, aprovou, no final de 2010, um pacote de reformas, conhecido como *State Armament Programme* (SAP), para os anos 2011-2020 (Cooper, 2016a: 13). Este programa tinha como objetivo modernizar as forças armadas, através da compra de novo equipamento militar, mas também do financiamento para a pesquisa e desenvolvimento de novos sistemas de defesa. O valor estimado para concretizar este plano situava-se em cerca de 20 mil milhões de rublos – cerca de 680 mil milhões de dólares – e especificava que o objetivo seria que 70% das forças armadas russas estivessem equipadas com uma nova geração de armamentos até 2020 (Gorenburg, 2010: 1). Aqui

incluem-se, por exemplo, caças furtivos de quinta geração, uma nova classe de submarinos, a substituição de mísseis balísticos intercontinentais do período soviético por outros mais modernos, novos sistemas de defesa antimíssil e equipamentos com tecnologia de ponta para as forças terrestres (Gorenburg, 2010: 2-5; Cooper, 2016b: 133-137; Kristensen e Norris, 2016: 127-129).

Dados divulgados pelo *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI) demonstram o claro aumento do orçamento militar russo canalizado para o setor da defesa. O orçamento de defesa subiu de 20,982 mil milhões de dólares, no ano 2000, para mais de 69,200 mil milhões, no ano de 2016, o que significa que, em termos de percentagem do PIB (Produto Interno Bruto) canalizados para o setor, houve uma subida de 3,6% para 5,3% (SIPRI, 2017a; SIPRI, 2017b). Deste modo, os dados do SIPRI revelam que o investimento de mais de 69 mil milhões de dólares no setor da defesa em 2016 tornam a Rússia na terceira nação a nível mundial com maior volume orçamental canalizado para o setor, superada apenas pelos EUA e China, que realizaram investimentos de 611 mil milhões e de 215 mil milhões de dólares, respetivamente (SIPRI, 2017a).

### 2.3. O regresso de Putin e a reafirmação da assertividade russa (2012-2018)

#### 2.3.1. Energia e economia como plataformas de projeção do poder

Em 2009, a economia russa caiu cerca de 7,8%, em virtude da crise financeira global de 2008, mas acabaria por recuperar no ano seguinte com um crescimento a rondar os 4,5% (The World Bank, 2017). Entre 2009 e 2013, a média de crescimento do PIB seria de 1%, ficando longe dos 7% do período 2000-2008 (Kurdin e Gurvich, 2015: 30-31). As sanções ocidentais à Rússia, em função da sua intervenção na Península da Crimeia, em 2014, tiveram um impacto negativo na economia, sendo que as estimativas apontam para um volume de perdas a rondar os 280 mil milhões de dólares, no período 2014-2017 (Gurvich e Prilepskiy, 2015: 359). Segundo um relatório do *The World Bank*, publicado em janeiro de

2017, é esperado que, durante este mesmo ano, a economia russa cresça 1,5%, confirmando, assim, uma tendência de tímida recuperação (The World Bank, 2017).

Como referido anteriormente, o aumento da exploração de petróleo e gás natural contribuíram muito para o crescimento económico da Rússia, após a crise financeira de 1998, estimando-se que os mesmos representem cerca de 1/5 do PIB russo na década de 2000 (Simola e Solanko, 2017: 4). Segundo um relatório publicado em junho de 2017, pela empresa energética britânica BP, a Rússia foi, em 2016, o terceiro maior produtor de petróleo a nível mundial – superado apenas pelos EUA e Arábia Saudita (BP Report, 2017). A nível da produção de gás natural, a Rússia foi, em 2016, o segundo maior produtor – apenas atrás do EUA –, com um nível de produção de cerca de 579 mil milhões de milímetros cúbicos de gás (BP Report, 2017; Simola e Solanko, 2017: 12). Em grande medida, o crescimento económico da Rússia permitiu-lhe aumentar o seu prestígio no panorama internacional, sendo que o seu estatuto como principal fornecedor de gás para a Europa tornou Moscovo num importante ator global (Oliker *et al.*, 2009: 90). Deste modo, a transformação da Rússia numa superpotência energética permitiu-lhe instrumentalizar este setor em seu benefício, utilizando-o como arma de negociação política e diplomática, para ganhar uma maior margem de manobra nas negociações com os seus parceiros (Larson e Shevchenko, 2014: 270; Maitra, 2014: 30). Com efeito, a Rússia tem utilizado a energia como um meio para aumentar a sua influência política (Oliker *et al.*, 2009: 95). Em concreto, o abastecimento energético tem sido usado como uma ferramenta de política externa, variando os preços aplicados conforme o nível de proximidade dos Estados abastecidos. Por exemplo, Estados politicamente mais próximos da Rússia, como a Bielorrússia ou a Arménia, compram gás natural a preços mais reduzidos em relação aos valores de mercado. Por outro lado, países como a Ucrânia, a Geórgia ou a Moldova – considerados por Moscovo como mais propensos a aproximarem-se do Ocidente – pagam valores de mercado pelo abastecimento energético e, em situações de crise, preços mais elevados (Newnham, 2011: 134).

O caso da Ucrânia é bastante ilustrativo da forma como a Rússia utiliza a energia forma de punição em momentos de divergência política entre os dois Estados. A punição assume-se como um castigo económico, através do aumento dos preços destes produtos, mas também da exigência de pagamentos de dívidas e de embargos (Newnham, 2011: 140). Estas situações ocorreram em 2006 e 2009, quando a Rússia cortou o fornecimento de gás à Ucrânia, alegadamente devido à incapacidade de os Estados chegarem a acordo relativamente à fixação de preços e à renegociação de contratos em vigor, mas que

politicamente coincidiu com momentos de divergência política dos dois países – em virtude da tomada de posse de um governo pró-ocidental no seguimento da Revolução Laranja, em 2004, e da vontade expressa por Kiev em aderir à NATO, em 2008 (Baran, 2007: 141; Pirog, 2007: 89-90; Pirani *et al.*, 2009: 22; Newhnam, 2013; Simão, 2014: 52). Mais recentemente, em junho de 2014, fruto da situação de tensão e conflito que se vive no Leste da Ucrânia, da anexação da Crimeia e da, subsequente, imposição de sanções económicas à Rússia pelo Ocidente, gerou-se uma nova disputa energética que culminou no corte temporário do abastecimento de gás para Kiev (BBC, 2014a). No entanto, a energia não foi usada como arma política e instrumento de pressão política apenas com a Ucrânia, mas também com outros Estados do espaço pós-soviético como a Geórgia e a Moldova: em 2003, fruto da Revolução Rosa na Geórgia, verificou-se um aumento dos preços do gás abastecido pela Rússia; na Moldova, Moscovo decidiu banir, temporariamente, a importação de vinho em 2006, acabando mesmo por cortar o fornecimento de gás a Chişinău durante o inverno desse mesmo ano (Oliker *et al.*, 2009: 97-99).

### 2.3.2. Os Conceitos de Política Externa de 2013 e 2016

O futuro da política externa russa começou a ser publicamente assumida em pleno ambiente eleitoral. Num artigo publicado no jornal *Moscow News*, em fevereiro de 2012, Vladimir Putin afirmou que a Rússia iria apostar numa política externa autónoma, assegurando que as suas decisões não iriam ser “*dictated by others*” (Putin *apud* Moscow News, 2012). Putin criticou, igualmente, a expansão da NATO, os planos dos EUA em estabelecer um sistema de defesa antimíssil na Europa, bem como os bombardeamentos aéreos levados a cabo por alguns membros da Aliança Atlântica, na Líbia, em 2011, em nome do apoio humanitário, considerando que a interferência estrangeira em assuntos domésticos não é benéfica, nem aceitável. Putin classificou ainda a morte de Muammar Gaddafi como “*medieval*” e “*primeval*”, numa clara condenação à atuação dos EUA e dos seus aliados (Putin *apud* Moscow News, 2012).

O novo Conceito de Política Externa de 2013 reflete esta postura e assume uma lógica de continuidade com o Conceito de 2008. Contudo, existem algumas diferenças que importam salientar. A primeira encontra-se relacionada com aquilo que o Kremlin denomina como o

*“destructive and unlawful use of soft power”<sup>13</sup>*, argumentando que alguns Estados o utilizam *“to exert political pressure on sovereign states, interfere in their internal affairs, destabilize their political situation, manipulate public opinion, including under the pretext of financing cultural and human rights projects abroad”* (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2013). Dentro desta linha de pensamento, o documento faz menção à realização de intervenções militares enquadrados pela Responsabilidade de Proteger<sup>14</sup>, referindo que Moscovo considera como inaceitáveis este tipo de atuações, considerando que estas *“undermine the foundations of international law based on the principle of sovereign equality of states”* (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2013). Importa, igualmente, salientar que este conceito destaca que a Rússia mantém a intenção de prosseguir uma política externa *“transparent, predictable and pragmatic”*, o que significa que Moscovo pretende dar continuidade às políticas anteriormente definidas e implementadas (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2013).

Pouco após a aprovação deste conceito, ocorreu um evento revelador da determinação e assertividade de Moscovo, que demonstrou não recear usar o seu poder militar sempre que considerasse que os seus interesses se encontravam em risco: a intervenção no Leste da Ucrânia e a subsequente anexação da Crimeia, em março de 2014. A tensão na Ucrânia teve início com a decisão do então Presidente Viktor Yanukovych, em novembro de 2013, em suspender as negociações com a UE relativamente à assinatura de um acordo de associação – aproximando a Ucrânia do Ocidente – e em fortalecer as relações com a Rússia, em troca de um generoso pacote de ajuda financeira do Kremlin (Simão, 2014: 52-53; Trenin, 2014a: 5). As opções políticas de Yanukovych despoletaram uma vaga de protestos na praça de Maidan, em Kiev, e uma escalada de violência, com a subsequente repressão dos manifestantes pelas autoridades ucranianas. À medida que a tensão se intensificou novos focos de conflito surgiram no leste ucraniano e, em fevereiro de 2014, após o controlo de vários edifícios oficiais na Crimeia por parte de forças pró-russas, foi redigido um documento prevendo e justificando a *“incorporation of parts of Ukraine into the Russian Federation on the grounds of alleged Ukrainian discrimination of national minorities”*

---

<sup>13</sup> O conceito de *“soft power”* refere-se ao poder, de atores estatais e não-estatais, de atrair, persuadir ou influenciar, através do diálogo, da diplomacia e da transmissão de certos valores relevantes de serem replicados, levando outro ator a assumir um determinado comportamento, sem recurso à coação (Nye, 2002: 8-9).

<sup>14</sup> O princípio da Responsabilidade de Proteger foi implementado em 2005, na Cimeira Mundial da Assembleia Geral da ONU, que decorreu em Nova Iorque. Este princípio prevê que, sempre que os governos nacionais se mostrem incapazes ou relutantes em proteger os seus cidadãos, a comunidade internacional deve assumir a responsabilidade de os proteger (Madsen e Selsbaek, 2012: 7).



(Bebler, 2015: 40). Em pouco tempo, as forças pró-russas tomaram controlo de pontos vitais da Crimeia, cuja integração formal em território russo acabou por ocorrer no dia 18 de março, quando Vladimir Putin o anunciou num discurso aos membros do Conselho da Federação e da Duma (Putin, 2014). À semelhança da guerra entre a Rússia e a Geórgia, em 2008, este é um momento simbólico para compreender o ressurgimento de um novo clima de Guerra Fria, pelo que a sua análise será retomada no próximo capítulo.

O próximo evento que marcou o terceiro mandato de Putin foi a intervenção militar na Síria, em setembro de 2015, como forma de apoio ao Presidente Bashar al-Assad na luta contra as forças da oposição e o grupo jihadista DAESH. Deste modo, a Rússia deixa claro que a cooperação com regimes soberanos e a luta pela manutenção dos mesmos – impedindo que se estabeleçam governos pró-ocidentais ou vazios de poder que possam ser aproveitados por extremistas islâmicos para expandir a sua influência – são essenciais para a concretização dos seus interesses geoestratégicos, políticos e económicos – situação que se verifica na Síria (Kozhanov, 2013, 2014; Hove, 2017: 147-149). A intervenção russa neste conflito será desenvolvida no Capítulo 5, visto que esta constitui o estudo de caso da presente dissertação.

O Conceito de Política Externa da Federação Russa de 2016 apresenta um elemento distintivo em relação aos seus precedentes e que passa pela eliminação da passagem que identifica a Rússia como uma parte integral e inseparável da civilização europeia (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2016). O conceito faz também referência ao conflito na Ucrânia, afirmando que serão realizados esforços para solucionar o conflito em curso, acrescentando ainda que Moscovo se encontra interessado em desenvolver laços de várias naturezas com Kiev (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2016). Por fim, no ponto 93 do documento, é feita menção ao conflito na Síria, referindo que Moscovo respeita a integridade territorial do país, defendendo que cabe ao povo sírio determinar o seu futuro (Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2016). Esta tomada de posição reflete o desejo do Kremlin em defender o regime de Assad, na Síria, assistindo o governo na luta contra os grupos rebeldes da oposição e contra o DAESH, impedindo que exista uma precipitada e forçada mudança de regime, instigada por países ocidentais, como ocorreu na Líbia de Muammar Gaddafi (Kozhanov, 2013, 2014; Watanabe, 2016; Hove, 2017: 147-149).

No final de 2017, Vladimir Putin anunciou publicamente a sua recandidatura à presidência da Federação Russa, nas eleições de março de 2018, o que poderá ser demonstrativo do seu

desejo em dar continuidade às políticas que iniciou no seu anterior mandato (The Telegraph, 2017).

## 2.4. Considerações finais

Este capítulo demonstrou que a Rússia sofreu profundas alterações desde que Vladimir Putin assumiu a presidência do país, no ano 2000. De uma nação fragilizada a nível político, económico e geoestratégico na década de 1990, a Rússia enveredou por um caminho de recuperação, com vista a relançar-se na luta pelos seus interesses nacionais e restaurar o estatuto de grande potência regional e global. O crescimento da economia russa foi um fator importante neste processo, visto que esta sofreu um grande impulso na década de 2000 – sobretudo devido ao aumento dos preços do gás e petróleo e às reformas económicas – fazendo com que Moscovo conseguisse usar como arma política e, deste modo, ganhar uma maior margem na manobra para resistir a pressões externas, ao mesmo tempo que investiu e apostou na modernização do país. O setor militar sofreu, igualmente, grandes reformas com o objetivo final de ser totalmente modernizado, sendo que o Kremlin, desde o início da presidência de Putin, assumiu que a existência de forças armadas fortes e bem equipadas seriam um pilar fundamental para garantir não só a segurança da nação, mas também para a manutenção dos seus interesses externos. O uso da força militar passou a ser considerado como um meio legítimo para concretizar os seus interesses, tal como foi demonstrado com os casos das intervenções russas na Geórgia e no Leste da Ucrânia. Dmitri Medvedev deu continuidade às reformas neste setor, – mas também no setor económico e na área da política externa –, revelando a sua importância para a concretização do projeto de reafirmação internacional da Rússia. O capítulo também demonstrou que Moscovo possui interesses em várias regiões do globo – evidenciando que a política externa do Kremlin assenta numa lógica multivetorial –, sendo que a área da CEI e o setor asiático têm uma especial relevância, visto que ambas são necessárias para garantir um equilíbrio geoestratégico em relação ao Ocidente e, em particular, à unipolaridade norte-americana.

A retórica visível nos Conceitos de Política Externa e nas várias declarações de Putin e de Medvedev analisadas, também demonstram que a assertividade e o pragmatismo do Kremlin foram ganhando maior ênfase à medida que aumentavam as divergências em relação à posição e atuação dos EUA – e seus aliados – sobre várias matérias, entre as quais as Revoluções Coloridas, a expansão da NATO ou a intervenção militar autorizada pelo

Conselho de Segurança da ONU (Organização das Nações Unidas) na Líbia. Deste modo, o próximo capítulo irá analisar a política externa norte-americana, desde o início do mandato de George W. Bush, bem como o histórico de relações entre Washington e Moscovo – a partir desse mesmo período – para, deste modo, compreender de que forma elas se deterioraram progressivamente, caminhando na direção de um clima de Nova Guerra Fria.

### 3. A Política Externa dos EUA desde 2000: as relações entre Moscovo e Washington e o ressurgimento de tensões no século XXI

O presente capítulo tem como objetivo abordar a política externa dos EUA, iniciando-se com a análise do mandato presidencial de George W. Bush, que coincide com a ascensão de Vladimir Putin à presidência da Federação Russa. Aqui, importa perceber de que forma a política externa norte-americana foi influenciada pelos ataques terroristas do dia 11 de setembro de 2001 e pela subsequente “*Global War on Terror*”, que apelava a um esforço global na luta contra o terrorismo. O capítulo prossegue com a análise da política externa norte-americana durante o mandato de Barack Obama, com o objetivo de identificar tendências de continuidade e mudança ideológica e operacional. Para tal, serão exploradas e analisadas algumas passagens incluídas nos documentos de Estratégia de Segurança Nacional norte-americanos (2002, 2006, 2010, 2015 e 2017) que irão servir de base à compreensão da política externa de Washington.

Depois desta contextualização, o capítulo foca-se nas relações bilaterais entre os EUA e a Rússia, desde 2000, afim de identificar e clarificar os motivos da crescente deterioração de relações entre Washington e Moscovo. Serão, igualmente, abordadas as intervenções russas na Geórgia (2008) e na Ucrânia (2014), com o objetivo de evidenciar a existência de um clima de Nova Guerra Fria entre a Rússia e os EUA. A necessidade do desenvolvimento deste conceito deriva do acumular de tensões e divergências entre estes dois atores nos últimos anos, – agudizada pelas ações de Moscovo na Geórgia e na Ucrânia – levando alguns autores a sugerir que o sistema internacional se encontra perante uma nova era de rivalidade entre Washington e Moscovo.

### 3.1. Os mandatos de George W. Bush e a “*Guerra ao Terror*” (2001-2008)

George W. Bush assumiu a presidência dos EUA no final de 2000, sucedendo a Bill Clinton (CNN, 2015a). Durante a campanha presidencial, George W. Bush demonstrou vontade em alterar o curso da política externa norte-americana, deixando clara a intenção de recuperar e reavivar as alianças do período da Guerra Fria. Inicialmente, Bush via no crescimento da China, e não na ameaça do terrorismo internacional, a principal ameaça externa aos EUA, ao mesmo tempo que defendia uma estratégia política menos ambiciosa e interventiva na arena global (Mearsheimer, 2010: 6). Contudo, os ataques de 11 de setembro de 2001 alteraram significativamente a sua visão do mundo, bem como o papel que os EUA deviam desempenhar nas principais dinâmicas de segurança internacional (Cox e Stokes, 2012: 189). A uma postura mais isolacionista contrapõe-se uma estratégia de “*global dominance*”, de uso unilateral da força militar e da “*preemptive war*”, que vão definir a denominada “*Doutrina Bush*” (Jervis, 2003: 369-375; Mearsheimer, 2010: 6; Cox e Stokes, 2012: 35).

A resposta aos ataques de 11 de setembro assumiu a forma de uma “*Global War on Terror*” e de uma luta incessante dos EUA “*until every terrorist group of global reach has been found, stopped and defeated*” (Bush *apud* BBC, 2001). Esta retórica teve um considerável efeito mobilizador, tanto das elites políticas norte-americanas, como da sua sociedade, criando condições para a aceitação de uma política de segurança interna e externa mais invasiva e interventiva (Cox e Stokes, 2012: 123; Barnett, 2016: 14-15). No plano internacional, esta retórica permitiu a Bush difundir a equivalência entre o terrorismo global e o regime talibã no Afeganistão, bem como o regime de Saddam Hussein no Iraque, justificando a intervenção dos EUA nestes dois cenários como parte da sua “*Global War on Terror*” (Barnett, 2016: 15).

#### 3.1.1. Invasões do Afeganistão (2001) e Iraque (2003)

A invasão no Afeganistão teve início a 7 de outubro de 2001, com a operação *Enduring Freedom*, que tinha por objetivo destruir as células terroristas da Al Qaeda no país e os seus

campos de treino (Skidmore, 2005: 218; Williams, 2011: 565; Cox e Stokes, 2012: 140). A ofensiva foi de curta duração, muito devido aos ataques aéreos com recurso a tecnologia moderna que permitiram aos EUA obter uma clara vitória militar sobre o regime Talibã apenas no espaço de dois meses (Barnett, 2016: 16). Contudo, isto não significou o fim da “*Global War on Terror*”. Em janeiro de 2002, no discurso do Estado da Nação, Bush deixou claro que os EUA se iriam insurgir contra os Estados nucleares que fizessem parte de um “*axis of evil*”, como a Coreia do Norte e o Irão. Na visão do Presidente norte-americano, estes Estados constituíam uma ameaça à paz mundial e à segurança norte-americana pela sua relação com grupos terroristas (Bush, 2002). Neste contexto, a administração norte-americana começou a construir a imagem do Iraque como um epicentro do terrorismo internacional, defendendo que o regime de Saddam Hussein estaria em posse de armas de destruição massiva que podiam facilmente cair nas mãos de células terroristas (Phythian, 2006: 400). Com base nesta argumentação, o Congresso aprovou, em outubro de 2002, uma resolução sobre a “*Authorization for the Use of Force in Iraq*”, abrindo caminho à intervenção norte-americana no país. Os EUA, apoiados por uma coligação composta por 49 países<sup>15</sup> que invadiu o Iraque em março de 2003, através da *Operation Iraqi Freedom* (Bassil, 2012: 29). Do ponto de vista militar, a vitória da coligação foi clara, e em pouco mais de um mês Bush anunciava que a missão no Iraque tinha sido cumprida e bem-sucedida (Bush *apud* CNN, 2003). Contudo, os EUA depararam-se gradualmente com várias dificuldades, quer no terreno – pela dificuldade em responder a técnicas de guerrilha por parte da resistência iraquiana –, quer ao nível da comunidade internacional pela falta de provas sobre a existência efetiva de armas de destruição massiva em solo iraquiano (Phythian, 2006: 403; Cox e Stokes, 2012: 141-142).

Assim, durante o primeiro mandato de George W. Bush, aplicaram-se alguns dos princípios que viriam a caracterizar a “*Doutrina Bush*”, como a guerra preemptiva – que culminou nas invasões do Afeganistão e do Iraque –, mas também o unilateralismo, com os EUA a abandonarem o ABMT em 2002 – assinado em 1972 com a URSS (Dumbrell, 2002: 279-283; Jervis, 2003; Cox e Stokes, 2012: 338).

---

<sup>15</sup> Os países citados pela Casa Branca como fazendo parte da coligação que apoiou, política e militarmente, a invasão do Iraque são: Afeganistão, Albânia, Angola, Austrália, Azerbaijão, Bulgária, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Dinamarca, El Salvador, Eritreia, Eslováquia, Espanha, Estados Unidos da América, Estónia, Etiópia, Filipinas, Geórgia, Holanda, Honduras, Hungria, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Islândia, Itália, Japão, Kuwait, Letónia, Lituânia, Macedónia, Micronésia, Mongólia, Nicarágua, Palau, Panamá, Polónia, Portugal, Reino Unido, República Checa, República Dominicana, Roménia, Ruanda, Singapura, Tonga, Turquia, Uganda, Ucrânia e Uzbequistão (The White House, 2003).

### 3.1.2. As Estratégias de Segurança Nacional de 2002 e 2006

A Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2002 cristaliza a “*Doutrina Bush*”, tal como ela se definiu no período pós-11 de setembro com claras implicações para a política externa e de defesa norte-americana. De orientação neoconservadora, este documento projeta estes ataques terroristas como um “*act of war*” contra os EUA (Snauwaert, 2004: 121; Cox e Stokes, 2012: 338; Tarzi, 2014: 27). Conseqüentemente, a resposta foi, como vimos anteriormente, uma “*Global War on Terror*” que passou a dominar a agenda de política externa norte-americana, agora orientada para a eliminação da ameaça terrorista e das diferentes formas que ela possa assumir (National Security Strategy, 2002). Fica também claro uma concepção alargada desta orientação, já que Washington se compromete a não fazer distinção “*between terrorists and the nations that harbor them*”, uma vez que “*the allies of terror are the enemies of civilization*” (National Security Strategy, 2002).

A estratégia expressa neste documento declara igualmente a necessidade de os EUA travarem “*rogue states*” e “*terrorist clients*”, antes mesmo de estes estarem na posse de armas de destruição massiva que possam ser utilizadas contra a nação ou os seus aliados (National Security Strategy, 2002). Esta seria uma missão que caberia aos EUA desempenhar devido à sua “*unprecedented—and unequaled—strength and influence in the world*”, enfatizando, igualmente, a sua influência nos ramos políticos e económicos, o seu papel fundamental no fortalecimento e difusão da liberdade, da democracia, do desenvolvimento e do mercado livre à escala global (National Security Strategy, 2002).

Em 2006 foi aprovado uma nova Estratégia de Segurança Nacional, dado que, por esta altura, os EUA encontravam-se envolvidos nos conflitos do Iraque e do Afeganistão. Deste modo, o cenário difundido é de grande conflitualidade, argumentando-se que a “*America is at war*” contra a ameaça terrorista (National Security Strategy, 2006). De um modo geral, a Estratégia de Segurança Nacional norte-americana de 2006 é bastante semelhante ao documento anterior, concretamente no que diz respeito à filosofia da “*preemptive war*”. Contudo, importa salientar algumas distinções. A primeira encontra-se relacionada com a ênfase dada à promoção da democracia e à necessidade de eliminar a tirania no mundo (National Security Strategy, 2006). A segunda está relacionada com a consideração de que a guerra contra o terror ainda não se encontra terminada, afirmando, no entanto, que a “*Al-Qaeda has lost its safe haven in Afghanistan*” e acrescentando que esta rede terrorista “*has*

*been significantly degraded*” (National Security Strategy, 2006). A terceira distinção está ligada à referência feita a Estados como a Síria e o Irão, declarando que estes países “*continue to harbor terrorists at home and sponsor terrorist activity abroad*”. De acordo com o documento, o Irão surge como o Estado que mais ameaça à segurança norte-americana, devido a questões relacionadas com o seu programa nuclear e a possibilidade de o regime de Teerão vir a possuir armas de destruição massiva (National Security Strategy, 2006). As Revoluções Coloridas na Geórgia e na Ucrânia – em 2003 e 2004, respetivamente – são também mencionadas e destacadas, considerando que estas “*have brought new hope for freedom across the Eurasian landmass*” (National Security Strategy, 2006). Esta posição dos EUA contrasta com a da Rússia, empenhada em preservar os governos vigentes na sua vizinhança, como forma de impedir a sua aproximação ao Ocidente e consequente distanciamento da órbita de influência russa.

Em agosto de 2008, George W. Bush deparou-se com uma situação política e geoestratégica delicada, em função da guerra entre a Geórgia e a Rússia. Perante os acontecimentos, o presidente norte-americano condenou rapidamente o comportamento de Moscovo, afirmando que a violência era inaceitável e demonstrando uma grande preocupação “*about the disproportionate response of Russia*” (Bush *apud* CBS News, 2008). Bush aconselhou o Kremlin a celebrar um acordo de cessar-fogo e a retirar as suas tropas do terreno, sob pena de arriscar “*its place in the diplomatic, political, economic and security structures of the 21st century*” (Bush *apud* The New York Times, 2008). A resposta norte-americana à intervenção russa na Geórgia, bem como as suas implicações na deterioração de relações entre Washington e Moscovo serão desenvolvidas com maior detalhe mais à frente neste capítulo.

Em dezembro de 2008, ainda durante o seu mandato presidencial, Bush celebrou o *Status of Forces Agreement* (SOFA), com o Iraque, prevendo que as forças militares norte-americanas devessem ser totalmente retiradas do país até o final de 2011 (Unger, 2016: 2). Esta decisão demonstra que, para os EUA, a ameaça terrorista no Iraque parecia estar erradicada, ao mesmo tempo que corroborava a ideia de que a invasão norte-americana ao país e a subsequente queda do regime de Saddam Hussein tinham sido bem-sucedidas.

### 3.2. A administração de Barack Obama (2009-2016)

Barack Obama viria assumir uma postura distinta do seu antecessor como Presidente dos EUA. O novo presidente norte-americano procurou promover uma narrativa diferente da utilizada por George W. Bush, nomeadamente no que diz respeito ao papel que os EUA deveriam desempenhar no mundo, bem como no combate à ameaça terrorista islâmica (Cox e Stokes, 2012: 97; Barnett, 2016: 18).

Michael Boyle considera que é difícil definir a “*Doutrina Obama*”, dada a ausência de uma direção estratégica concreta, que ficaria comprovada após a análise das suas políticas (Boyle, 2017: 11). No entanto, o autor Michael Cox sugere que a política externa da administração Obama assenta numa estratégia de “*smart power*”<sup>16</sup>, misturando elementos e práticas de “*hard power*”<sup>17</sup> e de “*soft power*”, distanciando-se, portanto, da natureza ideológica que caracterizava a “*Doutrina Bush*” (Cox e Stokes, 2012: 97).

Ainda durante a campanha presidencial, Barack Obama criticou a administração Bush por ter entrado numa “*wrong war*” no Iraque, não prestando a devida atenção à “*right war*” no Afeganistão, considerando que esta seria a frente de batalha central contra a Al Qaeda (Unger, 2016: 6), juntamente com o Paquistão (Barnett, 2016: 19). É nesse sentido que, em dezembro de 2009, Obama anuncia o envio de um contingente militar adicional para o Afeganistão, que deveria permanecer no terreno até meados de 2011 (Rogin, 2009). Refletindo esta posição, o novo documento de Estratégia para a Segurança Nacional de 2010 apresenta algumas distinções relativamente ao anterior documento de orientação estratégica norte-americana. O documento apela ao diálogo e à cooperação com outros Estados, vendo no multilateralismo uma abordagem mais eficiente às ameaças e desafios globais, como o extremismo, a proliferação de armas nucleares e as alterações climáticas (National Security Strategy, 2010). A maneira como se aborda a ameaça terrorista é também alvo de mudanças. Obama mostra claros sinais de querer reposicionar o centro de resposta e ataque à ameaça terrorista do Iraque para o Afeganistão e para o Paquistão. Isto porque o “*Al Qa’ida’s core in Pakistan remains the most dangerous component of the larger [terrorist] network*”

---

<sup>16</sup> O “*smart power*” envolve a utilização simultânea da força militar e da diplomacia – através da formação de alianças e parcerias – para legitimar ações e concretizar objetivos (Armitage e Nye, 2007).

<sup>17</sup> O “*hard power*” refere-se ao uso da força e da coerção, através do envolvimento do poderio militar e económico, de modo a pressionar outros para que satisfaçam a nossa vontade (Nye, 2003).



(National Security Strategy, 2010), enquanto que no Afeganistão permanecia ainda a ameaça real de um derrube do regime pelos Talibã (National Security Strategy, 2010).

Outra diferença significativa é a maior atenção dada ao estreitar de relações com outras regiões do globo, por oposição à centralização de esforços de política externa no Médio Oriente, desde o início dos anos 2000. Neste contexto, a região da Ásia-Pacífico adquire particular importância devido ao seu valor estratégico e económico (Cox e Stokes, 2012: 215; Unger, 2016: 10). Por outro lado, e em virtude dos eventos da Primavera Árabe, no Norte de África e Médio Oriente, a partir de 2010, verificou-se também um realinhar da agenda política norte americana para esta região e, em particular, para a Líbia. Em virtude das reivindicações populares de mudança de regime e reforma democrática, e da consequente resposta das forças de segurança fiéis ao regime de Muammar Gaddafi, os níveis de violência em solo líbio escalaram rapidamente, levando a uma resposta internacional que se materializou na intervenção militar da NATO, em março de 2011, para aplicar a Resolução 1973 do Conselho de Segurança da ONU, autorizando o uso de todos os meios necessários para proteger civis líbios (Brockmeier *et al.*, 2016: 113). Muito embora Obama considerasse que Muammar Gaddafi tinha perdido toda a legitimidade para governar e deveria abandonar funções (Obama *apud* Al Jazeera, 2011), a resposta foi enquadrada num quadro de cooperação internacional sancionada pelo Conselho de Segurança – ao contrário do que tinha sucedido no Afeganistão e no Iraque – e concretizada pela NATO, cuja intervenção acabou por precipitar o fim do regime de Gaddafi (Brockmeier *et al.*, 2016: 117).

Para além das revoluções pró-democráticas da Primavera Árabe, a Administração Obama deparou-se com outro evento delicado e complexo: a anexação da Península da Crimeia pela Rússia, em fevereiro de 2014. Como resposta à intervenção militar russa no Leste da Ucrânia, os EUA impuseram um pacote de sanções económicas à Rússia (The Guardian, 2014; Gros e Mustilli, 2015; Nephew e Weiss, 2016). Esta tomada de posição, que foi partilhada por outros atores da comunidade internacional, incluindo a UE, salientou a importância de se isolar a Rússia e travar os seus ímpetos expansionistas, algo que foi referido pelo Presidente Barack Obama numa conferência de imprensa, pouco após a anexação da Crimeia por Moscovo (Obama, 2014a). Dada a sua importância no contexto das relações Rússia-EUA, esta questão vai ser retomada e aprofundada mais à frente neste capítulo.

Neste contexto internacional de crescente complexidade, em fevereiro de 2015, é aprovada uma nova Estratégia de Segurança Nacional. Em continuidade com o documento anterior,

nota-se a preferência pela cooperação multilateral, sobretudo no contexto da NATO, para dar resposta às ameaças internacionais, em detrimento de uma posição unilateral (National Security Strategy, 2015). Isto é particularmente relevante num contexto de luta pelo poder na região do Médio Oriente e Norte de África que o presente documento identifica (National Security Strategy, 2015). O documento faz igualmente referência ao decréscimo de efetivos norte-americanos no Iraque e no Afeganistão que permitiu aos EUA “*to realign our forces and resources to meet an evolving set of threats while securing our strategic objectives*” (National Security Strategy, 2015), numa clara alusão ao DAESH, como ameaça terrorista e ator desestabilizador no contexto do Médio Oriente (National Security Strategy, 2015).

### 3.3. A Presidência de Donald Trump (2016-)

A campanha presidencial de Donald Trump ficou marcada pela sua postura crítica e de rutura em relação à Administração Obama. Trump classifica a política externa de Obama como um “*complete and total disaster*”, “*reckless*” e “*aimless*”, sobretudo no contexto do Médio Oriente (Trump, 2016a). Trump considera que as intervenções norte-americanas no Iraque, em 2003, e na Líbia, em 2011, não só não tinham sido bem-sucedidas, como tinham contribuído para a desestabilização da região e para a proliferação de células terroristas. Para ele, a queda dos regimes de Saddam Hussein e de Muammar Gaddafi tinham sido um erro (Trump, 2016b), porque criaram um vácuo de segurança que permitiu aos extremistas islâmicos, e em particular ao DAESH, expandir a sua influência, aumentar o controlo em algumas áreas e, deste modo, aumentar a insegurança na região.

Trump foi também muito crítico da posição assumida na Síria de apoio a grupos rebeldes e curdos que combatiam simultaneamente as forças do regime e o DAESH, contrapondo-a com a determinação russa no combate focado contra os fundamentalistas islâmicos. Isto assumia-se de maior relevância para Trump uma vez que o combate ao DAESH, e não a queda do regime de Bashar al-Assad, devia ser a prioridade na Síria (Trump, 2016b). Neste sentido, Donald Trump considerava ser proveitosa uma aliança com a Rússia em torno do objetivo comum de derrotar o DAESH (Trump, 2016c) e erradicar o extremismo islâmico radical (Trump, 2017).

Assim, a melhoria de relações com a Rússia passou a ser uma referência frequente nas declarações de Trump. O agora presidente norte-americano admitiu a existência de diferenças política e ideológicas entre os EUA e a Rússia, mas salientou que estas não deviam impedir o desenvolvimento de relações pacíficas com base em interesses comuns, sobretudo no combate ao terrorismo islâmico (Trump, 2016c).

No primeiro ano de mandato de Donald Trump, foi aprovado o documento de Estratégia de Segurança Nacional dos EUA de 2017. Neste documento, o Irão, a Coreia do Norte, e a questão nuclear transversal a estes dois países, bem como o seu eventual apoio a grupos terroristas, são retratados como as principais questões de segurança internacional enfrentadas pelos EUA. O terrorismo islâmico continua a merecer uma posição de destaque nesta dimensão e a intervenção, direta ou indireta, no Médio Oriente – em particular na Síria e no Iraque – surge como resposta preferencial a esta ameaça (National Security Strategy, 2017).

Por outro lado, também a Rússia e a China são identificadas como potenciais ameaças, sobretudo devido à sua postura revisionista que coloca em perigo a primazia norte-americana na cena internacional (National Security Strategy, 2017). Os EUA parecem reconhecer a ambição russa de restaurar o seu estatuto de grande potência e de se assumir como potência regional incontestada no espaço pós-soviético, como forma de enfraquecer a influência norte-americana no mundo. Neste sentido, apesar do documento deixar em aberto a possibilidade de cooperação com Moscovo – assim como com Beijing – a imagem predominante é a de uma Rússia agressiva que está a tornar a Eurásia num espaço mais volátil e inseguro, com importantes consequências para a segurança internacional (National Security Strategy, 2017), algo que contrasta com as declarações públicas do presidente norte-americano.

### 3.4. Relações Rússia-EUA: em direção a uma Nova Guerra Fria

#### 3.4.1. Uma amizade efémera

No início dos anos 2000, as relações entre Washington e Moscovo não se afiguravam problemáticas (Aslund e Kutchins, 2009: 141; Mankoff, 2009: 106-107). Do lado norte-

americano, a Rússia tinha perdido relevância como eixo prioritário de política externa, sendo vista como um Estado fraco, sem verdadeiro alcance internacional e, portanto, incapaz de representar uma ameaça para os interesses estratégicos dos EUA (Cox e Stokes, 2012: 249). É neste contexto que, num encontro, em junho de 2001, em Ljubljana (Eslovénia), os Presidentes russo e norte-americano pareciam criar pontes de diálogo para a consolidação de uma relação baseada no respeito mútuo (Bush, 2001 e Putin, 2001).

Os ataques terroristas de 11 de setembro criaram as condições para que esta aproximação assumisse o carácter de uma parceria estratégica e se aprofundasse com base no combate a uma ameaça comum: o terrorismo islâmico (Roberts, 2004: 2-3; Mankoff, 2009: 111; Larson e Shevchenko, 2014: 273; Legvold, 2016: 74-75; Tsygankov, 2016: 146-147). Para a Rússia, esta era uma oportunidade para resolver alguns conflitos internos no Cáucaso do Norte relacionados com o radicalismo islâmico (Tsygankov, 2016: 136-137). Com efeito, Washington apoiou as ações de Moscovo na Chechénia, incluindo-as na lógica da “*Global War on Terror*”. Este constitui um elemento de viragem, uma vez que, no contexto pré-11 de setembro, estas mesmas iniciativas eram projetadas como um uso excessivo da força por parte do Kremlin (Kennedy-Pipe e Welch, 2005: 284; Mankoff, 2009: 111; Aggarwal e Govella, 2012: 37).

Por seu turno, a Rússia apoiou intervenção norte-americana no Afeganistão e, ainda que não tivesse contribuído diretamente com contingentes militares, aceitou partilhar informação, abrir o seu espaço aéreo e exercer pressão económica e política sobre os Estados da Ásia Central para que cooperassem na campanha antiterrorista em curso (Mankoff, 2009: 112; Kanet, 2011: 212; Tsygankov, 2016: 147). Neste contexto, as relações EUA-Rússia mantiveram-se amistosas, mesmo após Washington ter abandonado o ABTM, em 2002. Não obstante, a assinatura do Tratado de Reduções Estratégicas Ofensivas, conhecido por SORT (*Strategic Offensive Reductions Treaty*), em maio de 2002, que previa a redução de armas estratégicas, de ambos os países, de 6000 ogivas para cerca de 1700-2200, no espaço de dez anos, é ilustrativa das boas relações entre o Kremlin e Washington (Cox e Stokes, 2012: 250; Gvosdev e Marsh, 2014: 86; Legvold, 2016: 74-75). Porém, o ponto mais alto das relações dá-se quando o Presidente russo, Vladimir Putin, anuncia a sua vontade em aderir à NATO, na Cimeira de Roma, donde resultou a decisão de criação de um novo Conselho NATO-Rússia, possibilitando uma maior integração de Moscovo nas estruturas da aliança euro-atlântica que parecia transcender a lógica de rivalidade que perdurara durante a segunda

metade do século XX (Aslund e Kutchins, 2009: 2; Aggarwal e Govella, 2012: 38; Cox e Stokes, 2012: 250; Legvold, 2016: 74-75).

### 3.4.2. O esfriamento das relações entre Moscovo e Washington

Contudo, esta aproximação foi muito efémera, sendo rapidamente suplantada pelo reavivamento de tensões entre Moscovo e Washington. A invasão norte-americana do Iraque, as Revoluções Coloridas no espaço pós-soviético, os alargamentos da NATO para o leste europeu e o plano norte-americano para instalar um sistema de defesa antimíssil na Polónia e um sistema de radar na República Checa marcam a viragem nas relações EUA-Rússia, entrando numa rota de divergência estratégica (Sakwa, 2008: 255-258; Larson e Shevchenko, 2014: 273-274; Legvold; 2016: 75-78; Tsygankov, 2016: 193-194).

Contrariamente à posição tomada no Afeganistão, Putin não só não apoiou a intervenção norte-americana no Iraque, como se juntou à França e à Alemanha na condenação da mesma devido à inexistência de provas irrefutáveis sobre a existência de armas de destruição massiva no terreno (Tsygankov, 2016: 150). Neste contexto de crescente tensão, as Revoluções Coloridas Geórgia e na Ucrânia, em 2003 e 2004, respetivamente – muito embora resultassem de movimentos da sociedade civil descontentes com o que consideravam ser resultados eleitorais comprometidos e elites políticas corruptas –, foram vistas pelo Kremlin como uma clara interferência ocidental na sua esfera de influência com o objetivo de aproximar os Estados do espaço pós-soviético das estruturas ocidentais e, por conseguinte, enfraquecer a influência regional de Moscovo. Por outro lado, a Rússia também viu as Revoluções Coloridas como uma tentativa, por parte de Washington, de instigar uma revolta dentro das suas próprias fronteiras e, assim, provocar uma mudança de regime (Tsygankov, 2016: 179). Neste sentido, Putin vai acusar e criticar a administração norte-americana por apoiar a insurgência, quer na Geórgia, quer na Ucrânia, com o objetivo principal de enfraquecer a Rússia (Cox e Stokes, 2012: 251; Gvosdev e Marsh, 2014: 89), algo que parecia ser validado pela participação da Geórgia pós-revolução na intervenção no Iraque (Newnham, 2015: 163).

A expansão da NATO para leste foi vista pelo Kremlin como uma quebra da promessa feita pelos EUA, no final da Guerra Fria, em relação ao não alargamento da aliança euro-atlântica

para a tradicional esfera de influência russa (Hove, 2017: 140). Em boa verdade, esta promessa já tinha sido quebrada em 1999 com a incorporação da República Checa, da Hungria e da Polónia na NATO. O alargamento de 2004 – com a adesão da Estónia, Letónia e Lituânia, Roménia, Bulgária, Eslovénia e Eslováquia – reavivou os receios de Moscovo acerca de um cerco ocidental ao seu território, exacerbando o sentimento de derrota geopolítica do final da Guerra Fria (Kanet, 2011: 230-231; Sakwa, 2008: 258; Gvosdev e Marsh, 2014: 100-101).

Na Conferência de Segurança de Munique de 2007, Vladimir Putin expressou o seu descontentamento em relação aos EUA, assumindo uma postura crítica em relação à unipolaridade norte-americana que via como principal causa da insegurança internacional devido ao uso excessivo de força militar que iria despoletar uma “*inevitable arms race*” (Putin, 2007). Este discurso simboliza, de forma muito clara, o deteriorar de relações entre os EUA e a Rússia e inaugura uma fase de particular tensão entre estes dois atores (Monaghan, 2015: 4). Neste contexto, as negociações realizadas nesse mesmo ano entre os EUA, a Polónia e a República Checa para a instalação do sistema de defesa antimíssil, levaram a Rússia a ameaçar enviar mísseis nucleares de curto alcance para a Bielorrússia, caso Washington não voltasse atrás na sua decisão (The Telegraph, 2007), uma vez que esta iria, inevitavelmente, trazer uma “*tremendous change to the strategic balance in Europe, and to the world's strategic stability*” (The Guardian, 2007).

### 3.4.3. A Guerra na Geórgia (2008): uma nova fratura entre Rússia e EUA

Como mencionado anteriormente, Vladimir Putin via na adesão dos países do espaço pós-soviético à NATO uma das principais ameaças à sua segurança e capacidade de influência regional (Putin, 2008). Por isso mesmo, quando a Geórgia e a Ucrânia manifestaram a sua vontade em aderir a esta organização, na Cimeira de Bucareste, em 2008, o sentimento de insegurança estratégica da Rússia agravou-se (Aslund e Kutchins, 2009: 142; Tsygankov, 2016: 211). Muito embora a adesão não se tivesse concretizado, a Rússia deixou claro que iria tomar medidas para assegurar os seus interesses ao longo das suas fronteiras, incluindo ações militares e o apoio às regiões separatistas da Ossétia do Sul e da Abecásia, na Geórgia, caso a ideia de adesão à NATO se mantivesse (Reuters, 2008).

Daqui resultou um escalar de tensões com a Ucrânia e com a Geórgia. No último caso, estas tensões foram agravadas por outros episódios, incluindo o envio de tropas não armadas russas para a Abecásia, alegadamente para reparar caminhos de ferro, algo visto pela Geórgia como um ato de agressão (BBC, 2008). A resposta surgiu no dia 7 de agosto, quando o governo georgiano anunciou uma operação militar para restaurar a ordem constitucional na Ossétia do Sul, onde se haviam registado bombardeamentos. No dia seguinte, Moscovo intervém na região dando início a hostilidades que rapidamente se alastraram à região separatista da Abcásia (Heine, 2009: 56). Um cessar-fogo acabou por ser negociado rapidamente pondo um fim às hostilidades que se desenrolaram durante cinco dias. Não obstante, como resultado do conflito, Moscovo reconheceu, unilateralmente a independência da Abecásia e da Ossétia do Sul, como forma de punir a Geórgia pelas suas opções de política externa, algo que teve uma repercussão negativa sobre a reputação russa a nível internacional (Bowker, 2011: 198).

Com este exercício militar, a Rússia cumpria dois propósitos: primeiro, demonstrar na prática a assertividade da política externa russa tal como pautada nos seus principais documentos estratégicos; segundo, enviar uma mensagem, à NATO e, em particular aos EUA, mas também aos países do espaço pós-soviético que não iria tolerar interferências externas na sua área de interesses vitais e que estaria pronta para responder, pela força se necessário, sempre que os seus interesses estratégicos fossem ameaçados (Kanet, 2011: 235).

#### 3.4.4. Barack Obama: o “*reset*” nas relações com a Rússia e a crise na Ucrânia

##### 3.4.4.1. Obama tenta uma reaproximação a Moscovo

Herdando um clima tenso de relações com Moscovo, a administração Obama rapidamente assume o compromisso de fazer um “*reset*” às relações com a Rússia, por forma a aliviar a animosidade que se tinha agravado nos últimos anos (Gvosdev e Marsh, 2014: 93). Esta tentativa de normalização de relações implicou o cancelamento do programa de instalação do escudo antimíssil na Polónia e na República Checa e a sua substituição por um sistema “*designed to shoot down short and medium range iranian missiles*” (The New York Times,

2009). A assinatura de um novo tratado START (*Strategic Arms Reduction Treaty*), em 2010, prevendo uma maior redução do número de mísseis estratégicos nucleares em relação ao tratado de 1991, e banindo o envio de armas estratégicas para fora de territórios nacionais (Tsygankov, 2016: 215), reforçou esta tentativa de aproximação entre Washington e Moscovo.

Estas iniciativas permitiram melhorar a cooperação entre a Rússia e os EUA, levando a que, em 2009, Moscovo permitisse às tropas norte-americanas usar o território russo para entrar em território afegão, apoiasse as sanções económicas impostas pelos EUA ao Irão e cancelasse alguns contratos militares estabelecidos com o regime de Teerão. Contudo, a abstenção russa na votação da Resolução 1973, que previa a criação de uma zona de exclusão aérea e a utilização de todos os meios para proteger os civis na Líbia, e permitiu a subsequente intervenção militar da NATO neste território, mostrava claramente o receio do Kremlin acerca do apoio norte-americano ao que parecia ser uma vaga de mudanças de regime no Norte de África e Médio Oriente (Gvsodev e Marsh, 2014: 93-94).

Neste sentido, a Rússia foi muito crítica da forma como os EUA geriram a campanha na Líbia, sob o pretexto de ajuda humanitária, considerando a interferência estrangeira em assuntos domésticos como inaceitável e a morte de Muammar Gaddafi como “*medieval*”, numa clara condenação à atuação de Washington e seus aliados (Putin, 2012). Consequentemente, a crise na Líbia veio contribuir para um novo deteriorar das relações entre Washington e Moscovo.

#### 3.4.4.2. Novas tensões: A crise na Ucrânia (2014)

Este deteriorar de relações foi agravado pela crise ucraniana e pela intervenção militar russa, que culminou na anexação da península da Crimeia, em março de 2014. A crise ucraniana iniciou-se em novembro de 2013, quando o então Presidente Viktor Yanukovych decidiu suspender as negociações com a UE relativamente à assinatura de um Acordo de Associação, em troca de um generoso pacote de ajuda financeira por parte do Kremlin (Trenin, 2014b: 5; Tsygankov, 2016: 252). Esta decisão despoletou uma vaga de protestos na praça Maidan, em Kiev, que rapidamente se traduziu numa escalada de violência entre manifestantes e as autoridades ucranianas. Inicialmente conscritos à capital, os conflitos alastram-se gradualmente ao leste ucraniano, incluindo a península da Crimeia, onde as forças pró-russas



ocuparam vários edifícios oficiais. A intervenção russa faz-se com base no argumento da proteção aos étnicos russos – cerca de 60% da população total da Crimeia – que estariam a ser discriminados pelas autoridades ucranianas (Bebler, 2015: 40; Marshall, 2017: 31). Em pouco tempo, as forças pró-russas tomaram controlo de pontos vitais da Crimeia (Bílková, 2015: 34) e, após um referendo realizado a 16 março de 2014, Vladimir Putin declara o território como estando formalmente integrado na Federação Russa (Putin, 2014).

Não reconhecida pela comunidade internacional, esta anexação teve importantes consequências para a Rússia, incluindo o seu afastamento do G8, o deteriorar de relações com a UE e a suspensão da cooperação no quadro da NATO (Trenin, 2014b: 8-9). Os EUA condenaram a anexação da Crimeia pela Rússia, levando Obama a afirmar que esta violou “*the sovereignty and territorial integrity of Ukraine*” e acusou Moscovo de ser o principal responsável pela violência no leste do país, ao ter treinado, armado e financiado as forças separatistas (Obama, 2014b).

A posição russa no contexto ucraniano é facilmente entendida como uma tentativa de preservar a sua influência no espaço pós-soviético. Assim, a intervenção russa e a anexação da Crimeia surgem como resposta ao processo de integração europeia da Ucrânia que poderia facilitar a adesão deste país à NATO e, assim, privar Moscovo do seu controlo da base naval de Sevastopol e, conseqüentemente, do acesso ao Mar Negro (Fraser, 2008: 11-13; Marshall, 2017: 27-28). Para Andrei Tsygankov, o facto da Rússia ter tido uma posição mais muscular na Ucrânia, daquela que se verificara anos antes na Geórgia, tem a ver com o peso estratégico deste país, relativamente mais relevante devido à partilha de uma fronteira física de maior extensão com a Rússia, mas também de uma maior interdependência económica e cultural (Tsygankov, 2015: 281). Por esses motivos, seria inaceitável para Moscovo assistir a um processo de gradual integração política, económica e geoestratégica de Kiev no Ocidente, agravando a síndrome de cerco pelas potências ocidentais (Legvold, 2016: 83; Marshall, 2017: 27-29).

#### 3.4.5. Donald Trump e as relações com a Rússia em 2017

Neste clima de tensão agravada, a chegada de Donald Trump à presidência dos EUA sugeria uma abertura para melhorias nas relações entre Washington e Moscovo, bem como uma

maior cooperação em áreas de interesse comum. Contudo, rapidamente se percebeu que estas relações continuariam “*frias*”. Para isto, muito contribuiu a Guerra na Síria. O mês de abril de 2017 simbolizou o “mal-estar” das relações entre Moscovo e Washington, quando as forças norte-americanas atacaram uma base militar síria, como resposta a um alegado ataque contra civis com recurso a armas químicas (BBC, 2017a; CNN, 2017a), levando a Rússia a condenar rapidamente este ataque, considerando-o como um “*act of aggression against a sovereign country*”, algo que adensou o clima de tensão entre os dois Estados (Putin *apud* TASS, 2017a). Simultaneamente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, Sergey Lavrov, anunciava que as relações EUA-Rússia “*have never been so difficult since the end of Cold War*” (Lavrov *apud* The Independent, 2017a).

Desta forma, uma aparente aproximação entre os líderes dos EUA e da Rússia, tal como demonstrada pelas suas declarações públicas, não foram suficientes para reverter um padrão de relações tensas e divergências em relação a questões prementes de segurança internacional, tendo este sido agravado pelas movimentações nos cenários ucraniano e sírio. Em relação ao primeiro, destaca-se a decisão norte-americana, no final de 2017, de fornecer armamento antitanque ao exército ucraniano para combater as forças separatistas pró-russas no leste da Ucrânia, reforçando a oposição à Rússia (CNN, 2017b). No segundo caso, destacam-se vários incidentes entre aeronaves norte-americanas e russas em espaço aéreo sírio, dado que estas sobrevoam, ocasionalmente, as mesmas áreas dentro da Síria e acabam por se encontrar a distâncias perigosamente próximas. Subsequentemente, Washington acusou Moscovo de “*intentionally violating an agreement intended to prevent accidents in the skies over Syria*” (CNN, 2017c). No entanto, este tópico relativamente à Guerra na Síria, bem como as suas implicações nas relações entre Moscovo e Washington, voltará a ser retomado do capítulo 5.

### 3.5. Uma Nova Guerra Fria?

Neste contexto de permanente e crescente tensão entre os EUA e a Rússia, a ideia de uma Nova Guerra Fria tem sido, nos últimos anos, proposta e discutida por alguns académicos, entre os quais Richard Sakwa, Robert Legvold, Vladimer Papava, Jonathan Steele ou Mediel Hove. Porém, esta ideia não é consensual sendo rejeitada por especialistas na análise das

relações EUA-Rússia, como Dmitri Trenin, demonstrando que a comunidade acadêmica possui visões divergentes sobre este tópico.

Em 2008, Richard Sakwa sugeriu que o regresso de uma retórica semelhante à da Guerra Fria seria o resultado de vários fracassos políticos e estratégicos do Ocidente em relação à Rússia, pelo que a ideia de uma Nova Guerra Fria seria válida mesmo na ausência uma divergência ideológica central. Na dimensão política, o autor refere a existência de uma profunda assimetria no pós-guerra fria, resultado da sobrevivência e alargamento da NATO, por oposição à eliminação de organismos análogos do bloco de leste, como o Pacto de Varsóvia (Sakwa, 2008: 251-252).

Na dimensão estratégica, Sakwa defende que o atual sistema internacional que existe atualmente não permite a integração de grandes potências em ascensão aumentando a conflitualidade inerente ao mesmo, acrescentando que o ressurgimento de uma era nuclear também contribui para um clima de Nova Guerra Fria. Neste contexto, a retirada dos EUA do ABMT, em 2002, ou o plano norte-americano para instalar o sistema de defesa antimíssil na Polónia e na República Checa, ilustram como a dimensão nuclear voltou a estar no centro da agenda internacional, à semelhança do que aconteceu durante a Guerra Fria. Também na dimensão estratégica a NATO surge como um elemento incontornável, uma vez que a estratégia de alargamento e incorporação de países do espaço pós-soviético, fez renascer a síndrome do cerco estratégico que tinha marcado a agenda de política externa da URSS. Novamente, a NATO surge como uma questão de divergência crónica e fraturante entre Rússia e EUA (Sakwa, 2008: 254-259).

George Heine também vê nos alargamentos da NATO a principal motivação para o desenvolvimento de uma política externa mais assertiva por parte da Rússia e a reações mais musculares na sua vizinhança. Aqui o exemplo da Guerra na Geórgia, em 2008, surge como evidencia desta dimensão que se traduz num deteriorar das relações EUA-Rússia. Para Heine, esta guerra simboliza “*the end of the unipolar moment and the beginning of a new era in the international system*”, sendo a primeira vez, desde o final da Guerra Fria, que tropas russas operam fora das fronteiras nacionais (Heine, 2009: 55). Para o autor, a resposta russa no contexto georgiano tem as suas raízes na frustração russa, no pós-Guerra Fria, em não integrar as grandes estruturas de poder internacionais e no que considera ser uma sucessão de interferências nos seus assuntos internos, incluindo as Revoluções Coloridas e os sucessivos alargamentos da NATO para leste. No entanto, ao apanhar a comunidade

internacional de surpresa, a reação russa contribuiu para escalar os níveis de tensão com os EUA, agravando o já notório clima de Nova Guerra Fria (Heine, 2009: 58-66).

Vladimer Papava partilha a opinião que a Guerra na Geórgia e, o subsequente reconhecimento unilateral de Moscovo da independência da Ossétia do Sul e da Abecásia, tem claros paralelismos com a competição bipolar que caracterizou o período da Guerra Fria (Papava, 2009: 100-101). O autor sugere, aliás, que a Guerra Fria nunca chegou a terminar, tendo estado antes congelada até à Guerra na Geórgia que marca o seu descongelamento e o regresso ao modelo de rivalidade e de conflitualidade que marcou a ordem internacional durante praticamente toda a segunda metade do século XX (Papava, 2009: 98-99).

Em consonância com este argumento, Richard Sakwa descreve o período pós-Guerra Fria como uma paz fria, uma trégua geopolítica entre os EUA e a Rússia durante a qual os principais problemas da ordem internacional se mantiveram inalterados, não se verificando nem a criação de uma nova ordem internacional, nem uma situação de conflito abertamente assumida (Sakwa, 2013: 203). Para o autor, desta paz fria resultou um clima de incerteza no qual a Rússia tenta reganhar o seu estatuto de grande potência num clima de tensão inerente com o Ocidente e de indefinição do seu lugar na ordem internacional. Neste contexto, Sakwa classifica a Rússia como uma nação neo-revisionista, uma vez que o que está em causa não é a alteração da ordem internacional *tout court*, mas da posição que esta ocupa na hierarquia internacional (Sakwa, 2013: 205). É no seguimento desta postura que se entende a permanente contestação à unipolaridade norte-americana e sua substituição por uma ordem multipolar, onde a Rússia esteja em condições mais favoráveis de assumir um lugar ao lado das grandes potências mundiais. O que daqui resulta é uma permanente competição com o Ocidente, e com os EUA, em particular, sobretudo em questões geopolíticas, estratégicas e de segurança internacional, acentuando divergências e tensões que se têm evidenciado de forma mais explícita na região da Eurásia (Sakwa, 2013: 220-221).

Reforçando este debate, Robert Legvold considera que também a crise ucraniana evidencia que uma Nova Guerra Fria se encontra em curso (Legvold, 2014: 74). Para além disso, o autor considera que o desenrolar dos eventos na Ucrânia vai ser crucial para atenuar ou agravar as tensões existentes entre EUA e Rússia e, desta forma, enfraquecer ou intensificar a Nova Guerra Fria (Legvold, 2014: 84). Segundo Legvold, os acontecimentos no leste da Ucrânia irão moldar o futuro das relações entre Rússia e EUA, apesar de argumentar que estas não voltarão a ser “*business as usual*”, como aconteceu após o conflito russo-georgiano. No entanto, Legvold não vê as tensões entre os EUA e a Rússia como resultado

automático da crise ucraniana, mas antes como culminar de um processo que se inicia no final do século XX com os alargamentos da NATO, a Guerra do Kosovo, em 1999, ou a Guerra do Iraque, em 2003 (Legvold, 2016: 16-17). O que a crise ucraniana fez foi intensificar as divergências existentes e elevar as relações entre Moscovo e Washington a um novo patamar de conflitualidade bipolar, semelhante ao que se verificara durante a Guerra Fria. Isto é agravado pelo reforço da dimensão militar neste clima de tensão, uma vez que se intensificaram exercícios militares de parte a parte, que acentuaram o dilema de segurança vigente nas relações EUA-Rússia. Por outro lado, Legvold sugere que estamos a assistir a uma nova divisão da Europa em blocos, à semelhança do que sucedeu durante a Guerra Fria, e que um eventual confronto militar entre EUA e Rússia é mais provável de ocorrer no leste europeu, uma região que o autor classifica de volátil (Legvold, 2016: 32-33).

Na mesma linha de argumentação, Mediel Hove tem procurado perceber como os conflitos na Ucrânia e na Síria têm contribuído para agravar as tensões entre os EUA e a Rússia, sobretudo desde os anos 2000, contribuindo para a emergência de uma Nova Guerra Fria. No entanto, Hove não considera que esta nova fase de conflitualidade entre Moscovo e Washington seja uma mera reprodução da Guerra Fria que marcou a segunda metade do século XX. A Nova Guerra Fria assume contornos próprios e diferenciados, desde logo marcados pela ausência de uma confrontação ideológica entre comunismo e capitalismo que é substituída pela divergência, também ela ideológica entre “*liberal capitalism*”<sup>18</sup> e “*authoritarian capitalism*”, reflexo de uma nova competição entre Moscovo e Washington (Arbatova, 2015: 129; Hove, 2017: 139). Neste caso, o capitalismo liberal converge com a visão dos EUA, enquanto que o capitalismo autoritário corresponde à versão político-económica da Rússia.

Nesta lógica, Jonathan Steele acrescenta que o traço diferenciador mais demarcado da Nova Guerra Fria é a luta pelo poder e influência, agravada pela inexistência de fronteiras bem delineadas, ou seja, de uma Cortina de Ferro que separe claramente os lados em confronto, o que a torna “*more dangerous*”, “*less predictable*” e “*more volatile*” (Steele, 2015: 22). Para Hove, esta luta pelo poder e influência resulta da vontade do Kremlin em ser

---

<sup>18</sup> O chamado “*authoritarian capitalism*” pode ser definido como um sistema económico de um país que, apesar de ter uma economia de mercado, é, do ponto de vista governativo, um estado autoritário. A Rússia e a China são considerados dois exemplos de Estados capitalistas autoritários (Lee, 2009 *apud* The Diplomat; Zizek, 2015 *apud* Financial Times). Por outro lado, o “*liberal capitalism*” é um sistema económico típico da maioria dos países ocidentais, – incluindo os EUA – onde a economia de mercado é conjugada com um sistema político democrático (Novak, 1982).

reconhecido como uma grande potência e ter uma voz nas grandes decisões de política internacional. Por isso mesmo, o autor vê na assertividade da política externa russa uma estratégia para contestar a unipolaridade norte-americana e elevar o estatuto da Rússia em termos internacionais, ao mesmo tempo que impede interferências externas nos seus assuntos domésticos (Hove, 2017: 142). É nessa linha também que se deve ler a multivetorialidade que tem caracterizado a política externa russa, desde 2000, e a sua opção pelo estabelecimento de parcerias estratégicas com a China e pelo apoio a regimes antiamericanos no Médio Oriente, como o Irão. Para além disso, as constantes ameaças russas no sentido da sua intervenção no caso de ataques norte-americanos no Irão ou na Síria sugerem que, muito embora a Federação Russa não disponha do poder ou alcance internacional da antiga URSS, existe uma clara pretensão de ser tida como uma força a ter em conta na decisão dos destinos internacionais, uma posição que se assume de confronto com os EUA e, portanto, de uma Nova Guerra Fria (Hove, 2017: 145-147).

Não obstante o aprofundamento deste debate, a ideia de Nova Guerra Fria não é consensual na comunidade académica. Neste contexto, destaca-se a posição de Dimitri Trenin que, apesar de numa fase inicial ter sido favorável a esta ideia, se tem afastado gradualmente deste debate. Para o autor, ainda que a tensão entre os EUA e a Rússia seja inquestionável e que esteja a adquirir uma dimensão militar, ela não é ainda central no sistema global, pelo que a comparação à Guerra Fria se afigura exagerada (Trenin, 2014b: 3). Para além disso, a forte assimetria de poder entre estes dois atores impede que a sua confrontação atinja proporções sistémicas (Trenin *apud* Global Times, 2014). Esta visão é reforçada por Eve Conant que salienta que o facto de a Rússia já não possuir bases militares em muitos dos países do centro e leste europeu, agora integrados na NATO, coloca Moscovo em desvantagem estratégica face a Washington e mina a sua capacidade de se envolver numa confrontação bipolar que possa ser apelidada de Nova Guerra Fria (Conant *apud* National Geographic, 2014).

### 3.6. Considerações Finais

Este capítulo demonstrou que a política externa dos EUA, no período pós-11 de setembro, se centrou no combate à ameaça terrorista. No início dos anos 2000, o combate a esta ameaça

seguiu os contornos da “*Doutrina Bush*” – unilateralismo e ataque preemptivo –, nomeadamente com as intervenções no Afeganistão e no Iraque. Com a administração Obama, os eixos estratégicos estruturais da política norte-americana alteram-se e assistimos a uma maior aposta no multilateralismo e numa abordagem de *smart power*, que tenta aliar a diplomacia ao uso da força militar. É neste contexto que deve ser entendida a retirada das tropas norte-americanas no Iraque, bem como a redução do número de efetivos no Afeganistão. Contudo, o segundo mandato de Obama ficou marcado pela resposta dada à Primavera Árabe – em particular, a intervenção na Líbia – e à crise ucraniana. Neste contexto, a administração Trump tem procurado uma posição de demarcação do seu antecessor e aposta mais claramente no combate ao terrorismo islâmico, sobretudo no Médio Oriente.

Contextualizada a evolução da política externa norte-americana nos anos 2000, o capítulo procurou analisar a forma como as relações entre os EUA e a Rússia se desenrolaram no século XXI. Após um breve período de cooperação e entendimento mútuo no combate ao terrorismo islâmico, no contexto pós-11 de setembro, as divergências e tensões nas relações entre Washington e Moscovo escalaram rapidamente, em função dos alargamentos da NATO, dos conflitos no espaço pós-soviético – sobretudo na Geórgia e na Ucrânia – e, mais tarde, pela questão da Síria. O deteriorar de relações não foi revertido pela tentativa encetada pela administração Obama de fazer um “*reset*” às mesmas, entrando numa crescente lógica de confronto e antagonismo. Mais recentemente, no contexto da administração Trump verificou-se a continuidade da hostilidade para com Moscovo, tal como refletido nos documentos de orientação estratégica norte-americana, não obstante as declarações oficiais do Presidente sugerirem, por vezes, a vontade de uma reaproximação a Moscovo.

Para melhor compreender esta situação, o capítulo apresentou a ideia de uma Nova Guerra Fria como forma de descrever as relações Rússia-EUA. As relações entre os dois Estados foram-se deteriorando de forma gradual – apesar de existirem momentos esporádicos de parcerias estratégicas, como no início do mandato de George W. Bush ou com a iniciativa de Barack Obama em realizar um “*reset*” nas relações com Moscovo –, provocadas por situações de divergências crónicas entre Rússia e EUA – como a expansão da NATO – ou agudizadas por alguns indicadores de crise, como o conflito russo-georgiano ou a intervenção militar de Moscovo no leste ucraniano. Estes indicadores são demonstrativos do possível regresso de novos padrões de rivalidade e conflitualidade entre Moscovo e Washington, permitindo sugerir a ideia da existência de um clima de Nova Guerra Fria –

apesar de possuir diferenças simbólicas relativamente à anterior. Neste sentido, apresentaram-se os argumentos e contra-argumentos neste debate evidenciando-se que o atual estado de relações entre Moscovo e Washington resulta da forma como o pós-Guerra Fria foi conduzido e da incapacidade para se resolverem questões políticas e estratégicas fundamentais que acabaram por se intensificar e agravar as relações entre estes dois atores. Deste debate, fica claro que a Nova Guerra Fria não é necessariamente igual à anterior, mas que é justamente essa diferença – em particular, a ausência de fronteiras e divisões ideológicas que permitam identificar claramente os blocos em confrontação – que a tornam mais perigosa e incerta. Contudo, fica também patente que esta ideia está longe de ser consensual e que as divergências entre Washington e Moscovo não são vistas como centrais ao sistema internacional, nem capazes de atingir o estágio de uma confrontação bipolar devido à forte assimetria de poder que existe entre estes dois atores. O que parece ser incontestável é a pretensão russa de combater a unipolaridade norte-americana e a substituir por uma ordem multipolar onde a Rússia tenha maior margem de manobra e negociação nos grandes tópicos da agenda da política internacional. É justamente neste sentido que esta dissertação argumenta que estamos perante um clima de Nova Guerra Fria, que, muito embora diferente da anterior, denota uma clara rivalidade entre os EUA e a Rússia com importantes consequências para a conflitualidade internacional e a distribuição de poder a nível mundial.

Consequentemente, é pertinente analisar esta problemática através da lente neorrealista, dado que, à luz desta teoria, faz sentido sugerir que o objetivo russo de restaurar o seu estatuto de grande potência passa pela obtenção de poder, de modo a que seja possível contrariar a hegemonia dos EUA e, subsequentemente, estabelecer um sistema internacional de caráter multipolar, onde exista um maior equilíbrio de poder. Na busca pela tentativa de reversão da unipolaridade norte-americana, Moscovo volta a focar-se na região do Médio Oriente – após um período de ausência provocado pelo desmembramento da URSS e o final da Guerra Fria – que tem sido, desde o ano 2000, uma zona que Putin considera relevante para aumentar a influência do Kremlin, com vista a tornar-se, novamente, num ator importante na arena internacional. Através da aproximação política a algumas potências regionais, como a Turquia ou o Irão, a Rússia pretende reassumir um papel mais destacado na região – tal como no período da URSS –, numa lógica de equilíbrio de poder, fixando-se no objetivo de que deve ser tratado como um mediador de igual estatuto relativamente aos



EUA na resolução de problemas que afetam o Médio Oriente e não como um subordinado. Será, portanto, dentro nesta linha de pensamento que o próximo capítulo será desenvolvido.

#### 4. A Rússia e a região do Norte de África e Médio Oriente

Outrora uma região de grande importância geoestratégica para a URSS, o Médio Oriente caiu na lista de prioridades de política externa da Federação Russa com o fim da Guerra Fria. Este afastamento do Médio Oriente refletiu a perda do estatuto de superpotência que pertenceu à URSS durante a Guerra Fria, mas também as várias dificuldades internas que a Rússia experienciou durante os anos 1990 (Borshchevskaya, 2016: 1-2; Casula e Katz, 2018: 297).

Este capítulo visa analisar a forma como esta região voltou a estar no centro das prioridades estratégicas russas, sobretudo a partir dos anos 2000. Paulatinamente, Moscovo começou a ver esta região como um palco de atuação privilegiado para recuperar o estatuto de grande potência e ganhar voz nas grandes questões de política internacional. Inicialmente, esta estratégia ancorou-se numa lógica de aliança com os EUA no combate à ameaça terrorista global no pós-11 de setembro, mas rapidamente a proximidade geográfica, a riqueza da região em termos de recursos e o seu valor geoestratégico reforçaram o seu peso para a satisfação dos interesses internacionais de Moscovo (Nizameddin, 2013).

A Primavera Árabe, iniciada em 2010, reforçou a atenção do Kremlin na região, uma vez que este receava que os acontecimentos verificados no Egipto, na Tunísia ou na Líbia, gerassem uma vaga de contágio para o Médio Oriente. O grande perigo residia na mudança de regimes nesta região e a potencial aproximação da mesma ao Ocidente, afastando-os da órbita de influência russa e prejudicando os seus interesses estratégicos no Médio Oriente (Trenin, 2017: 32-33). Por outro lado, a Rússia via estas movimentações como sendo potencialmente desestabilizadoras do frágil equilíbrio da região e uma forma de criar vazios de poder que podiam ser aproveitados por grupos radicais islâmicos para consolidarem o seu poder no Médio Oriente. Para além da questão estratégica, isto era visto como uma ameaça à segurança nacional da Rússia, uma vez que o aumento do radicalismo islâmico no Médio

Oriente poderia rapidamente inflamar a situação no Cáucaso do Norte e fazer reemergir a conflitualidade em solo russo (Dannreuther, 2015: 78-80).

Adicionalmente, este capítulo procura aferir como este crescente interesse no Médio Oriente surge numa lógica de contestação da unipolaridade norte-americana, através da consolidação das alianças existentes com os Estados da região, como forma de recuperar o estatuto de grande potência da Rússia. Para o efeito, importará analisar o desenvolvimento das relações da Rússia com parceiros como a Turquia e o Irão – nações que procuram expandir a sua influência na região –, dada a importância que os mesmos têm tido no posicionamento político e estratégico de Moscovo face aos EUA. A análise das relações entre Moscovo e os regimes de Ancara e Teerão é particularmente relevante porque todos partilham o objetivo de promover uma ordem internacional multipolar que se suplante ao unilateralismo norte-americano e à sua influência na região (Akturk, 2014: 16-17; Grygiel e Mitchell, 2016: 63-65; Liik e Geranmayeh, 2016: 2).

#### 4.1. Interesses estratégicos da Rússia no Médio Oriente

Durante a Guerra Fria, a URSS viu o Médio Oriente como uma região de interesse estratégico, para contrariar a influência norte-americana e conservar o equilíbrio de poder global. É neste sentido que se entende a manutenção de relações de grande proximidade com Estados como o Egipto, o Iraque, a Líbia, a Síria e o Iémen, que beneficiavam do apoio político, económico e militar de Moscovo (Erenler, 2012: 172; Malashenko, 2013: 4; Trenin, 2016: 2; Barmin, 2017: 6). Contudo, mudanças na política externa de alguns destes países – e de aproximação a Washington – contribuiram para a perda de influência soviética na região (Casula e Katz, 2018: 297).

Após o final da Guerra Fria, a região deixou de ser considerada prioritária na agenda de Moscovo, que nesta fase privilegiava a aproximação e integração no Ocidente e as relações com o espaço pós-soviético. Foi só nos anos 2000, com a administração de Vladimir Putin, que o Médio Oriente começou a figurar de forma mais clara nas estratégias de política externa russa.

De acordo com Casula e Katz (2018), existem dois momentos de viragem na abordagem da Rússia para a região: os ataques terroristas do 11 de setembro e a Primavera Árabe. O 11 de

setembro foi um tópico particularmente sensível para o Kremlin, sobretudo devido ao receio que o fundamentalismo islâmico pudesse exacerbar as tensões no Cáucaso do Norte e reacender os conflitos na Chechénia (Casula e Katz, 2018: 298). Neste sentido, e como já abordado no capítulo anterior, a estratégia de Moscovo passou pelo alinhamento com Washington na “*Global War on Terror*” (Nizameddin, 2013: 67; Casula e Katz, 2018: 299). É neste contexto que se deve ler o apoio russo à invasão norte-americana do Afeganistão, em 2001. Contudo, o mesmo não aconteceu em relação à intervenção no Iraque, vista como um pretexto de Washington para expandir a sua influência no Médio Oriente e, assim, a unipolaridade da ordem internacional (Nizameddin, 2013: 107; Trenin, 2017: 30-32). Desde então, Moscovo procurou contrariar a hegemonia norte-americana na região aproveitando momentos de tensão entre os EUA e os seus tradicionais aliados no Médio Oriente, nomeadamente a Turquia, o Egipto e a Arábia Saudita. Para além disso, o Kremlin aproveitou o historial de relações com a região no período soviético para reforçar a sua posição nesta região (Malashenko, 2013: 5-6).

De acordo com Dmitri Trenin, o interesse da Rússia no Médio Oriente prende-se com questões geopolíticas, de segurança e motivações económicas. A nível geopolítico, Moscovo vê o Médio Oriente como uma peça fundamental para manter o equilíbrio estratégico na região do Cáucaso do Sul – uma área que o Kremlin vê como parte da sua esfera de influência – e dissuadir a interferência dos EUA na vizinhança russa. A nível de segurança, a já referida questão do fundamentalismo islâmico situa-se no centro da agenda de segurança nacional russa, pelo que a contenção desta ameaça se assume de relevância central. A nível económico, a questão energética é incontornável. De um modo geral, a Rússia vê os grandes países produtores de gás e petróleo no Médio Oriente como parceiros, que partilham o objetivo de manter o preço do petróleo nos mercados internacionais em níveis elevados, uma vez que as suas economias são fortemente dependentes dos dividendos deste sector. Por outro lado, estes países constituem uma oportunidade de investimento para as empresas russas e um mercado preferencial para a Rússia escoar a sua produção armamentista (Trenin, 2010: 4-6; Borshchevskaya, 2017).

Estas dimensões, aliadas à recuperação económica que Moscovo experienciou durante os dois primeiros mandatos presidenciais de Vladimir Putin, permitiram o estabelecimento de importantes parcerias entre a Rússia e os países do Médio Oriente, apresentando uma alternativa ao poderio norte-americano (Rodkiewicz, 2017: 13).

Este clima de reforço da política externa russa para a região foi impulsionada pela Primavera Árabe. Para Moscovo, esta constituía uma oportunidade para cimentar a sua influência estratégica na região do Norte de África e Médio Oriente (Dannreuther, 2015: 77; Kausch, 2015: 5). Inicialmente, Putin mostrou o seu apoio aos manifestantes tunisinos e egípcios. Isto justifica-se pelo facto de Moscovo não ver aqui qualquer ameaça para os seus interesses, dados os fracos laços políticos e económicos com estes países. À medida que este fenómeno se começou a expandir à escala regional e a ficar associado à consolidação de uma identidade islâmica, os receios de Moscovo começaram a aumentar. Putin via nesta evolução um contributo para a consolidação e expansão do extremismo islâmico que poderia facilmente comprometer a frágil ordem no Cáucaso do Norte (Dannreuther, 2015: 78-80). O Kremlin temia ainda que a Primavera Árabe pudesse ser uma espécie de eco das Revoluções Coloridas – vistas por Moscovo como patrocinadas pelo Ocidente para fragilizar geopoliticamente a Rússia na sua esfera de influência (Trenin, 2017: 32-33). Com efeito, Putin considerava que as revoluções que visavam a mudança de regimes na região não passariam de tentativas patrocinadas pelos EUA para instaurar regimes pró-ocidentais na zona do Norte de África e Médio Oriente. Tal constituía uma clara ameaça à estratégia russa de consolidação da sua posição na região, levando o Kremlin a apoiar os regimes soberanos e a defender o princípio da não interferência em assuntos domésticos, assumindo, assim, uma postura crítica relativamente a possíveis intervenções militares por forças externas (Blank, 2011: 1-2; Baev, 2015: 10-11; Dannreuther, 2015: 78-80).

#### 4.2. Intervenção da NATO na Líbia e a posição da Rússia

Esta posição não pode ser dissociada da intervenção da Líbia no seguimento de protestos populares que reclamavam uma mudança de regime e da resposta violenta pelas forças fiéis ao regime de Muammar Gaddafi (Boeke e Zuijdewijn, 2016: 17). Perante uma rápida escalada da violência, a comunidade internacional foi perentória no reconhecimento da ilegitimidade de Gaddafi para permanecer em funções (Extraordinary European Council, 2011). Neste sentido, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1973 em março de 2011, que, sob o princípio da Responsabilidade de Proteger autorizava a utilização de “*all necessary measures, [...] to protect civilians and civilian populated areas under threat of attack [...]*” (United Nations Security Council Resolution 1973, 2011), com

abstenções da Rússia, Alemanha, Brasil, China e Índia (Pommier, 2011: 1064). A abstenção russa foi justificada pela falta de clareza relativamente a *“how the no-fly zone would be enforced, what the rules of engagement would be and what limits on the use of force there would be”* (Churkin *apud* United Nations Security Council 6498th meeting, Situation in Libya, 2011).

Não obstante, a Resolução 1973 deu origem à intervenção militar na Líbia, primeiro sob comando norte-americano e, depois, sob o comando operacional da NATO (Boeke e Zuijdewijn, 2016: 48). Esta intervenção foi fortemente criticada pela Rússia. Em abril, o Presidente russo Dmitry Medvedev e o Ministro dos Negócios Estrangeiros Sergei Lavrov acusaram as ações da aliança de irem para além dos princípios que estipulados na Resolução, alertando que *“the resolution must be complied with and no one should try to exceed its mandate”* (Medvedev *apud* Russia Today, 2011a; Lavrov *apud* Russia Today, 2011b). Estas declarações espelham o entendimento do Kremlin de que a intervenção militar na Líbia não passaria de um pretexto para forçar uma mudança de regime no país mais favorável aos interesses ocidentais e que corria um forte risco de levar a um vazio de poder que perturbasse o equilíbrio regional (Katz, 2011: 4-5; Trenin, 2017: 35).

Os receios de Moscovo acabaram por se materializar com a queda do regime de Gaddafi, a redução da Líbia à condição de *“estado falhado”* e a perda de um importante aliado para Moscovo (Malashenko, 2013: 11; Boeke e Zuijdewijn, 2016: 38). Este desfecho foi fortemente criticado por Vladimir Putin, que mostrou o seu desagrado perante o que considerou ser uma instrumentalização política do apoio humanitário e à forma como toda a intervenção acabou por ser gerida, reforçando a sua posição que *“foreign interference and the use of force in support of one side of a domestic conflict gave developments a negative aura”* (Putin *apud* Moscow News, 2012). Deste modo, é possível verificar que a Primavera Árabe, e, em particular, a intervenção da Líbia, constituem um ponto de viragem na estratégia russa para a região, por um lado, por se demarcar claramente da posição dos EUA, e, por outro, por definir o apoio do Kremlin a forças contrarrevolucionárias e o reforço do princípio da não ingerência na política interna de Estados soberanos como principais eixos de interação com os vários países na região. Para a Rússia, estes seriam elementos essenciais para conter a influência norte-americana nesta área, disfarçada no ideal democrático, mas também para assegurar a existência de Estados suficientemente fortes e centralizados para travar a ameaça islâmica e impedi-la de contaminar a sua segurança interna (Baev, 2015: 11-12; Dannreuther, 2015: 82-83).

### 4.3. Moscovo em busca de parcerias estratégicas no Médio Oriente: a aproximação a Ancara e Teerão

Numa visão comum e partilhada entre o Kremlin e os regimes de Ancara e Teerão em inverter a unipolaridade e a hegemonia norte-americana no Médio Oriente, a Rússia procurou estabelecer parcerias estratégicas com Turquia e Irão, numa perspetiva de estabelecer uma ordem internacional multipolar. Deste modo, importa analisar a evolução das relações da Rússia com estes países, visto que estas se encontram integradas dentro de uma visão mais ampla e de carácter estratégico para a região do Médio Oriente, constituindo eixos importantes na agenda de política externa de Moscovo.

#### 4.3.1. As relações entre Rússia e Turquia

Membro da NATO, desde 1952, a Turquia foi um tradicional aliado dos EUA e do bloco ocidental durante a Guerra Fria (Baev e Kirisci, 2017: 3), com um peso geoestratégico muito relevante, uma vez que a sua posição de fronteira com a URSS a tornava numa potencial base para uma ofensiva militar contra Moscovo no contexto da confrontação bipolar (Nizameddin, 2013: 271-272). Por isso mesmo, as relações entre a Turquia e a Rússia, neste período, foram marcadas por um constante clima de confrontação, exacerbada pela invasão soviética ao Afeganistão, em 1979 (Baev e Kirisci, 2017: 3). Foi só no final da Guerra Fria, que o regime de Ancara investiu no reforço de relações bilaterais com Moscovo, nomeadamente na área económica e de segurança, cooperação reforçada no período pós-Guerra Fria marcado pelo crescimento do extremismo islâmico no Médio Oriente (Nizameddin, 2013: 272). Todavia, as tensões mantiveram-se durante toda a década de 1990, muito devido à intervenção da Turquia no conflito entre a Arménia e Azerbaijão<sup>19</sup>, entre

---

<sup>19</sup> O conflito étnico e territorial entre Arménia e Azerbaijão ocorreu no enclave de Nagorny-Karabakh – uma área disputada pelos dois países –, entre 1988 e 1994. Um cessar fogo foi alcançado em maio de 1994, mas o conflito tem-se mantido “congelado” desde então (Abilov e Isayev, 2016: 292-293).

1988 e 1994, imiscuindo-se naquela que Moscovo considera ser a sua área de interesses vitais (Lindenstrauss e Magen, 2013: 62; Nizameddin, 2013: 272; Casula e Katz, 2018: 306). Não obstante as tensões que daqui resultaram, Ancara e Moscovo sempre mantiveram ligações diplomáticas que foram reforçadas nos anos 2000. Sob iniciativa de Vladimir Putin, então Presidente da Rússia, e de Recep Tayyip Erdoğan, Primeiro Ministro da Turquia, os dois países estabeleceram uma cooperação estratégica nas áreas económicas, energética e de segurança (Ozbay, 2011: 71; Bezki e Warhola, 2013: 1; Ustun, 2016: 5). Este momento positivo nas relações entre a Turquia e a Rússia foi largamente facilitado pela partilha do ceticismo para com o unilateralismo norte-americano, levando Ancara e Moscovo a privilegiar a ideia de um mundo multipolar, que lhes permitisse ter uma maior participação na resolução de problemas regionais e globais (Lindenstrauss e Magen, 2013: 63; Akturk, 2013: 3, 2014: 16-17). É neste sentido que se entendem algumas posições comuns em assuntos chave da agenda internacional, como a oposição à intervenção norte-americana no Iraque, em 2003 (Nizameddin, 2013: 275; Casula e Katz, 2018: 306).

Ainda que simultaneamente ambos procurassem aproximar-se às grandes instituições internacionais como forma de afirmar-se como grandes potências (Baev e Kirisci, 2017: 3), a cooperação entre Ancara e Moscovo foi-se desenvolvendo de forma consistente como alternativa à morosidade dos processos de integração das instituições ocidentais e dos processos de condicionalidade a eles associadas. Esta relação foi reconhecida como uma parceria estratégica em 2008, por Dmitry Medvedev, então Presidente da Federação Russa, reconhecimento que foi seguido pela retirada da Rússia da lista de ameaças externas ao regime de Ancara, em 2010 (Nizameddin, 2013: 280). Posteriormente, seguiram-se vários projetos conjuntos na área energética – nomeadamente o *Turkish Stream*<sup>20</sup>, anunciado em 2014 – e económica que contribuíram para o estreitamento de relações entre os dois Estados (Akturk, 2014: 21; BBC, 2014b).

Contudo, a evolução destas relações foi desacelerada pelo incidente *Sukhoi Su-24*, quando um caça turco *F-16* abateu um bombardeiro russo *Sukhoi Su-24*, na fronteira entre a Síria e a Turquia, em novembro de 2015, no contexto da Guerra na Síria, cenário onde Ancara e Moscovo apoiam lados diferentes (Giuli, 2016: 1; Ustun, 2016: 7; Özertem, 2017: 122). Não obstante, a cooperação entre os dois países manteve-se e acabou reforçada quando Vladimir Putin mostrou o seu apoio ao regime de Erdoğan, na sequência de um golpe de estado falhado

---

<sup>20</sup> O projeto *Turkish Stream*, aprovado em outubro de 2016, consiste na construção de uma conduta de gás natural que irá ligar a Turquia e a Rússia através do Mar Negro (Akturk, 2014: 21; BBC, 2014b; Reuters, 2016).

em julho de 2016 (Özertem, 2017: 128; Casula e Katz, 2018: 307). Para além de apoiar o regime turco, a Rússia deixa clara a sua posição de manutenção de regimes no Médio Oriente como estratégica preferencial para a segurança regional e a preservação da influência russa nesta área, por oposição ao que contempla como uma expansão ocidental na região.

#### 4.3.2. As relações entre Rússia e Irão

Durante a Guerra Fria, as relações entre a Rússia e o Irão não foram particularmente profícuas, sobretudo devido a desalinhamentos estratégicos e divergências ideológicas (Nizameddin, 2013: 255; Trenin, 2017: 24). Foi só no pós-Guerra Fria que os regimes de Teerão e Moscovo se foram aproximando gradualmente. Para isto muito contribuiu a posição do Irão durante os conflitos da Chechénia: uma posição que passou por cortar o apoio militar aos rebeldes chechenos como forma de preservar a segurança regional (Ivanov, 2014: 5-6; Kozhanov, 2015: 8; Trenin, 2017: 25). Neste contexto, Moscovo rapidamente se apercebeu do valor estratégico de uma aliança com o Irão, na medida em que este funcionava como um “*escudo defensivo*” na fronteira sul (Nizameddin, 2013: 257; Paulraj, 2016: 96). Durante os primeiros mandatos de Vladimir Putin como presidente da Federação Russa, as relações com Teerão avançaram significativamente no domínio político, comercial e de defesa (Katz, 2010: 3).

A invasão norte-americana no Iraque aproximou ainda mais as duas nações que rapidamente a condenaram e manifestaram a sua preocupação com a crescente insegurança e instabilidade na região, largamente relacionada com a ameaça terrorista e a ingerência norte-americana (Nizameddin, 2013: 258). A postura da Rússia em relação ao programa nuclear iraniano também se refletiu na aproximação dos dois países, uma vez que Moscovo foi dos poucos aliados de Teerão a pressionar a comunidade internacional no sentido de aliviar as sanções económicas impostas pelos EUA e pela UE (Paulraj, 2016: 98-99; Casula e Katz, 2018: 304). Neste sentido, o Irão afirmou-se como uma importante peça na estratégia russa para o Médio Oriente, quer no combate ao extremismo islâmico, à consolidação de relações económicas, energéticas, e de segurança, mas sobretudo na visão partilhada da unipolaridade americana como uma ameaça à estabilidade da região e à preferência por uma ordem global multipolar.



No conflito sírio, o Irão e a Rússia materializam no terreno a sua parceria estratégica. Teerão, tal como Moscovo, apoia militarmente o regime de Bashar al-Assad, tendo por objetivo manter o regime intacto. Deste modo, os dois parceiros integram um bloco importante no contexto do conflito sírio, dado que fazem parte de um eixo que luta contra os extremistas do DAESH e contra os rebeldes da oposição moderada – estes últimos apoiados pelos EUA (Phillips, 2016). Um outro fator que reflete esta aliança russo-iraniana na Síria encontra-se também relacionada com a coordenação militar que existe entre os dois Estados no conflito: a Rússia concentra-se exclusivamente na realização de bombardeamentos aéreos, enquanto que o regime de Teerão enviou para a Síria as forças especiais da Guarda Revolucionária do Irão – a *Quds Force*. Esta gestão militar de Moscovo e Teerão na Guerra na Síria é também reflexo da parceria estratégica que se estabeleceu entre os dois Estados, fruto da existência de interesses convergentes, e que permite retirar dividendos positivos do combate no terreno (Dacey e Levy, 2013: 26; Friedman e Rabi, 2017: 433-434). Deste modo, é possível compreender por que motivo o conflito sírio tem sido gerido na base da existência de uma convergência de interesses estratégicos entre Rússia e Irão e que também se estende ao Médio Oriente: os objetivos russos e iranianos assentam numa lógica de preservação do equilíbrio de poder regional, através da manutenção de um eixo anti-EUA – onde a Síria desempenha um papel chave –, procurando, assim, contrariar a influência norte-americana. Contudo, a dimensão internacional do conflito sírio, bem como a consequente emergência de mais uma rivalidade entre Moscovo e Washington, será desenvolvida no próximo capítulo, dado que constitui o estudo de caso desta dissertação.

#### 4.4. Considerações finais

Ainda que o Médio Oriente tenha perdido relevância na agenda de política externa de Moscovo no pós-Guerra Fria face ao peso estratégico que assumira durante a confrontação bipolar entre EUA e URSS, esta tem vindo a ocupar um lugar mais proeminente nas considerações do Kremlin. Esta transformação não pode ser dissociada da ambição de Vladimir Putin, no início dos anos 2000, em restaurar a influência russa fora do espaço pós-soviético e consagrar a Rússia como uma grande potência. Neste contexto, o Médio Oriente surge paulatinamente como área privilegiada para contestar a unipolaridade norte-americana

e promover uma ordem global multipolar onde a Rússia se pudesse afirmar como um *primus inter pares*.

Para o efeito, Moscovo reforçou a cooperação com os países da região, nas dimensões económica, energética, de defesa e, principalmente, de segurança. Aqui o que se verifica é que os pontos de convergência entre a Rússia e os países do Médio Oriente, sobretudo a Turquia e o Irão, incluem a contenção da ameaça terrorista, do fundamentalismo islâmico e de intervenções externas capazes de afetar o *status quo* na região.

Esta situação ficou clara nas reações de Moscovo e dos seus principais aliados à invasão americana do Iraque, em 2003, mas também no contexto da Primavera Árabe e da intervenção na Líbia, em 2011. Estes fenómenos acentuaram receios sobre uma investida do Ocidente, sob o comando dos EUA, para forçar mudanças de regime no Médio Oriente e, assim, alterar o equilíbrio estratégico na região. É neste contexto que se compreende a posição de Moscovo face à questão síria: uma posição de apoio ao regime de Bashar al-Assad na Síria e de dissuasão da interferência de forças externas na região, que em última instância salvaguarda a influência da Federação Russa na sua vizinhança sul e a sua rota de afirmação como uma grande potência num mundo desejavelmente multipolar. Subsequentemente, o próximo capítulo foca-se, principalmente, na dimensão internacional da Guerra na Síria, em função da emergência de mais uma rivalidade geopolítica entre Rússia e EUA, fruto dos seus interesses divergentes para o desfecho conflito, bem como nas consequências dessa mesma rivalidade, em função da sua contribuição para o surgimento de um clima de Nova Guerra Fria entre Moscovo e Washington.

## 5. A Guerra na Síria e a nova rivalidade entre Rússia e EUA

A Guerra na Síria surge no seguimento das manifestações populares no país, em março de 2011, associadas à Primavera Árabe no Norte de África e Médio Oriente. Devido à forte e violenta repressão das forças governamentais, estas manifestações rapidamente se transformaram numa guerra civil entre as forças do governo de Bashar Al-Assad e grupos da oposição. Contudo, o conflito ganhou também uma dimensão internacional, devido ao crescente número de potências regionais que começaram a tomar parte no conflito, ora apoiando o regime Sírio – como o Irão<sup>21</sup> –, ora apoiando as forças rebeldes no seu objetivo de depor o governo de Bashar al-Assad – como a Turquia, o Qatar e a Arábia Saudita. Em 2014, o conflito complexifica-se com o surgimento e rápida expansão do movimento fundamentalista islâmico DAESH em território sírio, levando Assad a pedir assistência militar a Moscovo, em setembro de 2015, para combater o grupo radical islâmico, bem como os grupos rebeldes da oposição que, juntamente com as milícias curdas, são apoiados militarmente por Washington desde o final de 2013 (Phillips, 2016).

Consequentemente, este capítulo demonstra que a crescente internacionalização da Guerra na Síria contribuiu para que o conflito deixasse de resumir a uma guerra civil para se transformar numa guerra periférica entre os EUA e a Rússia, contribuindo para alimentar a rivalidade entre ambos os atores. Deste modo, o presente capítulo tem por objetivo compreender de que forma esta guerra civil se transformou numa guerra periférica entre Washington e Moscovo, dada a gradual polarização do conflito em dois grandes blocos, onde Casa Branca e Moscovo apoiam grupos distintos no terreno, em função dos seus interesses divergentes: os EUA pretendem a queda do regime de Assad, enquanto que a Rússia favorece a sua manutenção (Perra, 2016; Hove, 2017). Subsequentemente, a Guerra na Síria pode ser considerada como um eco dos padrões de rivalidade bipolar que se verificaram no período da Guerra Fria (Richards, 2014), com a ocorrência de guerras periféricas entre EUA e URSS, no Vietname (1955-1975) e no Afeganistão (1979-1989), por exemplo. Usando a teoria neorrealista argumentamos que a Guerra na Síria simultaneamente decorre de e reforça um clima de Nova Guerra Fria entre os EUA e a Rússia, que se encontra profundamente associado à mentalidade de jogo de soma zero e representa um elemento de continuidade

---

<sup>21</sup> No plano regional, para além do Irão, as forças de Bashar al-Assad são também apoiadas pelo *Hezbollah*, um grupo paramilitar fundamentalista islâmico, de orientação xiita, sediado no Líbano.

com o clima de rivalidade bipolar da segunda metade do século XX (Asseburg e Wimmen, 2012; Hove, 2017). Neste contexto, a Guerra na Síria tem uma importância acrescida, uma vez que esta foi a primeira vez que Moscovo interveio militarmente fora no espaço pós-soviético, desde o final da Guerra Fria, sugerindo que a rivalidade com os EUA está a ganhar novos níveis de tensão (Phillips, 2016: 213; Zvi, 2016: 3; Hove, 2017: 148-149). À luz da teoria neorrealista, a intervenção militar russa na Síria deve ser analisada tendo em conta o contexto anárquico da estrutura que compõem a ordem internacional, fator que leva Moscovo a participar diretamente no conflito, numa busca pelo poder relativo em relação aos EUA, com o objetivo final de preservar o equilíbrio de poder dentro do sistema e promover uma ordem multipolar que substitua a unipolaridade norte-americana.

Para o efeito, o capítulo analisa a Guerra na Síria, nas suas múltiplas dimensões para demonstrar que a sua internacionalização não pode ser dissociada da crescente rivalidade entre os EUA e a Rússia. Nesse sentido, o capítulo começa por contextualizar a dimensão interna do conflito para clarificar a sua emergência e principais grupos conflituantes no terreno. Numa segunda secção, analisa-se a dimensão regional do conflito, procurando mapear os diferentes atores e interesses em jogo na Guerra da Síria. Seguidamente, a análise passa para o plano internacional. Aqui, a intervenção russa no conflito será objeto de análise para demonstrar como a atuação do Kremlin revela que a Guerra na Síria é vista como um palco de confrontação com Washington, no plano internacional. Para percebermos esta relação o capítulo aborda brevemente o historial de relações entre Moscovo e Damasco, durante a Guerra Fria, para evidenciar que a intervenção da Rússia no conflito não pode ser dissociada de cálculos estratégicos e geopolíticos num cenário mais alargado de confrontação com os EUA que remonta à Guerra Fria e que ganha uma nova roupagem no contexto internacional do século XXI. O capítulo termina com a reflexão mais alargada do conflito na Síria enquadrado como uma guerra periférica que materializa e corrobora a existência de uma Nova Guerra Fria entre os EUA e a Rússia.

## 5.1. Um conflito complexo: as várias dimensões da Guerra na Síria

### 5.1.1. A dimensão interna do conflito na Síria

As manifestações populares associadas à Primavera Árabe no Norte de África e Médio Oriente, chegaram ao território sírio em março de 2011. Inicialmente, as manifestações civis decorreram de forma pacífica, com a exigência de reformas democráticas no país e a libertação de prisioneiros políticos pelo regime (Dostal, 2014: 48). Contudo, a resposta violenta das forças fiéis a Assad levou a um escalar das tensões e ao aumento de participantes nas manifestações e alargamento das mesmas a todo o território sírio (Berzins, 2013: 2). Se num primeiro momento estes protestos ocorreram em zonas rurais e periféricas da Síria, com a crescente repressão do regime eles estenderam-se a zonas urbanas e de maior peso estratégico como as cidades de Homs, Baniyas, Latakia, Raqqa e Deir-ez-Zor. Esta pode ser considerada como a fase originária da Guerra na Síria, caracterizada pelo início da insurgência popular contra o regime de Bashar Al-Assad e pela formação de grupos rebeldes da oposição um pouco por todo o país (Berzins, 2013: 2; Phillips, 2016: 50; Sorenson, 2016: 33).

Foi a formação e consolidação dos grupos políticos e militares da oposição ao regime, que contribuiu para a emergência de uma Guerra civil na Síria. Neste contexto destaca-se o *Free Syrian Army* (FSA), formado em julho de 2011 por soldados que tinham desertado do exército sírio com o objetivo de proteger os civis manifestantes contra a repressão do regime e acelerar a queda de Bashar Al-Assad (Lister, 2016: 3-5). Quase simultaneamente, assisteu-se à formação de milícias jihadistas, como o *Jabhat al-Nusra*<sup>22</sup>, afiliado da *Al-Qaeda*, que, em janeiro de 2012, anunciou a sua presença na Síria como força da oposição, contribuindo para a radicalização do conflito (Shamieh e Szenes, 2015: 367). Mais tarde, em abril de 2013, já em incontestável cenário de Guerra Civil, surge uma nova organização jihadista ainda mais radical, resultante da fusão de várias células terroristas leais à *Al-Qaeda* localizadas, sobretudo, no Iraque: o DAESH (Humud *et al.*, 2015; Phillips, 2016: 133; Sorenson, 2016: 36,49; Bloem e Oosterveld, 2017). O principal objetivo do DAESH era a criação de um

---

<sup>22</sup> O grupo *Jabhat al-Nusra* alterou a sua denominação em janeiro de 2017, quando se juntou a outros quatro grupos jihadistas: *Harakat Nur Al Din Al Zanki*, *Liwa Al Haqq*, *Ansar Al Din* e *Jaysh Al Sunnah*. O grupo passou a designar-se *Hay'at Tahrir al-Sham* (Vignal, 2017: 814).

estado islâmico transnacional – denominado por Califado – que abrangesse a maior área possível dentro do espaço geográfico do Norte de África e Médio Oriente. Apesar de todos estes grupos terem como adversário comum o regime de Assad, eles também combatem entre si, demonstrando a falta de uma ideologia comum unificadora dos vários movimentos que constituem a rebelião síria (Awad *et al.*, 2014: 30; Khatib, 2015: 4; Shamieh e Szenes, 2015: 368,372; Stein, 2017: 3).

É de assinalar igualmente o papel dos curdos nestas dinâmicas. Altamente marginalizada pelo regime de Assad, a população curda na Síria viu neste conflito uma oportunidade para avançar com um projeto secessionista que garantisse uma maior autonomia a esta minoria étnica<sup>23</sup> concentrada no norte do país (Human Rights Watch, 2009; Ziadeh, 2009). Neste contexto, foram criados os YPG (People's Protection Units), o braço armado do PYD (Democratic Union Party) – um partido político curdo criado em 2003 no norte da Síria (Gunes e Lowes, 2015: 4). Os YPG rapidamente se tornaram num ator militar relevante no conflito, sobretudo na zona noroeste da Síria, região que ocuparam enquanto as forças leais a Assad estavam envolvidas em confrontos noutras zonas do país (Gunter, 2013: 452-453; ARK Group, 2016: 22-23). Daqui resultou a autoproclamação da DFNS (Democratic Federation of Northern Syria), também conhecido por *Rojava* ou Curdistão Ocidental<sup>24</sup> (Gunter, 2013: 452-453; Gunes e Lowes, 2015: 4-5). No terreno, as forças curdas têm sido vistas como um importante aliado no combate aos grupos jihadistas que operam no solo sírio, nomeadamente o DAESH, o que a par da sensibilidade da questão curda no Médio Oriente tem contribuído significativamente para intensificar as dimensões regional e internacional do conflito na Síria (Gunes e Lowe, 2015: 6), como as próximas secções demonstram.

### 5.1.2. A dimensão regional do conflito na Síria

À medida que o conflito se foi intensificando potências regionais e internacionais começaram a tomar parte, mais ou menos, ativa no conflito em função dos seus diferentes interesses e ambições estratégicas. Daqui resultou a formação de dois grandes blocos. De

---

<sup>23</sup> Os curdos sírios representam cerca de 10% da população total do país (Phillips, 2016: 110).

<sup>24</sup> O Curdistão é uma região geocultural habitada maioritariamente por curdos. Esta região abrange cerca de 200.000 quilómetros quadrados, que se estendem pelos territórios da Turquia, Irão, Iraque, Síria, Azerbaijão e Arménia (Dahlman, 2002). O Curdistão Ocidental faz parte desta região, englobando a zona nordeste da Síria: Afrin, Kobane e Jazeera (Gunter, 2013: 452-453; Gunes e Lowes, 2015: 4-5).

um lado, temos o bloco formado por potências regionais como a Turquia, o Qatar e a Arábia Saudita, que favorecem a queda do regime de Bashar Al-Assad e têm sido importantes fontes de financiamento e fornecimento de armamento às forças da oposição, incluindo o grupo jihadista *Jabhat al-Nusra* (Dacey e Levy: 2013: 20; Khatib, 2014: 7; Phillips, 2016: 137-138). As motivações em jogo são várias. Para a Turquia, o principal interesse no conflito prende-se com a questão curda. Uma vez que os curdos constituem uma minoria étnica significativa no país, Ancara teme que a milícia do PYD possa expandir a sua influência para o sul do território, reforçando as reivindicações secessionistas do marginalizado PKK<sup>25</sup> (Kurdistan Workers' Party) e levando potencialmente à sua insurgência armada (Gunter, 2013: 453). Por outro lado, o Presidente turco vê na queda do regime de Assad uma forma de diminuir peso dos xiitas no Médio Oriente e, assim, reforçar a sua posição de liderança regional (Sorenson, 2016: 91). A participação do Qatar tem, sobretudo, a ver com um desejo de aumentar a relevância regional do país, o que se torna mais atingível num Médio Oriente em que a Síria e, por conseguinte, as forças xiitas se encontrem fragilizadas (Phillips, 2017: 42). Já a participação da Arábia Saudita está relacionada ao receio de um efeito de contágio da instabilidade associada à Primavera Árabe, vista como uma ameaça ao regime. Por outro lado, o conflito na Síria é visto pela Arábia Saudita como uma oportunidade para contrariar e fragilizar a influência regional do Irão – o seu grande rival histórico no contexto da disputa regional entre xiitas e sunitas. Para além disso, e apesar das relações entre as relações de financiamento entre a Arábia Saudita e o DAESH não serem totalmente claras, o regime de Ríade tem usado a sua oposição pública a este grupo para limpar a sua reputação internacional e afirmar-se como uma peça central na luta contra o fundamentalismo islâmico na região (Phillips, 2016: 68; Rabi e Friedman, 2017: 426,432).

O outro grande bloco é favorável à manutenção do regime de Bashar Al-Assad e é composto pelo Irão e pelo grupo xiita libanês *Hezbollah*. Teerão envolveu-se no conflito desde o seu início, apoiando o regime de Assad para evitar o colapso das estruturas políticas xiitas sírias. Neste sentido, entre 2011 e 2013, as *Quds Force*, forças especiais pertencentes à Guarda Revolucionária do Irão, foram enviadas para a Síria para prestar apoio logístico e técnico, bem como para treinar militarmente às forças de Assad para combaterem o FSA e outros grupos sunitas (Dacey e Levy, 2013: 26). Juntamente com o Irão, o *Hezbollah* deu um importante contributo para a criação de um novo grupo militar – a *National Defense Force*

---

<sup>25</sup> O PKK é uma organização política fundada na Turquia, em 1978, com o objetivo de proclamar a autonomia do Curdistão e, desta forma, libertar a oprimida população curda que se encontra espalhada pelos territórios da Síria, Iraque, Turquia e Irão (Roth e Sever, 2007: 904).

– para dar resposta à deserção de militares sírios que tinha estado na origem do FSA. Estas forças compostas por cerca de 100.000 soldados aliaram-se ao exército regular de Bashar Al-Assad no combate aos rebeldes (Phillips, 2016: 150; Rabi e Friedman, 2017: 433). Contudo, a complexidade do conflito da Síria e a sua articulação com as grandes dinâmicas de poder contemporâneas não se esgotam na dimensão regional. Para a compreendermos será necessário acrescentarmos um nível de análise que olhe para o plano internacional onde a Rússia e os EUA jogam um papel fundamental evidenciando práticas e comportamentos que sugerem o ressurgimento de um clima de Nova Guerra Fria entre os dois atores.

### 5.1.3. A dimensão internacional do conflito na Síria

A dimensão internacional da Guerra na Síria tornou-se muito evidente desde uma fase embrionária do conflito. Desde cedo que os EUA se mostraram favoráveis a uma mudança de regime no país. Isto é claro nas declarações do então Presidente Barack Obama, em 2011, apelando à resignação de Bashar Al-Assad porque *“the future of Syria must be determined by its people”* (Obama, 2011) e, no início de 2012, quando, na sequência de uma ofensiva militar por parte das forças de Assad em Homs, que causara milhares de mortos entre civis, declarou que o Presidente sírio *“must step aside and allow a democratic transition to proceed immediately”* (Obama, 2012).

Estas declarações foram consubstanciadas por movimentações diplomáticas ao nível do Conselho de Segurança da ONU. Deste modo, a 4 de fevereiro de 2012, no seguimento do ataque do regime sírio a Homs, os EUA, em conjunto com o Reino Unido e a França, apresentaram uma proposta de resolução com vista à condenação do uso sistemático da violência pelas forças de Assad e à mudança de regime na Síria. Contudo, até à data, todas as tentativas de resolução do conflito sírio em sede do Conselho de Segurança fracassam devido ao veto da Rússia e da China, que veem nestas propostas uma ameaça à soberania da Síria e um possível meio de legitimação de uma intervenção militar no país para depor o regime de Assad, à semelhança do que aconteceu na Líbia, em virtude da Resolução 1973 (The Guardian, 2012a; Joshua e Olanrewaju, 2015: 57).

A nível militar, a tática norte-americana passava essencialmente por prestar apoio às forças da oposição síria, nomeadamente aos rebeldes *“moderados”* do FSA (Giacomini, 2016: 122;



Sorenson, 2016: 97). Inicialmente, os EUA forneceram armamento ao FSA através de Estados aliados na região, como o Qatar, a Arábia Saudita e a Turquia (Hughes, 2014: 526). Posteriormente, no verão de 2013, numa altura em que havia a profunda convicção que Assad estaria a perpetrar ataques químicos contra a sua população – na sequência de um ataque químico em Ghouta, a 21 de agosto de 2013 –, os EUA desenvolveram um programa, através da CIA, (Central Intelligence Agency) “*to train and equip a force of moderate Syrian rebels who could be trusted with american weapons*” (Giacomini, 2016: 123; Phillips, 2016: 143-144). Em virtude deste programa os EUA forneceram armamento ligeiro, munições, sistemas de comunicação avançados e veículos aos rebeldes moderados, o que demonstra o seu maior envolvimento no conflito (The Washington Post, 2013; Giacomini, 2016: 123). Esta tendência reforçou-se, em abril de 2014, quando os EUA, em conjunto com a Arábia Saudita, começaram a fornecer armamento pesado aos rebeldes moderados, nomeadamente mísseis antitanque, para aumentar o seu potencial ofensivo (The Wall Street Journal, 2014). O referido programa manteve-se ativo, até meados de 2017, altura em que o novo Presidente dos EUA, Donald Trump, o suspendeu (The New York Times, 2017a).

Em paralelo, os EUA desenvolveram outros programas, incluindo o *Train and Equip Program*, patrocinado pelo Departamento de Estado norte-americano. O objetivo deste programa era a profissionalização das forças rebeldes do FSA e a sua capacitação para defenderem os interesses dos EUA no combate aos grupos radicais islâmicos e ao regime de Assad (Pollack, 2014; Giacomini, 2016: 123; Sorenson, 2016: 99). Contudo, o programa seria suspenso no final de 2015, devido à incapacidade de Washington em formar uma força capaz de alterar a situação na Síria. Isto deveu-se essencialmente a dois fatores. Por um lado, verificou-se que muitos dos rebeldes formados e treinados pelos EUA acabaram por se radicalizar, fortalecendo os grupos islâmicos que Washington queria eliminar em primeiro lugar. Ao desertarem para grupos como o DAESH e para o *Jabhat al-Nusra*, os rebeldes moderados levaram com eles armamento fornecido pelos EUA, tornando a estratégia norte-americana contraproducente e complexificando ainda mais um conflito já bastante imbricado em termos de participantes, alianças e dimensões de intervenção (The Daily Mail, 2013; The Guardian, 2015a; The Telegraph, 2015; Giacomini, 2016: 123). Por outro lado, a intervenção russa de setembro de 2015 acabou por alterar o curso dos eventos e levar os EUA a repensar a sua estratégia para o conflito.

Muito embora só tenha assumido uma presença militar na Guerra na Síria em setembro de 2015, Moscovo tem prestado aconselhamento militar às forças fiéis a Bashar Al-Assad,

juntamente com o fornecimento de armamento, munições, sistemas de defesa antimíssil e helicópteros de ataque, desde o início do conflito (BBC, 2012; The European Strategist, 2012; The Guardian, 2012a; The Scotsman, 2012). Isto é confirmado pelo próprio Presidente sírio, em março de 2015, quando afirmou que a Rússia tinha assistido militarmente a Síria desde o começo do conflito, referindo que a cooperação entre os dois Estados neste contexto assentava em acordos estabelecidos ainda antes dos confrontos terem início (Reuters, 2015). Em geral, o Kremlin vê a sua participação, direta e indireta, na Guerra na Síria como uma forma de prevenir que a queda do regime de Bashar Al-Assad pudesse levar a uma replicação do cenário experienciado na Líbia e a uma maior deterioração das suas alianças estratégicas na zona do Norte de África e Médio Oriente (Trenin, 2017: 42-44).

No campo diplomático, o apoio de Moscovo ficou visível em sede do Conselho de Segurança da ONU, onde, em conjunto com a China, vetou várias propostas de resolução da iniciativa dos EUA, que poderiam legitimar uma intervenção militar internacional na Síria, como referido anteriormente<sup>26</sup> (Trenin, 2017: 43-44). Outra manifestação do apoio diplomático da Rússia à Síria deu-se na sequência do ataque químico em Ghouta, a 21 de agosto de 2013, alegadamente perpetrado pelas forças do regime de Assad contra civis. Um ano antes, Barack Obama tinha deixado claro que a utilização de armas químicas constituía uma “*red line*” que não deveria ser ultrapassada, sugerindo que, se tal ocorresse, os EUA poderiam ponderar uma intervenção no país para depor o regime (Obama, 2012 *apud* CNN). Temendo uma intervenção militar na Síria liderada pelos EUA, Moscovo entrou em negociações com a Casa Branca para gerir a situação, resultando num acordo, celebrado em setembro de 2013, que previa a total destruição do arsenal químico sírio até 30 de junho de 2014 (The New York Times, 2013). No seguimento destas negociações, Bashar Al-Assad anunciou que iria ratificar a Convenção de Armas Químicas, sendo que o Conselho de Segurança de ONU aprovou a Resolução 2118, que previa a destruição de todo o arsenal químico do país. Este processo, que deveria ser supervisionado pela Organização para a Proibição de Armas Químicas (Phillips, 2016: 181), deixou clara a influência russa no conflito e a habilidade diplomática de Vladimir Putin para convencer Bashar Al-Assad a destruir o seu arsenal químico com vista a prevenir que uma eventual intervenção norte-americana pudesse colocar em causa a sobrevivência do seu regime (Kozhanov, 2014: 19).

---

<sup>26</sup> Destacam-se os vetos a uma proposta de resolução apresentada pela Alemanha, França, Irlanda do Norte, Portugal e Reino Unido para a realização de eleições na Síria e para a condenação das violações sistemáticas de direitos humanos pelo regime de Bashar Al-Assad, em outubro de 2011, e a uma proposta de resolução para a resignação do presidente sírio, em fevereiro de 2012 (Joshua e Olanrewaju, 2015: 57).

Contudo, a intervenção russa ganhou uma dimensão mais muscular no verão de 2015. Nesta altura, o regime sírio estava com dificuldades em gerir os conflitos com os grupos da oposição e tinha perdido o controlo de zonas estrategicamente importantes como Idlib, Deraa e Tadmor (Trenin, 2017: 43-44; Borshchevskaya, 2018: 7). Numa situação de crescente fragilidade, Assad pediu o apoio militar direto da Rússia (Plakoudas, 2015: 2-3). Ainda antes da materialização desta intervenção, assistiram-se a uma série de movimentações estratégicas que sugeriam a iminência do envolvimento russo nos confrontos, nomeadamente na base aérea de Khmeimim, em Latakia, e na base naval de Tartus – as únicas bases russas no Mar Mediterrâneo –, onde o número de efetivos militares e equipamento militar aumentou substancialmente (Trenin, 2013: 8; The Guardian, 2015b; Sorenson, 2016: 103-104). No dia 30 de setembro, o Parlamento russo aprovou a intervenção militar na Síria, limitando-a, no entanto, a bombardeamentos aéreos e excluindo a hipótese do envio de tropas para o terreno (The Guardian, 2015c; Trenin, 2017: 45). A intervenção russa permitiu a Assad recuperar cidades estrategicamente importantes, entre as quais Aleppo, Deir-Ez-Zor e Tadmor, até então controlada pelas forças da oposição e por grupos jihadistas (Rahaman, 2016: 9; TASS, 2017b). Perante o sucesso da intervenção, em dezembro de 2017, Vladimir Putin anunciou o fim das ofensivas, considerando que o país tinha sido completamente libertado do DAESH (BBC, 2017b).

Contudo, a complexidade do conflito na Síria não se esgota na análise das suas múltiplas dimensões e a sua compreensão só se torna possível se atendermos a tendências mais prolongadas de relacionamento estratégico entre a Síria e Moscovo, com vista a evidenciar a importância do país nos cálculos do Kremlin em matéria de política externa. Estes cálculos estão fortemente relacionados com a experiência da Guerra Fria e, mais recentemente, com um novo padrão de relacionamento com os EUA, cujos contornos sugerem um clima de Nova Guerra Fria, onde a Síria pode ser vista como uma guerra periférica, como a próxima secção demonstra.

## 5.2. Guerra na Síria: um sintoma de um clima de Nova Guerra Fria?

### 5.2.1. As relações Rússia-Síria: uma parceria estratégica no Médio Oriente

A relação estratégica entre a Rússia e a Síria data do período da Guerra Fria. A ascensão de Hafez Al-Assad – pai de Bashar Al-Assad – à presidência da Síria, em 1970, foi um momento importante para o estreitamento de relações entre os dois países (Agayhev e Katman, 2012: 2067). Numa altura em que o Egito se tornara aliado dos EUA, a Síria tornou-se no parceiro estratégico de maior relevância para a URSS no contexto do Médio Oriente. Como tal, o país passou a ser um dos maiores recetores de apoio económico e militar na região. Em prol desta aproximação, em 1971, os dois países celebraram um acordo autorizando a URSS a utilizar a base naval síria de Tartus, onde se estacionou o 5º Esquadrão do Mediterrâneo da Marinha Soviética. Em virtude deste acordo, a base de Tartus tornou-se, após a Guerra Fria, na única base naval russa fora do espaço pós-soviético, comprovando o valor estratégico da parceria entre Moscovo e Damasco (Harmer, 2012: 2; Trenin, 2013: 8). A cooperação estratégica e militar entre os dois países foi aprofundada em outubro de 1980, com a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação, que estabelecia um enquadramento de cooperação militar e assistência mútua em caso de ameaça à segurança da uma das partes (Agayhev e Katman, 2012: 2067; Trenin, 2013: 7).

Não obstante, as relações entre Rússia e Síria foram-se tornando menos prioritárias para Moscovo. Para isto contribuiu o fim da confrontação bipolar e um período de transição ao nível da política interna e externa da Rússia, que a levaram a secundarizar relações com os países do Médio Oriente. Ainda assim foi possível manter os termos da cooperação militar entre os dois países e a permanência de Moscovo na base de Tartus. Em 2000, quando Bashar Al-Assad assume a presidência da Síria e Vladimir Putin é eleito Presidente da Federação Russa assiste-se a um novo impulso nas relações entre Moscovo e Damasco. Paulatinamente, os países aprofundam a sua cooperação no plano militar, energético e diplomático (Katz, 2006: 55-56; Agayhev e Katman, 2012: 2068). Nesta última vertente, destaca-se o apoio do Presidente sírio à Rússia no contexto da intervenção na Geórgia, em agosto de 2008, demonstrando o seu apoio às estratégias de política externa do Kremlin (Allison, 2013: 803-804).

Esta proximidade justifica, em parte, a posição russa no conflito na Síria. Por outro lado, Moscovo tem uma série de interesses no país que motivam a sua intervenção no mesmo para assegurar a sobrevivência do regime de Bashar Al-Assad e, assim, da parceria estratégica entre a Rússia e a Síria. Desde logo, destacam-se os interesses relacionados com a segurança interna da Federação Russa. Esta dimensão está relacionada com a presença de grupos radicais islâmicos no Cáucaso do Norte e, em particular, na Chechénia – como referido no capítulo anterior. Moscovo teme que a queda do regime sírio origine um efeito de contágio da desestabilização e radicalização islâmica do Médio Oriente para o Cáucaso do Norte e Ásia Central, reacendendo os violentos conflitos que se viveram nestas zonas durante a década de 1990 e início dos anos 2000 (Hill, 2013; Kozhanov, 2013: 29; Stent, 2016: 108-110; Talukdar, 2016: 3). Neste contexto, o caso da Síria diferencia-se do caso, por exemplo, da Líbia, exigindo uma atuação mais muscular por parte de Moscovo. Com efeito, a proximidade geográfica da Síria e a ameaça real do contágio do fundamentalismo islâmico para as vulneráveis repúblicas da Chechénia, Inguchétia e Daguestão possuem um maior potencial de afetar a segurança interna da Federação Russa quando comparada com a situação na Líbia (Kozhanov, 2013: 29). Isto é agravado pelo facto de vários combatentes chechenos se encontrarem a combater na Síria ao lado do DAESH (Phillips, 2016: 221), aumentando o receio de importação da instabilidade para o Cáucaso do Norte. Neste sentido, o Kremlin vê na intervenção na Síria uma oportunidade para enfraquecer, e se possível eliminar, os radicais islâmicos, antes que eles regressem a solo russo e contribuam para a destabilização da Federação (Plakoudas, 2015: 4; Eriksen, 2017: 21-23; Trenin, 2017: 46-47).

Na dimensão geoestratégica, a Síria assume-se como um aliado incontornável para Moscovo devido à localização das bases de Tartus e de Latakia (Bagdonas, 2012: 61-63). Estas bases são as únicas que permitem à Rússia aceder à zona oriental do Mediterrâneo e, por esta via, ao Médio Oriente e Ásia Ocidental (Plakoudas, 2015: 4). Neste sentido, uma mudança de regime que alterasse os termos da concessão destas bases ao Kremlin traduzir-se-ia na perda de um ponto de apoio permanente na região, forçando a frota russa a percorrer um longo trajeto pelo Mar Negro para aceder ao Mar Mediterrâneo (Siddiqui, 2016: 25). A importância geoestratégica destas bases para Moscovo ficou clara em janeiro de 2017, quando se firmou um contrato permitindo à Rússia a exploração e expansão da base naval em Tartus durante um período de 49 anos, livre de impostos e com jurisdição soberana sobre a mesma (TASS, 2017c). Após a ratificação deste tratado, o Ministro da Defesa da Federação Russa, Sergei

Shoigu, anunciou que Moscovo iria expandir as bases em Tartus e em Latakia, para que estas se tornassem bases permanentes ao serviço da Federação Russa (Reuters, 2017).

Num sentido mais geopolítico, Moscovo vê a sua intervenção – direta e indireta – no conflito na Síria como uma forma de contrariar a influência norte-americana na região. Daqui decorre um entendimento da geopolítica do Médio Oriente como um jogo de xadrez pela hegemonia na região. Assim, podemos entender o apoio russo ao regime de Bashar Al-Assad, em cooperação com o Irão, como parte de uma estratégia mais ampla destinada a preservar um eixo anti-EUA na região. Aqui a Síria assume um valor estratégico de relevo, uma vez que, na eventualidade de uma mudança de regime no país favorável aos interesses dos EUA, todos os países da região estariam sob influência norte-americana, à exceção do Irão. Por outro lado, a Rússia vê na sua participação no conflito na Síria, uma oportunidade para se afirmar no panorama internacional como uma grande potência, capaz de contribuir para a resolução de conflitos regionais e globais, incluindo o terrorismo e o fundamentalismo islâmicos, assim contrariando o unilateralismo norte americano (Crosston, 2014: 109; Plakoudas, 2015: 4; Siddiqui, 2016: 12, 23; Talukdar, 2016: 3; Zvi, 2016: 23; Kofman e Rojansky, 2018: 4). Neste sentido, a intervenção de Moscovo na Guerra na Síria é também uma clara mensagem para os EUA de que a Rússia está disposta a usar a força militar para salvaguardar os seus interesses estratégicos e contrariar atuações conducentes a mudanças de regime nos territórios dos seus tradicionais aliados, como sucedeu na Líbia (Eriksen, 2017: 26). Consequentemente, e à luz da teoria neorrealista, a intervenção russa na Síria é o reflexo da existência de um jogo de soma zero onde, devido à estrutura anárquica da ordem internacional, Moscovo vê-se obrigada a tentar adquirir poder para preservar o equilíbrio estratégico dentro do sistema. É justamente nesta vertente que a Guerra na Síria pode ser considerada uma guerra periférica entre a Rússia e os EUA, dentro do contexto de um clima de Nova Guerra Fria, como a próxima secção demonstra.

### 5.2.1. A Síria como guerra periférica entre a Rússia e os EUA

No contexto da Guerra Fria, e num cenário em que se queria evitar a confrontação direta entre os EUA e a URSS devido ao potencial de eclosão de um conflito nuclear, assistiu-se à proliferação do que se considera serem guerras periféricas (Yeisley, 2011: 77). Por guerras periféricas entende-se a confrontação entre dois países ou grupos opostos dentro de um

país, geralmente na periferia do sistema internacional, em que as partes em confronto – os *proxies*<sup>27</sup> – eram apoiados, militar e economicamente, por Washington e Moscovo. Esta participação indireta dos EUA e da URSS nestes conflitos visava o enfraquecimento da esfera de influência do seu adversário, numa lógica de jogo de soma zero, onde a vitória de um significaria a derrota do outro (Mumford, 2013; Estrin e Shapiro, 2014; Hughes, 2014: 522-523). Consequentemente, este tipo de conflito indireto entre EUA e URSS simboliza – à luz da teoria neorrealista – a busca pelo equilíbrio de poder a nível global, preservando a bipolaridade do sistema internacional, através da aquisição de poder e de ganhos relativos em cada conflito em que se envolviam (Halvorson, 2013; Mumford, 2013).

As guerras no Vietname (1955-1975) e no Afeganistão (1979-1989) são exemplos de guerras periféricas onde se assistiu à confrontação indireta entre os EUA e a URSS como apoiantes dos grupos em confronto no terreno (Maass, 1999; Khan, 2011; Hughes, 2012: 112-125; Halvorson, 2013; Tadman, 2013; Hughes, 2014: 524). Nestes casos, contudo, deu-se a intervenção direta de uma das duas grandes superpotências, sendo que a outra somente participava de maneira indireta, através de apoio financeiro e militar aos seus *proxies* no terreno (Trenin, 2017: 46-47). No caso da Guerra do Vietname, os EUA tentaram, inicialmente, conter a expansão do bloco soviético a partir do apoio militar, financeiro e diplomático ao Vietname do Sul<sup>28</sup>, que combatiam os norte-vietnamitas da República Democrática do Vietname, apoiados por Moscovo (Westheider, 2007; Pfaff, 2017: 306-307). No entanto, Washington acabou por se envolver diretamente no conflito contra o Vietname do Norte, em 1964, numa guerra que se prolongou por vários anos e terminou com a derrota norte-americana, em 1973 (Kolko, 1985; Khan, 2011: 156-157; Stlantchev, 2014). No caso da Guerra no Afeganistão, a URSS combatia em defesa regime afegão – a República Democrática do Afeganistão – contra os rebeldes *Mujahideen*, apoiados por Washington. Tal como no Vietname, o conflito prolongou-se por vários anos e terminou com a derrota da superpotência em 1989 (Hughes, 2012: 112-125; Richards, 2014: 44; Williams, 2014; Pfaff, 2017: 306-307). Como referido anteriormente, as guerras periféricas, durante a Guerra Fria, ocorriam num contexto de jogo de soma zero, onde a derrota de uma superpotência

---

<sup>27</sup> Segundo Geraint Hughes, os *proxies* são grupos paramilitares não estatais que recebem apoio de potências externas (Hughes, 2012: 11).

<sup>28</sup> Após a Conferência de Genebra, em 1954, ficou estipulado que o Vietname seria, provisoriamente, dividido em duas zonas: a República do Vietname – também conhecida como Vietname do Sul – e a República Democrática do Vietname – conhecida como Vietname do Norte. A República do Vietname era gerida por um regime próximo dos EUA, enquanto que a República Democrática do Vietname possuía uma administração de cariz comunista e, consequentemente, laços próximos à URSS (Khan, 2011: 156).

significava a vitória da outra, através da ponderação de ganhos relativos, contribuindo para a preservação do equilíbrio de poder dentro do sistema bipolar que caracterizou a ordem internacional nesse período.

À semelhança destes casos, também a Guerra na Síria foi gradualmente assumindo contornos de guerra periférica entre os EUA e a Rússia, sendo sintomática da crescente rivalidade geopolítica entre estes atores (Phillips, 2016; Stent, 2016: 111). Para isto, muito contribuiu o desenvolvimento da dimensão internacional do conflito, com Washington e Moscovo a apoiarem as diferentes partes conflitantes. Como referido anteriormente, Moscovo anunciou, desde cedo, o seu apoio ao regime de Bashar Al-Assad contra os grupos jihadistas e rebeldes da oposição, acabando por intervir diretamente no conflito por meio de uma ofensiva aérea em setembro de 2015 (Rahaman, 2016: 7). O objetivo russo era assegurar a sobrevivência do regime sírio e evitar a replicação do cenário que se tinha desenrolado na Líbia (Trenin, 2017: 42-44; Kofman e Rojansky, 2018: 8). Por outro lado, também os EUA se envolveram no conflito na sua fase inicial, assumindo uma posição divergente em relação a Moscovo. Isto contribuiu para uma divisão de blocos relativamente ao futuro da Síria: o primeiro liderado pela Rússia que, com o apoio do Irão e do *Hezbollah*, defende o regime de Assad; e o segundo, liderado pelos EUA que, em conjunto com os seus aliados na região – a Turquia, o Qatar e a Arábia Saudita –, apoiam os grupos da oposição armada, com o propósito de derrubar o regime sírio (Perra, 2016: 364; Hove, 2017: 148). Esta polarização é também ela remanescente do período da Guerra Fria, onde o mundo se encontrava dividido entre os blocos Ocidental e Oriental, – liderados pelos EUA e URSS, respetivamente – que possuíam interesses antagónicos no contexto geopolítico internacional (Richards, 2014: 44-45).

Por outro lado, esta divergência fica visível em sede do Conselho de Segurança da ONU, onde as propostas de resolução dos EUA foram sucessivamente vetadas pela Rússia, como analisado anteriormente. Segundo Adigbuo Richards, esta falta de unanimidade dentro do Conselho de Segurança da ONU é semelhante às dinâmicas em curso durante a Guerra Fria, quando as superpotências usavam o seu poder de veto para impedir que certas situações fossem usadas para aumentar os ganhos relativos da superpotência rival. No contexto do conflito sírio, a situação parece ser semelhante, dado que Rússia e EUA não conseguem chegar a um consenso relativamente a uma solução para a Guerra na Síria, consequência da existência de interesses divergentes para o desfecho do conflito e da perceção de jogo de soma zero que predomina neste caso (Richards, 2014: 43).



Neste sentido, a análise da problemática de uma guerra periférica entre Rússia e EUA na Síria como sintoma de um clima de Nova Guerra Fria torna-se pertinente. A intervenção militar de Moscovo na Síria constitui a terceira grande ofensiva – após a intervenção na Geórgia, em 2008, e no leste da Ucrânia, em 2014 – em que o Kremlin desafiou a ordem internacional liderada por Washington, no pós-Guerra Fria (Trenin, 2017: 46-47). Dmitri Trenin argumenta que o objetivo do Kremlin era defender Assad das forças que os EUA “*had trained, armed and funded*”, considerando o conflito sírio como o primeiro em que os dois Estados “*found themselves directly participating in a war in the same country but on opposite sides*” (Trenin, 2017: 46-47). Deste modo, a Guerra na Síria marcou o início de uma nova rivalidade entre EUA e Rússia, ao tornar-se no palco de uma luta pela influência e pela procura de poder e de ganhos relativos, assumindo características de um jogo de soma zero – típicas da Guerra Fria – onde a vitória de uma das superpotências numa guerra periférica significava automaticamente a derrota da outra (Eksi, 2017: 109). Ao intervir na Síria, Moscovo procura demonstrar a Washington que tem uma posição relevante na resolução do conflito e que tem uma posição estratégica no Médio Oriente, capaz de conter a expansão da influência dos EUA na região, alimentando uma nova rivalidade geopolítica entre os dois atores. Subsequentemente, a divisão do conflito em blocos subordinados aos interesses e visões estratégicas de Washington e Moscovo assume-se, simultaneamente, como um sintoma e um elemento intensificador de uma competição em curso pela reorganização do sistema internacional. Isto agrava um clima de tensão já visível desde 2008, após a intervenção russa na Geórgia, e que se agudizou, em 2014, aquando da anexação da Crimeia (Perra, 2016: 371; Eksi, 2017: 110).

Acresce o perigo de confrontação militar direta entre Rússia e EUA. Frequentemente, caças russos e norte-americanos encontraram-se a distâncias perigosamente próximas em espaço aéreo sírio, arriscando colisões aéreas e criando sérios riscos para uma escalada de violência na Síria. Estas manobras militares são agravadas ao nível político, com Moscovo a acusar o bloco liderado pelos EUA de operar na Síria ilegalmente (BBC, 2017c). No terreno, esta conflitualidade é exacerbada pelo bombardeamento ocasional de Washington e Moscovo aos grupos que cada um apoia no conflito. Por diversas vezes, aviões russos bombardearam grupos rebeldes apoiados pelos norte-americanos, enquanto que Washington chegou a acusar Moscovo de bombardear um centro de treinos da CIA em Idlib, em outubro de 2015, logo após o início da sua campanha militar de Moscovo (The Guardian, 2015d). Outro incidente com contornos semelhantes ocorreu em Aleppo, em outubro de 2016, quando um ataque

conjunto entre Moscovo e as forças de Assad atingiram parte de uma cidade ocupada por rebeldes apoiados pelos norte-americanos, elevando o nível de tensões entre a Rússia e os EUA (Hove, 2017: 149). No entanto, também os ataques aéreos levados a cabo por Washington numa base no sul do país, em maio de 2017, desafiaram, de forma direta, os interesses de Moscovo no conflito sírio ao atingirem as forças pró-Assad (The Independent, 2017b). Estes ataques de parte a parte reforçam a ideia de que a Síria está a assumir, de forma cada vez mais demarcada, os contornos de uma guerra periférica entre Rússia e EUA.

Quando verificamos que a maioria dos ataques aéreos de Moscovo são dirigidos aos rebeldes apoiados pela Casa Branca e não aos grupos radicais (Spaulding, 2015; Perra, 2016: 372; Trenin, 2017: 49-51; Borshchevskaya, 2018: 7), como o DAESH, é possível compreender por que razão o conflito sírio ilustra esta rivalidade geopolítica que sugere um clima de Nova Guerra Fria. Com efeito, a presente situação deixa clara que um dos principais objetivos do Kremlin passa por eliminar as forças apoiadas pelos EUA no terreno (Casagrande e Weinberger, 2017: 2). Em termos políticos, Sergey Lavrov justificou a realização destas manobras, em outubro de 2015, afirmando que Moscovo não fazia distinção entre o que os norte-americanos consideram como “*rebeldes moderados*” ou “*grupos extremistas*”, porque “*if it looks like a terrorist, if it acts like a terrorist, if it walks like a terrorist, if it fights like a terrorist, it's a terrorist, right?*” (Lavrov *apud* CNN, 2015b). Estas afirmações foram prontamente contrariadas pelo então Presidente Barack Obama quando afirmou que os EUA “*reject Russia's theory that everybody opposed to Assad is a terrorist*” (Obama, 2015).

À data da escrita desta dissertação, a situação mais demonstrativa da rivalidade entre Rússia e EUA no conflito da Síria ocorreu em abril de 2017, quando vários mísseis de cruzeiro norte-americanos atingiram a base aérea de Shayrat, na província de Homs, como resposta ao alegado uso de armas químicas contra civis pelo regime de Bashar Al-Assad (CNN, 2017). Este episódio agudizou o clima de tensão entre Moscovo e Washington, levando Sergey Lavrov a admitir que as relações entre Rússia e EUA “*have never been so difficult since the end of Cold War*” (Lavrov *apud* The Independent, 2017a). Dois meses depois, um caça *F-18* norte-americano abateu um bombardeiro sírio, perto de Raqqa, alegadamente em autodefesa perante os ataques do regime de Assad contra grupos apoiados pela Casa Branca. A resposta da Rússia surgiu prontamente através de um duro discurso, quando o Ministro da Defesa, Sergey Shoygu, afirmou num comunicado que, pela primeira vez desde o início do conflito, iria considerar como alvo “*any aircraft, including planes and drones belonging to the international coalition, operating west of the River Euphrates*” (The Atlantic, 2017).

Moscovo também fez menção aos canais de comunicação que havia mantido com Washington – com o objetivo de gerir o conflito e evitar uma escalada de violência no terreno –, referindo que iria acabar com a “*Russia-US hotline designed to prevent accidental clashes in the Syrian airspace*”, dando um sinal claro de que as relações entre as duas partes se encontravam num estado de grande tensão (The New York Times, 2017b) e que o risco de confrontação direta entre Moscovo e Washington, apesar de escassa, é um elemento de peso nas considerações estratégicas e diplomáticas dos dois países (Dejevsky *apud* The Guardian, 2017).

Assim, são vários os indicadores que permitem enquadrar o conflito sírio como uma guerra periférica com contornos semelhantes àquelas que ocorreram durante a Guerra Fria (Dejevsky *apud* The Guardian, 2017). Esta leitura é partilhada por Dmitri Trenin que, a respeito da Síria, evidencia que a Rússia e os EUA “*are for the first time since World War II fighting in the same country, but now their goals and strategies are vastly different, if not opposed to each other*” (Trenin, 2018). Apesar de descartar a hipótese do risco de um confronto militar direto entre as duas potências, Trenin defende que esta “*U.S.-Russian situation will remain not only dire but essentially hopeless for the indefinite future*” (Trenin, 2018). Por tudo isto, a Guerra na Síria surge como bastante mais do que uma simples guerra civil. É um conflito que adquiriu uma dimensão internacional, reflexo da luta pelo poder e influência entre a Rússia e os EUA que procuram obter vantagens geopolíticas e geoestratégicas, transformando-o numa guerra periférica, enquadrado numa lógica de jogo de soma zero. Uma vez mais, à luz da teoria neorrealista, a intervenção militar russa na Síria deve ser analisada dentro do contexto da existência de uma estrutura anárquica na ordem internacional, fator que leva a Rússia a participar de forma direta no conflito, numa busca pelo poder relativo em relação aos EUA, com o objetivo final de preservar o equilíbrio de poder dentro do sistema. As várias “*strategies for survival*” identificadas por John Mearsheimer, desenvolvidas no primeiro capítulo, – e, em particular, as estratégias de “*war*” e “*balancing*” – ajudam a compreender o porquê da participação militar de Moscovo em apoio ao regime de Assad, dado que a Rússia desencadeou uma operação militar direta na Síria para impedir o surgimento de um desequilíbrio de poder a nível regional em relação aos EUA. Futuramente, este desequilíbrio regional poderia agravar o desequilíbrio de poder internacional entre a Rússia e os EUA, visto que Moscovo ficaria numa posição de desvantagem geopolítica e geoestratégica em relação a Washington.

### 5.3. Considerações finais

A Guerra na Síria é um conflito complexo com múltiplas dimensões. A partir da contextualização das mesmas – incluindo a dimensão interna, regional e internacional – este capítulo procurou demonstrar como os vários atores e interesses em jogo no terreno contribuíram para que o conflito se tornasse numa guerra periférica entre a Rússia e os EUA num clima que se assemelha àquele vivido durante a Guerra Fria. A polarização do conflito entre dois grandes blocos liderados por Moscovo e por Washington reforça este argumento e contribui para agudizar um clima de tensão que vem escalando desde os anos 2000, quando Vladimir Putin assumiu a Presidência da Federação Russa, e com maior intensidade desde a Guerra na Geórgia, em 2008, e a anexação da Crimeia, em 2014. Para além disso, a Guerra na Síria apresenta várias semelhanças com outras guerras periféricas ocorridas durante a Guerra Fria, onde Moscovo e Washington travavam – de forma direta ou indireta – conflitos numa lógica de jogo de soma zero, na busca pela preservação do equilíbrio de poder e aquisição de ganhos relativos, reflexo da rivalidade geopolítica do sistema bipolar da época. Atualmente, a guerra periférica que decorre na Síria demonstra o regresso de uma rivalidade geopolítica semelhante – ainda que não totalmente análoga – entre russos e norte-americanos pelo poder e influência a nível regional e global. Estamos, por isso, perante um clima de Nova Guerra Fria onde a rivalidade e incerteza marcam o futuro das relações entre Moscovo e Washington e do sistema internacional num sentido mais alargado. Deste modo, também o futuro da distribuição de poder do sistema internacional parecer incerto, uma vez que a Rússia tem incetado vários esforços para reverter a unipolaridade norte-americana e estabelecer um sistema de carácter multipolar.

## CONCLUSÕES

Esta dissertação demonstrou que se tem assistido a um regresso de novos padrões de rivalidade e conflitualidade entre Rússia e EUA, resultante de várias divergências geopolíticas e geoestratégicas. À luz da teoria neorrealista e da sua vertente ofensiva, desenvolvida por John Mearsheimer e enquadradas no primeiro capítulo, foi possível aferir que Moscovo e Washington parecem perceber de forma distinta a sua posição dentro do sistema internacional – numa ordem internacional que é anárquica –, algo que irá sempre criar tensão, devido à constante busca por uma posição de vantagem relativamente ao outro no sistema (Waltz, 1979; Mearsheimer, 2001). Segundo a teoria neorrealista, o que origina a existência de um permanente clima de insegurança e desconfiança entre todas as unidades do sistema é precisamente a ausência de uma entidade que esteja hierarquicamente acima de todos os Estados – e que seja capaz de controlar as suas ações –, o que os leva a uma constante disputa pelo poder, com o objetivo final de garantirem a sua sobrevivência dentro do sistema internacional (Waltz, 1979). Esta luta pela sobrevivência constitui uma tentativa por parte das grandes potências para preservarem a sua posição dentro do sistema internacional – no caso da vertente defensiva do neorrealismo defendida por Waltz – ou de maximizarem o seu poder relativo e de obterem ganhos em relação ao seu adversário – no caso da vertente ofensiva de Mearsheimer (Waltz, 1979; Mearsheimer, 2001). É dentro desta lógica que se insere estudo da política externa da Federação Russa, resultado do seu carácter mais assertivo e ambicioso desde os anos 2000, que tem como objetivo restaurar o seu estatuto de grande potência, voltar ser um ator de relevo dentro do sistema internacional em posição de igualdade para com os EUA – e não numa posição subordinada – e, finalmente, o estabelecimento de uma ordem multipolar que se substitua à unipolaridade norte-americana estabelecida após o final da Guerra Fria (Zakaurtseva, 2007; Mankoff, 2009; Freire, 2011; Gvosdev e Marsh, 2014). Deste modo, importa retomar a pergunta de partida e perceber de que modo a presente dissertação procurou dar-lhe resposta: De que forma é que a implementação de uma política externa mais assertiva, por parte da Federação Russa, contribuiu para o ressurgimento de novos padrões de conflitualidade com os EUA?

O segundo capítulo demonstrou como os vários conceitos de política externa da Rússia, bem como as declarações de Vladimir Putin e Dmitry Medvedev, apontam como necessário o estabelecimento de um mundo multipolar, capaz de conferir uma maior estabilidade e equilíbrio ao sistema internacional, visto que veem na unipolaridade norte-americana a causa

de grande parte dos conflitos à escala global. Esta problemática que relaciona a emergência de conflitos com a natureza de distribuição de poder no sistema internacional, é também enquadrada pela teoria neorrealista. Waltz e Mearsheimer argumentam que um sistema bipolar é capaz de conferir maior pacificidade ao sistema internacional, dando como exemplo o período de aparente estabilidade que existiu durante a Guerra Fria, entre EUA e URSS, afirmando que terá sido o equilíbrio estratégico entre as duas superpotências – nomeadamente no âmbito do armamento nuclear – que impediu a ocorrência de um conflito de grande escala, contribuindo para que as tensões entre Moscovo e Washington permanecessem “*frias*” (Waltz, 1988; Mearsheimer, 2001). Subsequentemente, ambos os autores questionaram a pacificidade de um sistema multipolar, considerando que a existência de um maior número de grandes potências na arena internacional aumenta a probabilidade de conflitos de grande escala. Contudo, Nuno P. Monteiro, apesar de concordar com as visões de Waltz e Mearsheimer, no que diz respeito à menor conflitualidade de um mundo bipolar, inclui na discussão um outro sistema de distribuição de poder: o sistema unipolar. O autor argumenta que, no período pós-Guerra Fria, o sistema bipolar foi substituído por um sistema unipolar, que terá estado na origem de um maior número de conflitos por todo o globo e que, direta ou indiretamente, envolvem a potência hegemónica: os EUA (Monteiro, 2011). O autor conclui, então, que o sistema unipolar é o sistema que menor pacificidade confere ao sistema internacional. O argumento de Monteiro parece, portanto, ir ao encontro da visão de Moscovo de que a ordem internacional unipolar liderada por Washington após 1991 traz mais conflitualidade e instabilidade ao sistema, razão pela qual o Kremlin defende uma ordem multipolar, capaz de lhe conferir um maior equilíbrio (Tsygankov, 2016)

Esta visão encontra-se expressa nos vários Conceitos de Política Externa da Federação Russa (2000, 2008, 2013 e 2016), bem como em diversas declarações de Vladimir Putin e Dmitri Medvedev, que sempre se mostraram muito críticos da hegemonia norte-americana, bem como das suas tomadas de posição – muitas vezes unilaterais – no xadrez internacional. Consequentemente, a Rússia enveredou por um caminho de recuperação do estatuto de grande potência dentro do sistema internacional, apostando, inicialmente, no crescimento económico – capaz de lhe conferir autonomia e independência –, bem como na modernização das forças armadas, algo que seria vital para garantir a proteção dos seus vários interesses (Mankoff, 2009; Cadier e Light, 2015). Simultaneamente, Moscovo assumiu que a sua política externa iria assumir um carácter multivetorial – ou seja, que iria ter interesses privilegiados em várias regiões do globo – e decidiu apostar na concretização

de parcerias estratégicas que permitissem reestabelecer o equilíbrio na arena internacional, designadamente em relação à influência dos EUA (Mankoff, 2009; Freire, 2011; Cadier e Light, 2015). O uso da força militar começou também a ser considerado como um meio legítimo para concretizar os interesses e ambições estratégicas do Kremlin, tal como foi demonstrado com os casos das intervenções russas na Geórgia, no Leste da Ucrânia e na Síria, revelando a sua importância para a concretização do projeto de reafirmação internacional da Rússia (Heine, 2009; Larson e Shevchenko, 2014; Hove, 2017)

Todavia, esta tentativa de maior afirmação por parte de Moscovo acabou por colidir com os interesses de Washington. Tal como foi demonstrado no terceiro capítulo, as relações entre a Rússia e os EUA, no período 2000-2017, foram-se tornando mais tensas, resultado de divergências crónicas e fraturantes que surgiram entre o Kremlin e a Casa Branca, caminhando em direção a um clima de Nova Guerra Fria. No período 2000-2008, estas divergências incluem a invasão norte americana do Iraque, as Revoluções Coloridas na Geórgia e na Ucrânia, o alargamento da NATO e os planos de Washington para o estabelecimento de um sistema antimíssil no centro da Europa (Sakwa, 2008; Larson e Shevchenko, 2014; Legvold, 2016; Tsygankov, 2016). Porém, a situação que mais fricção criou entre os dois Estados consistiu na intervenção militar de Moscovo na Geórgia, em 2008 (Heine, 2009). O acentuar da tensão entre a Rússia e os EUA resulta da maior assertividade de Moscovo na arena internacional, que parecia frustrada com as humilhações que considerava ter sofrido durante a década de 1990 à custa de Washington, considerando que os EUA se aproveitaram da maior fragilidade russa nesse período para se intrometerem nos assuntos internos do país (Panova, 2008). É neste contexto que se entende a primordialidade de uma política mais muscular destinada a defender os seus interesses nacionais e a permitir uma maior afirmação da Rússia na arena internacional. Por esta altura, autores como Richard Sakwa, Vladímer Papava e George Heine, traziam para a discussão a ideia da existência de um clima de Nova Guerra Fria, sobretudo no seguimento da Guerra na Geórgia. Estes autores argumentam que o conflito russo-georgiano marcou, de forma muito significativa, a ordem internacional, simbolizando o fim da ordem unipolar norte-americana, uma vez que “descongelou” a “paz fria” que caracterizou as relações entre Moscovo e Washington no pós-Guerra Fria, e a substituiu por um maior grau de incertezas relativamente ao futuro das interações entre os dois atores (Sakwa, 2008, 2013; Heine, 2009; Papava, 2009).

Com Barack Obama na presidência norte-americana, a Casa Branca empenhou-se num “reset” nas relações com Moscovo, numa tentativa de reaproximar os dois Estados e refrear

as tensões que resultaram da Guerra na Geórgia (Cox e Stokes, 2012). Contudo, esta tentativa foi efêmera e rapidamente as relações russo-americanas voltaram a deteriorar-se. A intervenção da NATO na Líbia, em 2011, constituiu uma primeira divergência na visão que os dois Estados tinham para a resolução da guerra civil em curso no país. Não obstante, foi a crise na Ucrânia, em 2014, que veio elevar as tensões entre Rússia e EUA para um nível mais crítico, passando a constituir um importante indicador na discussão da emergência de um clima de Nova Guerra Fria (Legvold, 2016). Porém, esta Nova Guerra Fria parece ser diferente da anterior (Steele, 2015; Legvold, 2016; Hove, 2017). Como foi possível verificar no terceiro capítulo, já não existe uma divergência ideológica fraturante entre capitalismo e comunismo, como no período da anterior Guerra Fria. Apesar de não haver essa vincada divergência ideológica, Medial Hove argumenta que existe uma outra divisão mais insidiosa, que consiste na distinção entre o capitalismo liberal e o capitalismo autoritário, demonstrando que ainda existem algumas diferenças de pensamento ideológico entre Moscovo e Washington (Hove, 2017). A consequência desta divergência poderá, então, significar o regresso de uma competição e rivalidade geopolítica entre Rússia e EUA pelo poder e influência. Desta forma, Mediel Hove (2017), Robert Legvold (2016) e Jonathan Steele (2015) defendem a ideia de uma Nova Guerra Fria, como consequência das intervenções militares russas na Ucrânia e na Síria. Jonathan Steele inclui no debate uma outra característica distintiva desta Nova Guerra Fria – que considera mais perigosa e mais imprevisível – quando defende que já não existe uma divisão territorial bem delineada entre dois polos antagónicos na geopolítica mundial (Steele, 2015). Todavia, também verificámos que esta ideia não é totalmente consensual, e autores como Dmitri Trenin (2014) defendem que a ausência de uma divergência político-ideológica fraturante entre capitalismo e comunismo, bem como a assimetria de poderio militar atualmente existente entre a Rússia e os EUA, tornam a noção de Nova Guerra Fria inviável. Ainda assim, a deterioração de relações entre Moscovo e Washington, desde os anos 2000, indicam que estarmos perante um período de mudança no que toca à natureza da distribuição de poder na ordem internacional, como resultado da existência de uma maior assertividade na participação do Kremlin no sistema internacional, que tenta assumir um papel de maior relevância neste contexto. A maior assertividade russa no sistema internacional e a busca por um estatuto de maior relevo neste xadrez tem como consequência o regresso a certos padrões de rivalidade e conflitualidade com os EUA, acentuando o nível de tensão nas relações entre Moscovo e Washington, assim sugerindo a existência de um clima de Nova Guerra Fria.



Ao procurar assumir-se como um ator mais relevante na arena internacional, capaz de contrariar a hegemonia norte-americana e preservar o equilíbrio de poder, o quarto capítulo demonstrou que a região do Médio Oriente parece desempenhar um papel importante nesta equação. Após um período de ausência da região, com o final da Guerra Fria e o desmembramento da URSS, a Rússia de Vladimir Putin recolocou o Médio Oriente na agenda de prioridades geoestratégicas, tentando aproximar-se de vários Estados que partilhassem a mesma visão estratégica de Moscovo, nomeadamente o Irão e a Turquia – Estados que também defendem uma ordem internacional multipolar (Nizameddin, 2013; Akturk, 2014; Borshchevskaya, 2016; Grygiel e Mitchell, 2016; Liik e Geranmayeh, 2016; Casula e Katz, 2018). Neste sentido, Moscovo olhou para o Médio Oriente como uma região que pudesse servir de plataforma estratégica e, assim, contrariar a influência de Washington naquela zona, que tinha aumentado consideravelmente após a invasão do Iraque. Outro fator que contribuiu para que a Rússia priorizasse a região do Norte de África e Médio Oriente foi a Primavera Árabe (Dannreuther, 2015). Moscovo olhou com desconfiança e ceticismo para a vaga de mudanças de regime que foram acontecendo um pouco por toda a região, em particular na Líbia, temendo que esta fosse uma espécie de eco das Revoluções Coloridas ocorridas na Geórgia e na Ucrânia (Trenin, 2017). Com a intervenção militar da NATO na Líbia, a queda de Gaddafi e a subsequente instabilidade política e social que se abateu sobre o país, – originada pela ausência de um Estado central forte e pelo crescimento de células jihadistas dentro do território líbio – a Rússia receou que a Síria de Bashar al-Assad pudesse ter o mesmo destino e tornar-se mais permeável à infiltração de grupos jihadistas, capazes de exportar a instabilidade para a vulnerável região do Norte do Cáucaso (Kozhanov, 2013; Baev, 2015; Dannreuther, 2015). É dentro deste contexto de visão estratégica para o Médio Oriente, da rivalidade geopolítica com os EUA, bem como o receio de expansão do jihadismo para zonas próximas das fronteiras russas (Talukdar, 2016), que a Síria ganha um lugar central na agenda do Kremlin, assumindo-se simultaneamente como sintoma e intensificador do clima de Nova Guerra Fria.

Neste sentido, o quinto capítulo centrou-se na intervenção militar de Moscovo na Síria, em setembro de 2015, bem como na dimensão internacional que o conflito assumiu, devido à rivalidade entre a Rússia e os EUA, em função do apoio dado aos diferentes blocos que combatem no terreno (Phillips, 2016). Esta rivalidade tornou a Guerra na Síria numa guerra periférica, polarizada em dois grandes blocos opostos liderados por Moscovo e Washington, respetivamente: a Rússia apoiando o regime de Bashar al-Assad, juntamente com o Irão e o

*Hezbollah*; os EUA apoiando a mudança de regime e os rebeldes da oposição juntamente com a Turquia, a Arábia Saudita e o Qatar (Phillips, 2016; Hove, 2017). Por este motivo, o conflito na Síria ganhou rapidamente uma dimensão internacional, resultado da rivalidade e competição geopolítica entre Moscovo e Washington, que pretendem um desfecho diferente para uma guerra que se encontra ativa desde 2011.

A partir da análise da Guerra na Síria como estudo de caso, conclui-se que este conflito teve implicações negativas nas relações entre Moscovo e Washington, contribuindo para que o já notório clima de Nova Guerra Fria se adensasse. À luz do neorrealismo, a Síria transformou-se num jogo de soma zero, sendo que a Rússia, ao assumir uma posição de destaque no conflito – direta e indiretamente –, deixa claro que a intervenção na Síria é parte de uma estratégia mais abrangente que passa por adquirir vantagens geopolíticas e geoestratégicas em relação aos EUA no Médio Oriente, e assim, fragilizar a unipolaridade norte-americana. Com efeito, Moscovo temeu que a queda do regime de Assad pudesse originar um desequilíbrio estratégico na região em benefício de Washington, algo que iria contra as aspirações de Putin de restaurar o estatuto de grande potência da Rússia. Deste modo, o conflito na Síria, ao transformar-se numa guerra periférica entre a Rússia e os EUA, passou a assumir uma dimensão internacional que intensificou os padrões de rivalidade e conflitualidade entre o Kremlin e a Casa Branca.

Apesar de o clima de Nova Guerra Fria não ser totalmente análogo à situação de confrontação bipolar que caracterizou a segunda metade do século XX, verificam-se claras divergências geopolíticas entre russos e norte-americanos relativamente à arquitetura do sistema internacional: Moscovo insiste na visão do estabelecimento de uma ordem internacional multipolar e na necessidade de ter uma participação mais ativa e destacada no xadrez internacional; enquanto que Washington tenta preservar a sua hegemonia e unilateralismo. Daqui decorre que as movimentações norte-americanas no palco internacional tendem a colidir com os interesses russos e, ocasionalmente, a ser visto pelo Kremlin como uma ameaça aos seus interesses nacionais e própria sobrevivência. Neste cenário de anarquia internacional – tal como defende o neorrealismo –, é provável que se assista a uma continuidade e intensificação da rivalidade geopolítica entre a Rússia e os EUA, não só na Síria e no Médio Oriente, mas um pouco por todo o globo, uma vez que está em jogo uma competição permanente por poder e influência, onde Moscovo tem o fim último de alcançar uma posição mais favorável dentro do sistema internacional.

---

## Referências Bibliográficas

---

- Abilov, Shamkhal & Isayev, Ismayil (2016) “*The Consequences of the Nagorno-Karabakh War for Azerbaijan and the Undeniable Reality of Khojaly Massacre: A View from Azerbaijan*”. Polish Political Science Yearbook. 45, 291–303 <http://cejsh.icm.edu.pl/cejsh/element/bwmeta1.element.desklight-43c84ac3-3667-46ee-941d-fd9c7f917cfe> [24 de março de 2018].
- Ademmer, Esther; Delcour, Laure & Wolczuk, Kataryna (2016) “*Beyond Geopolitics: An introduction to the impact of the EU and Russia in the ‘contested neighborhood’*”. Eurasian Geography and Economics. 57(1), 1-18.
- Aggarwal, Vinod K. & Govella, Kristi (2012) *Responding to a Ressurgent Russia: Russian Policy and Responses from the European Union and the United States*. Springer.
- Aghayev, Elvin & Katman, Filiz (2012). “*Historical Background and the Present State of the Russian-Syrian Relations*”. European Researcher. 35(11-3), 2066-2070 [https://www.researchgate.net/publication/235347789\\_Historical\\_Background\\_and\\_the\\_Present\\_State\\_of\\_the\\_Russian-Syrian\\_Relations](https://www.researchgate.net/publication/235347789_Historical_Background_and_the_Present_State_of_the_Russian-Syrian_Relations) [7 de maio de 2018].
- Akturk, Sener (2013) “*Russian–Turkish Relations in the 21st Century: 2000–2012*”. Russian Analytical Digest. 125, 25 March 2013 <http://www.css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-125-2-5.pdf> [28 de março de 2018].
- Akturk, Sener (2014) “*Toward a Turkish-Russian Axis? Conflicts in Georgia, Syria, and Ukraine, and Cooperation over Nuclear Energy*”. Insight Turkey. 16(4), 13-22 <http://www.jstor.org/stable/26299398> [2 de abril de 2018].
- Al Jazeera (2011) “Obama: Gaddafi must leave Libya now”, 27 de fevereiro de 2011. <https://www.aljazeera.com/news/americas/2011/02/2011226232530835912.html> [20 de fevereiro de 2018].
- Allison, Roy (2013) “*Russia and Syria: explaining alignment with a regime in crisis*”. International Affairs. 89(4), 795–823.
- Arbatova, Nadia Alexandrova (2015) “*Security relations in the Black Sea region: Russia and the West after the Ukrainian crisis*”. Southeast European and Black Sea Studies. 15(2), 129-139 <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14683857.2015.1060015> [27 de fevereiro de 2018].
- ARK Group DMCC (2016). “*The Syrian conflict: A systems conflict analysis*”. <http://cdacollaborative.org/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/The-Syrian-conflict-A-systems-conflict-analysis.pdf> [3 de maio de 2018].
- Armitage, Richard L. & Nye Jr., Joseph S. (2007) “*Comission on Smart Power: A smarter, more secure America*”. CSIS (Center for Strategic and International Studies) [https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy\\_files/files/media/csis/pubs/071106\\_csissmartpowerreport.pdf](https://csis-prod.s3.amazonaws.com/s3fs-public/legacy_files/files/media/csis/pubs/071106_csissmartpowerreport.pdf) [6 de março de 2018].

- Aslund, Anders & Kuchins, Andrew (2009) *The Russia Balance Sheet*. Peterson Institute for International Economics.
- Asseburg, Muriel & Wimmen, Heiko (2012). “*Civil War in Syria: External Actors and Interests as Drivers of Conflict*”. German Institute for International and Security Affairs, SWP Comments, December 2012 [https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C43\\_ass\\_wmm.pdf](https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2012C43_ass_wmm.pdf) [22 de abril de 2018].
- Aune, Finn Roar; Golombek, Rolf; Moe, Arild; Rosendahl, Knut Einar & Tissier, Hilde Hallre Le Tissier (2017) “*The future of Russian gas exports*”. *Economics of Energy & Environmental Policy*. 6(2), 111-135.
- Awad, Mokhtar; Lang, Hardin; Juul, Peter; Katulis, Brian & Sofer Ken (2014). “*Supporting the Syrian Opposition: Lessons from the Field in the Fight Against ISIS and Assad*”. Center for American Progress. <https://cdn.americanprogress.org/wp-content/uploads/2014/09/IslamistsSyria-report.pdf> [26 de abril de 2018].
- Baev, Pavel K. & Kirişci, Kemal (2017) “*An ambiguous partnership: The serpentine trajectory of Turkish-Russian relations in the era of Erdoğan and Putin*”. Turkey Project Policy Paper, No.13 <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/09/pavel-and-kiris-ci-turkey-and-russia.pdf> [10 de abril de 2018].
- Baev, Pavel K. (2011) “*A Matrix for Post-Soviet ‘Color Revolutions’: Exorcising the Devil from the Details*”. *International Area Studies Review*. 14(2), 3-22.
- Baev, Pavel K. (2015) “*Russia as Opportunist or Spoiler in the Middle East?*”. *The International Spectator*, 50(2), 8-21 <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03932729.2015.1019250> [30 de março de 2018].
- Bagdonas, Azuolas (2012). “*Russia’s Interests in the Syrian Conflict: Power, Prestige and Profit. European Journal of Economics and Political Sciences*”. 5(2), 55-77. <http://thedailyjournalist.com/wp-content/uploads/2013/12/Strategic.pdf> [2 de maio de 2018].
- Bagno, Olena (2009) “*Russia in the Middle East: An Unlikely Comeback*”. *Strategic Assessment*. 12 (2), 91-104 <http://www.inss.org.il/wp-content/uploads/2013/07/8-2.pdf> [5 de abril de 2018].
- Baran, Zeyno (2007) “*EU Energy Security: Time to End Russian Leverage*”. *The Washington Quarterly*. 30(4), 131–144.
- Barmin, Yuri (2017) “*Russian Arms Diplomacy in the Middle East*”. *Alsharq Forum Analysis Series*. <http://www.sharqforum.org/2018/02/05/russian-arms-diplomacy-in-the-middle-east/> [10 de abril de 2018].
- Barnett, Marc (2016) “*American Exceptionalism and the Construction of the War on Terror: An Analysis of the Counterterrorism Policies under Clinton, Bush and Obama*”. *Working Paper Series*. Institute for National Security and Counterterrorism [http://insct.syr.edu/wp-content/uploads/2016/11/Barnett\\_American-Exceptionalism\\_and\\_the\\_Construction\\_of\\_the\\_War\\_on-Terror-mwedit111716.pdf](http://insct.syr.edu/wp-content/uploads/2016/11/Barnett_American-Exceptionalism_and_the_Construction_of_the_War_on-Terror-mwedit111716.pdf) [10 de março de 2018].

- 
- Baslar, Kemal (2001) “*The Commonwealth of Independent States: Decayed Within A Decade*”. The Turkish Yearbook on International Relations. 32, 91-125 <http://dergiler.ankara.edu.tr/dergiler/44/672/8558.pdf> [15 de janeiro de 2018].
- Bassil, Youssef (2012) “*The 2003 Iraq War: Operations, Causes, and Consequences*”. IOSR Journal Of Humanities And Social Science. 4(5), 29-47 <http://www.lacsc.org/papers/papera1.pdf> [16 de fevereiro de 2018].
- BBC (2001) “Text: Bush address to Congress”, 21 de setembro de 2001 <http://news.bbc.co.uk/2/hi/americas/1555641.stm> [15 de fevereiro de 2018].
- BBC (2008) “Russia army unit sent to Abkhazia”, 31 de maio de 2008. <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/7429354.stm> [4 de março de 2018].
- BBC (2012) “Russian arms shipments bolster Syria's embattled Assad”, 30 de janeiro de 2012 <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-16797818> [30 de abril de 2018].
- BBC (2014a) “Russia drops South Stream gas pipeline plan”, 1 de março de 2014 <http://www.bbc.com/news/world-europe-30283571> [25 de março de 2018].
- BBC (2014b) “Russia's gas fight with Ukraine”, 31 de outubro de 2014 <http://www.bbc.com/news/world-europe-29521564> [29 de janeiro de 2018].
- BBC (2017a) “Syria chemical 'attack': What we know”, 26 de abril de 2017 <https://www.bbc.com/news/world-middle-east-39500947> [26 de fevereiro de 2018].
- BBC (2017b) “Syria war: US says flares fired at Russian jets”, 14 de dezembro de 2017 <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-42358150> [10 de maio de 2018].
- BBC (2017c) “Putin announces Russian troop withdrawal from Syria during visit”, 11 de dezembro de 2017 <http://www.bbc.com/news/world-middle-east-42307365> [6 de maio de 2018].
- Bebler, Anton (2015) “*The Russian-Ukrainian Conflict Over Crimea*”. Romanian Journal of European Affairs. 15(1), 35-54 [http://rjea.ier.ro/sites/rjea.ier.ro/files/articole/RJEA\\_2014\\_vol15\\_no1\\_art.3.pdf](http://rjea.ier.ro/sites/rjea.ier.ro/files/articole/RJEA_2014_vol15_no1_art.3.pdf) [10 de fevereiro de 2018].
- Berzina, Ieva (2014) “*Color revolutions: Democratization, Hidden Influence or Warfare?*”. Center for Security and Strategic Research, Working Paper no. 01/14 <http://www.naa.mil.lv/~media/NAA/AZPC/Publikacijas/WP%20Color%20Revolutions.ashx> [10 de abril de 2018].
- Berzins, Janis (2013) “*Civil War in Syria; Origins, Dynamics and Possible Solutions*”. National Defence Academy of Latvia, Center for Security and Strategic Research. Strategic Review no.7, August 2013 <http://www.naa.mil.lv/~media/NAA/AZPC/SA-07p.ashx> [22 de abril de 2018].
- Bezki, Egemen B. & Warhola, James W. (2013) “*The Return of President Putin and Russian–Turkish Relations: Where Are They Headed?*”. SAGE Open 2013. 3(3), 1–15 <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/2158244013503165#articleCitationDownloadContainer> [15 de abril de 2018].

- 
- Bianic, Ivo; Gligorov, Vladimir & Krastev, Ivan (2003) “*State, public goods and reform*”. Global Development Network Southeast Europe (GDN-SEE). Research Area: Understanding Reform <https://wiiw.ac.at/state-public-goods-and-reform-dlp-3291.pdf> [28 de abril de 2018].
- Bieler, Andreas (2014) “*Sample Lecture: The Anarchy Problematique and Sovereignty: Neo-Realism and State Power*” <http://andreasbieler.net/wp-content/files/Neo-realism.pdf> [5 de novembro de 2017].
- Bílková, Veronika (2015) “*The Use of Force by the Russian Federation in Crimea*”. ZaöRV 75 (2015), 27-50 [http://www.zaoerv.de/75\\_2015/75\\_2015\\_1\\_a\\_27\\_50.pdf](http://www.zaoerv.de/75_2015/75_2015_1_a_27_50.pdf) [23 de fevereiro de 2018].
- Blank, Stephen (2011) “*Russia’s Anxieties About the Arab Revolution*”. Foreign Policy Research Institute, July 2011 <https://www.fpri.org/docs/media/201107.blankrussiaarabspring.pdf> [4 de abril de 2018].
- Bloem, Willem & Oosterveld, Willem Theo (2017) “*The Rise and Fall of ISIS: From Evitability to Inevitability*”. The Hague Centre for Strategic Studies. <https://hcss.nl/sites/default/files/files/reports/The%20Rise%20and%20Fall%20of%20ISIS.pdf> [27 de abril de 2018].
- Boeke, Sergei & Van Zuijdewijn, Jeanine de Roy (2016) “*Transitioning from military interventions to long-term counter-terrorism policy: The case of Libya (2011-2016)*”. Leiden University – Institute of Security and Global Affairs [https://www.icct.nl/wp-content/uploads/2016/04/transitioning\\_from\\_military\\_intervention\\_libya\\_2016.pdf](https://www.icct.nl/wp-content/uploads/2016/04/transitioning_from_military_intervention_libya_2016.pdf) [10 de abril de 2018].
- Borshchevskaya, Anna (2016) “*Russia in the Middle East; Motives, Consequences, Prospects*”. The Washington Institute for Near East Policy <https://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/PF142-Borchevskaya.pdf> [20 de abril de 2018];
- Borshchevskaya, Anna (2017) “*The Tactical Side of Russia's Arms Sales to the Middle East*”. Jamestown Foundation, December 2017. <http://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/opeds/Borshchevskaya20171222-Jamestown.pdf> [5 de abril de 2018].
- Borshchevskaya, Anna (2018) “*Russia’s Goals Go beyond Damascus*”. Middle East Quarterly, Winter 2018. <http://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/opeds/Borshchevskaya20171204-MiddleEastQuarterly-MEQ.pdf> [1 de maio de 2018].
- Bowker, Mike (2011) “*The war in Georgia and the Western response*”. Central Asian Survey, 30(2), 197-211 <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/02634937.2011.570121> [20 de fevereiro de 2018].
- Boyle, Michael J. (2017) “*The Tragedy of Obama’s Foreign Policy*”. Foreign Policy Research Institute Current History. 116(786), 10-16 <http://www.currenthistory.com/Article.php?ID=1374> [1 de março de 2018].
- BP Report (2017) “*Statistical Review of World Energy, 66th edition*” <https://www.bp.com/content/dam/bp/en/corporate/pdf/energy-economics/statistical-review-2017/bp-statistical-review-of-world-energy-2017-full-report.pdf> [23 de janeiro de 2018].

Bracho, Gerardo C. & López, Julio G. (2005) “*The Economic Collapse of Russia*”. [http://www.networkideas.org/featart/nov2005/Economic\\_Collapse.pdf](http://www.networkideas.org/featart/nov2005/Economic_Collapse.pdf) [15 de janeiro de 2018].

Brockmeier, Sarah; Stuenkel, Oliver & Tourinho, Marcos (2016) “*The Impact of the Libya Intervention Debates on Norms of Protection*”. *Global Society*, 30(1), 113-133 <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13600826.2015.1094029> [14 de fevereiro de 2018].

Brudny, Yitzhak M. & Finkel, Evgeny (2012) “*No more colour! Authoritarian regimes and colour revolutions in Eurasia*”. *Democratization*. 19(1), 1-14.

Bush, George W. & Putin, Vladimir (2001). “Press Conference by President Bush and Russian Federation President”, 16 de junho de 2001 <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2001/06/20010618.html> [15 de fevereiro de 2018].

Bush, George W. (2002) “State of the Union Speech”, 29 de janeiro de 2002 <https://georgewbushwhitehouse.archives.gov/news/releases/2002/01/20020129-11.html> [10 de fevereiro de 2018].

Butfooy, A. (1997) “*Offence-defence theory and the security dilemma: The problem with marginalizing the context*”. *Contemporary Security Policy*. 18(3), 38-58 <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13523269708404168> [15 de outubro de 2017];

Cadier, David & Light, Margot (2015) *Russia’s Foreign Policy: Ideas, Domestic Politics and External Relations*. Palgrave Macmillan.

Casula, Phillip & Katz, Mark N. (2018) “The Middle East” in Tsygankov, Andrei P. (ed.). *Routledge Handbook of Russian Foreign Policy*. Routledge, 295-310.

CBS (2008) “Bush Condemns Russia's Attack On Georgia”, 10 de agosto de 2008 <https://www.cbsnews.com/news/bush-condemns-russias-attack-on-georgia/> [15 de fevereiro de 2018].

Clunan, Anne L. (2014) “*Historical aspirations and the domestic politics of Russia's pursuit of international status*”. *Communist and Post-Communist Studies*. 47, 281-290.

CNN (2003) “White House pressed on 'mission accomplished' sign”, 29 de outubro de 2003 <http://edition.cnn.com/2003/ALLPOLITICS/10/28/mission.accomplished/> [11 de fevereiro de 2018].

CNN (2012) “Obama warns Syria not to cross 'red line’”, 21 de agosto de 2012 <https://edition.cnn.com/2012/08/20/world/meast/syria-unrest/index.html> [7 de maio de 2018].

CNN (2015a) “So, who really won? What the Bush v. Gore studies showed”, 31 de outubro de 2015. <https://edition.cnn.com/2015/10/31/politics/bush-gore-2000-election-results-studies/index.html> [4 de março de 2018].

CNN (2015b) “Russia's Lavrov on Syria targets: 'If it looks like a terrorist, walks like a terrorist ...’”, 1 de outubro de 2015 <https://edition.cnn.com/2015/10/01/middleeast/russia-syria/index.html> [16 de maio de 2018].

CNN (2017a) “Syria: Suspected gas attack reportedly kills dozens”, 7 de abril de 2017 <https://www.cnn.com/2017/04/04/middleeast/idlib-syria-attack/index.html> [29 de março de 2018].



- CNN (2017b) “US will provide anti-tank weapons to Ukraine, State Dept. official says”, 23 de dezembro de 2017 <https://edition.cnn.com/2017/12/22/politics/us-ukraine-anti-tank-weapons-russia/index.html> [28 de março de 2018].
- CNN (2017c) “US says Russia intentionally violating Syria military agreement”, 22 de dezembro de 2017 <https://edition.cnn.com/2017/12/21/politics/us-says-russia-violating-syria-agreement/index.html> [26 de março de 2018].
- Conant, Eve (2014) “*Is The Cold War Back?*”. The National Geographic <https://news.nationalgeographic.com/news/2014/09/140912-cold-war-geography-russia-ukraine-sanctions/> [9 de março de 2018].
- Cooper, Julian (2016a) “*Russia's state armament programme to 2020: a quantitative assessment of implementation 2011-2015*”. FOI Report, FOI-R--4239—SE [https://www.researchgate.net/profile/Julian\\_Cooper2/publication/299338379\\_Russia%27s\\_state\\_armament\\_programme\\_to\\_2020\\_a\\_quantitative\\_assessment\\_of\\_implementation\\_2011-2015\\_FOI\\_Report/links/56f11db508aead0f31f235d/Russias-state-armament-programme-to-2020-a-quantitative-assessment-of-implementation-2011-2015-FOI-Report.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Julian_Cooper2/publication/299338379_Russia%27s_state_armament_programme_to_2020_a_quantitative_assessment_of_implementation_2011-2015_FOI_Report/links/56f11db508aead0f31f235d/Russias-state-armament-programme-to-2020-a-quantitative-assessment-of-implementation-2011-2015-FOI-Report.pdf) [28 de janeiro de 2018].
- Cooper, Julian (2016b) “*The military dimension of a more Militant Russia*”. Russian Journal of Economics. 2(2), 129-145.
- Coutinho, Luis Pereira P. (2017) *A Realidade Internacional: Introdução à Teoria das Relações Internacionais*. Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa.
- Cox, Michael & Stokes, Doug (2012) *US Foreign Policy*. Oxford University Press.
- Crane, Keith; Oliker, Olga; Schwartz, Lowell H. & Yusupov, Catherine (2009) *Russian Foreign Policy: Sources and Implications*. RAND Corporation.
- Crosston, Matthew D. (2014). “*Cold War and Ayatollah Residues Syria as a Chessboard for Russia, Iran, and the United States*”. Strategic Studies Quarterly. Winter 2014, 95-112. [http://www.airuniversity.af.mil/Portals/10/SSQ/documents/Volume-08\\_Issue-4/Crosston.pdf](http://www.airuniversity.af.mil/Portals/10/SSQ/documents/Volume-08_Issue-4/Crosston.pdf) [30 de abril de 2018].
- Dacey, Julien Barnes & Levy, Daniel (2013). “*The Regional Struggle for Syria*”. European Council on Foreign Relations. [http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR86\\_SYRIA\\_REPORT.pdf](http://www.ecfr.eu/page/-/ECFR86_SYRIA_REPORT.pdf) [30 de abril de 2018].
- Dadak, Casimir (2010) “*A New 'Cold War'?*” The Independent Review. 15 (1), 89–107.
- Dahlman, Carl (2002) “*The Political Geography of Kurdistan*”. Eurasian Geography and Economics. 43(4), 271-299.
- Dannreuther, Roland (2015) “*Russia and the Arab Spring: Supporting the Counter-Revolution*”. Journal of European Integration, 37(1), 77-94 <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07036337.2014.975990> [21 de abril de 2018].
- De Haas, Marcel & Schroder, Henning (2009) “*Russia's National Security Strategy*”. Russian analytical digest 62/09. 18 june, 2009. [https://www.files.ethz.ch/isn/101960/Russian\\_Analytical\\_Digest\\_62.pdf](https://www.files.ethz.ch/isn/101960/Russian_Analytical_Digest_62.pdf) [28 de janeiro de 2018].
- De Micco, Pasquale (2014) “*A cold winter to come? The EU seeks alternatives to Russian gas*”. Policy Department, Directorate-General for External Policies, October 2014

[http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2014/536413/EXPO\\_STU\(2014\)536413\\_EN.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2014/536413/EXPO_STU(2014)536413_EN.pdf) [23 de janeiro de 2018].

Dejevsky, Mary (2017) in The Guardian “As Syria’s war enters its endgame, the risk of a US-Russia conflict escalates”, 21 de junho de 2017 <https://www.theguardian.com/commentisfree/2017/jun/21/syria-war-endgame-us-russia-conflict-washington-moscow-accidental-war> [1 de junho de 2018].

Deyermond, Ruth (2016) “*The Uses of Sovereignty in Twenty-first Century Russian Foreign Policy*”. Europe-Asia Studies. 68 (6), 957-984.

Dostal, Michael Jorg (2014) “*Analyzing the domestic and international conflict in Syria: are there lessons from political science?*”. Centre Syria Studies. 6(1), 1-80. <https://ojs.st-andrews.ac.uk/index.php/syria/article/view/822/691> [28 de abril de 2018].

Dougherty, E. James & Pfaltzgraff, L. Robert (2001) *Contending Theories Of International Relations: A Comprehensive Survey*. Pearson Education-

Dumbrell, John (2002) “*Unilateralism and ‘America First’?: President George W. Bush’s Foreign Policy*”. The Political Quarterly Publishing. 73(3), 279-287. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/1467-923X.00468> [7 de março de 2018].

Eksi, Muharrem (2017) “*The Syrian Crisis as a Proxy War and the Return of the Realist Great Power Politics*”. Hybrid Warfare Special Issue. 1(2), 106-129. <http://dergipark.gov.tr/download/article-file/391797> [10 de maio de 2018].

Erenler, Muharrem (2012) “*Russia’s Arab Spring Policy*”. Bilge Strateji, Cilt 4, Sayı 6, Bahar 2012,167-191 <http://dergipark.gov.tr/download/article-file/43492> [23 de abril de 2018].

Eriksen, Mikkel Bogeskov (2017) “*Russia’s Engagement in Syria: What are Russia’s motives?*”. Royal Danish Defence College, Copenhagen, October 2017. <http://www.fak.dk/publikationer/Documents/udgave%202020Russias%20engagement%20in%20Syria.pdf> [2 de maio de 2018].

Estrin, Miriam R. & Shapiro, Jeremy (2014) “*The Proxy War Problem in Syria*”. Brookings. <https://www.brookings.edu/opinions/the-proxy-war-problem-in-syria/> [8 de maio de 2018].

European Council (2011) Extraordinary European Council (EUCO 7/1/11/REV 1), 11 de março de 2011 [https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/ec/119780.pdf](https://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/119780.pdf) [20 de março de 2018].

Feng, Liu & Ruizhuang, Zhang (2006) “*The Typologies of Realism*”. Chinese Journal of International Politics. 1(1), 2006, 109–134 <https://academic.oup.com/cjip/article-abstract/1/1/109/298728> [2 de novembro de 2017].

Fermor, Christopher (2011) “*NATO’s decision to intervene in Libya: Realist principles or humanitarian norms?*”. Journal of Politics and International Studies. 8 (2012/13), 323-361 <http://www.polis.leeds.ac.uk/assets/files/students/student-journal/ug-winter-12/130217-win12-chris-fermor-9.pdf> [4 de abril de 2018].

Fettweis, Christopher J. (2017) “*Unipolarity, Hegemony, and the New Peace*”. Security Studies. 26 (3), 423-451 <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09636412.2017.1306394> [20 de novembro de 2017].

- Financial Times (2015) “Capitalism has broken free of the shackles of democracy”, 1 de fevereiro de 2015 <https://www.ft.com/content/088ee78e-7597-11e4-a1a9-00144feabdc0> [10 de maio de 2018].
- Fraser, Derek (2008) “Taking Ukraine Seriously: Western and Russian Responses to the Orange Revolution” in Schmidtke, Oliver & Yekelchik, Serhy (eds). *Europe’s Last Frontier? Belarus, Moldova, and Ukraine between Russia and the European Union*. Palgrave Macmillan, 157-173.
- Freire, Maria Raquel (2006). “Looking East: The EU and Russia”. Oficina do CES. No. 61 <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/261/261.pdf> [28 de janeiro de 2018].
- Freire, Maria Raquel (2011) *A Rússia de Putin: Vetores Estruturantes da Política Externa*. Almedina.
- Freire, Maria Raquel & Kanet, Roger E. (2012) *Russia and its Near Neighbours*. Palgrave Macmillan. 2012 edition.
- Friedman, Brandon & Rabi, Uzi (2017) “Weaponizing Sectarianism in Iraq and Syria”. Foreign Policy Research Institute. 61(3), 423-438 <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0030438717300340> [4 de maio de 2018].
- Geranmayeh, Ellie & Liik, Kadri (2016) “The New Power Couple: Russia and Iran in the Middle East”. European Council on Foreign Relations [http://www.ecfr.eu/publications/summary/iran\\_and\\_russia\\_middle\\_east\\_power\\_couple\\_7113](http://www.ecfr.eu/publications/summary/iran_and_russia_middle_east_power_couple_7113) [13 de abril de 2018].
- Giacomini, Colin (2016) “U.S. Support for Moderate Syrian Rebels and Its Implications for National Security”. Prized Writing 2015-2016. <http://prizedwriting.ucdavis.edu/sites/prizedwriting.ucdavis.edu/files/users/mtrujil3/119PW%20Giacomini.pdf> [10 de maio de 2018].
- Giuli, Marco (2016) “Turkish Stream back on the agenda?”. European Policy Center. [http://www.epc.eu/pub\\_details.php?cat\\_id=4&pub\\_id=6903](http://www.epc.eu/pub_details.php?cat_id=4&pub_id=6903) [25 de março de 2018];
- Glaser, Charles (1997) “The Security Dilemma Revisited”. World Politics, 50(1), 171:201 <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/the-security-dilemma-revisited/0174D23352D9303257AAAC18911F3AB7> [5 de novembro de 2017].
- Global Economic Prospects: Weak Investment in Uncertain Times (2017). World Bank Group. <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/25823/9781464810169.pdf#page=24> [9 de janeiro de 2018].
- Gorenburg, Dmitry (2010) “Russia’s State Armaments Program 2020: is the third time the charm for militar modernization?”. CNA Strategic Studies, Ponars Eurasia Policy Memo. No. 125. [http://www.ponarseurasia.org/sites/default/files/policy-memos-pdf/pepm\\_125.pdf](http://www.ponarseurasia.org/sites/default/files/policy-memos-pdf/pepm_125.pdf) [25 de janeiro de 2018].
- Grodski, Radoslaw (2013) “Russia at the Turn of the 21st Century: Reconstruction of Power”. Przeglad Zachodni 2013, No. 2 <http://www.iz.poznan.pl/plik,pobierz,941,34c676e797e150be0479d38213b1c389/40-06-Grodzki-2013-II-262.pdf> [2 de fevereiro de 2018].
- Gros, Daniel & Mustilli, Frederica (2015). “The Economic Impact of Sanctions against Russia: Much ado about very little”. Centre for European Policy Studies. [https://www.ceps.eu/system/files/DGandFM\\_RussianSanctions.pdf](https://www.ceps.eu/system/files/DGandFM_RussianSanctions.pdf) [10 de março de 2018].

- Grygiel, Jakub J. & Mitchell, Wess A. (2016) *The Unquiet Frontier: Rising Rivals, Vulnerable Allies, and the Crisis of American Power*. Princeton University Press.
- Gunes, Cengiz & Lowe, Robert (2015) “*The Impact of the Syrian War on Kurdish Politics Across the Middle East*”. Chatham House. Middle East and North Africa Programme, Research Paper, July 2015. [https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/field/field\\_document/20150723SyriaKurdsGunesLowe.pdf](https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/field/field_document/20150723SyriaKurdsGunesLowe.pdf) [26 de abril de 2018].
- Gunter, Michael M. (2013). “*The Kurdish Spring*”. *Third World Quarterly*. 34(3), 441–457.
- Gurvich, Evasey & Prilepskiy, Ilya (2015) “*The impact of financial sanctions on the Russian economy*”. *Russian Journal of Economics*. 1(4), 359-385.
- Gurvich, Evsey & Kudrin, Alexey (2015) “*A new growth model for the Russian economy*”. *Russian Journal of Economics*. 1(1), 30-54.
- Gvosdev, Nikolas & Marsh, Christopher (2013) *Russian Foreign Policy: Interests, Vectors, and Sectors*. Cq Press.
- Hahn, Gordon M. (2003) “*The Impact of Putin's Federative Reforms on Democratization in Russia*”. *Post-Soviet Affairs*. 19(2), 114-153.
- Halvorson, Dan (2013) *States of Disorder Understanding State Failure and Intervention in the Periphery*. Routledge.
- Hansen, Birthe (2000) “The Unipolar World and its Dynamics” in Berthel, Heurlin & Birthe, Hansen (eds). *The New World Order: Contrasting Theories*. Palgrave Macmillan, 112-133;
- Harmer, Christopher (2012) “Russian Naval Base Tartus. Institute for the Study of War”. [http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Backgrounder\\_Russian\\_NavalBaseTartus.pdf](http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Backgrounder_Russian_NavalBaseTartus.pdf) [7 de maio de 2018].
- Heine, Jorge (2009) “*The Conflict in the Caucasus: Causing a New Cold War?*”. *India Quarterly: A Journal of International Affairs*. 65(1), 55-66.
- Herz, John H. (1950) “*Idealist Internationalism and the Security Dilemma*”. *World Politics*, 2(2), 157-180 <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/idealist-internationalism-and-the-security-dilemma/7094783665386FD81A25DF98C7EEC223> [20 de outubro de 2017].
- Hesli, Vicki L. & Reisinger, M. William (2003) *The 1999-2000 Elections in Russia: Their Impact and Legacy*. Cambridge University Press;
- Hill, Fiona (2013) “*The Real Reason Putin Supports Assad: Mistaking Syria for Chechnya*”. *Foreign Affairs*. <https://www.foreignaffairs.com/articles/chechnya/2013-03-25/real-reason-putin-supports-assad> [3 de maio de 2018].
- Hove, Mediel (2017) “*The Emergence of the New Cold War: The Syrian and Ukraine Conflicts*”. *Jadavpur Journal of International Relations*. 20(2), 135–156 <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0973598416680432> [26 de fevereiro de 2018].
- Hughes, Geraint Alun (2012). *My Enemy's Enemy: Proxy Warfare in International Politics*. Sussex Academic Press.
- Hughes, Geraint Alun (2014) “*Syria and the perils of proxy warfare*”. *Small Wars & Insurgencies*, 25(3), 522-538.

- Human Rights Watch Group (2009) “*Denial: Repression of Kurdish Political and Cultural Rights in Syria*”, 26 november, 2009 1-56432-560-1 <http://www.refworld.org/docid/4b0e4a6b2.html> [29 de abril de 2018].
- Humud, Carla E.; Pirog, Robert & Rosen Liana (2015) “*Islamic State Financing and U.S. Policy Approaches*”. Congressional Research Service, 7-5700, R43980 <https://fas.org/sgp/crs/terror/R43980.pdf> [20 de fevereiro de 2018].
- Ivanov, I.S. (ed.) (2015) “*Modern Russian-Iranian Relations: Challenges and Opportunities: Working Paper*”. Russian International Affairs Council <http://russiancouncil.ru/common/upload/WP14Russia-Iran-En.pdf> [18 de abril de 2018].
- Jervis, Robert (2003) “*Understanding The Bush Doctrine*”. *Political Science Quarterly*, 118(3), 365-388.
- Johnson, Dominic. D.P. & Thayer, Bradley A. (2015) “*The evolution of offensive realism: Survival under anarchy from the Pleistocene to the present*”. *Politics and the Life Sciences*. 35(1), 1-26 <https://www.cambridge.org/core/journals/politics-and-the-life-sciences/article/evolution-of-offensive-realism/56B778004187F70B8E59609BE7FEE7A4> [7 de novembro de 2018].
- Joshua, Segun & Olanrewaju, Faith (2015) “*The Diplomatic Dimensions of the Syrian Conflict*”. *Jadavpur Journal of International Relations*, 19(1), 43–63.
- Kaczmarek, Marcin (2014) “*Domestic Power Relations and Russia’s Foreign Policy*”. *Demokratizatsiya, The Journal of Post-Soviet Democratization* 22(3), 383-409.
- Kanet, E. Roger (2011) *Russian Foreign Policy in the 21st Century*. Palgrave Macmillan.
- Karagiannis, Emmanuel (2014) “*The Russian Interventions in South Ossetia and Crimea Compared: Military Performance, Legitimacy and Goals*”. *Contemporary Security Policy*. 35(3), 400-420.
- Katz, Mark N. (2006) “*Putin’s Foreign Policy Towards Syria*”. *Middle East Review of International Affairs*. 10(1), 53-62 <http://ebot.gmu.edu/bitstream/handle/1920/3024/Putin%20Syria%20MERIA.pdf?sequence=1&isAllowed=y> [3 de maio de 2018].
- Katz, Mark N. (2010) “Iran and Russia” in Robin Wright (ed.) in *The Iran primer: Power, Politics, and U.S. Policy*. United States Institute of Peace, 186–189.
- Katz, Mark N. (2011) “*Russia and the Arab Spring*”. *Russian Analytical Digest*. 98, 6 July 2011 [https://www.files.ethz.ch/isn/130883/Russian\\_Analytical\\_Digest\\_98.pdf](https://www.files.ethz.ch/isn/130883/Russian_Analytical_Digest_98.pdf) [25 de março de 2018].
- Kausch, Kristina (2015) “*Competitive Multipolarity in the Middle East*”. *The International Spectator*. 50(3), 1-15 <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03932729.2015.1055927> [25 de março de 2018].
- Keohane, Robert (1986) *Neorealism and Its Critics*. New York: Columbia University Press.
- Khan, Abdul Zahoor (2011). “*The Cold War in Southeast Asia: Vietnam Conflict*”. *International Journal of Business and Social Science*. 2 (12), 156-171 [http://ijbssnet.com/journals/Vol.2\\_No.12;July\\_2011/18.pdf](http://ijbssnet.com/journals/Vol.2_No.12;July_2011/18.pdf) [13 de maio de 2018].
- Khatib, Lina (2014) “*A Comprehensive Strategy for Syria: Next Steps for the West*”. Carnegie Endowment for International Peace. [http://carnegieendowment.org/files/comprehensive\\_syria\\_strategy.pdf](http://carnegieendowment.org/files/comprehensive_syria_strategy.pdf) [2 de maio de 2018].

- Khatib, Lina (2015) “*The Islamic State’s Strategy: Lasting and Expanding*”. Carnegie Endowment for International Peace. [https://carnegieendowment.org/files/islamic\\_state\\_strategy.pdf](https://carnegieendowment.org/files/islamic_state_strategy.pdf) [27 de abril de 2018].
- Kofman, Michael & Rojansky, Matthew (2018) “*What Kind of Victory for Russia in Syria?*”. Military Review. <http://www.armyupress.army.mil/Portals/7/Army-Press-Online-Journal/documents/Rojansky%2026%20Apr%2018.pdf> [9 de maio de 2018].
- Kolko, Gabriel (1985). *Anatomy of a War: Vietnam, the United States, and the Modern Historical Experience*. New York: Pantheon Books.
- Korolev, Alexander (2015) “*Bringing Geopolitics Back In: Russia’s Foreign Policy and Its Relations with the Post-Soviet Space*”. International Studies Review. 17(2), 298–312 <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/misr.12219> [20 de janeiro de 2018].
- Kozhanov, Nikolay (2013) “*Russian Support for Assad’s Regime: Is There a Red Line?*”. The International Spectator. 48(2), 25-31.
- Kozhanov, Nikolay (2014) “*Russian-Syrian Dialogue: Myths and Realities*”. The Journal of the Middle East and Africa. 5(1), 1-22.
- Kozhanov, Nikolay (2015) “*Understanding the Revitalization of Russian-Iranian Relations*”. Carnegie Moscow Center [https://carnegieendowment.org/files/CMC\\_Brief\\_CP\\_Kozhanov\\_Eng.pdf](https://carnegieendowment.org/files/CMC_Brief_CP_Kozhanov_Eng.pdf) [21 de abril de 2018].
- Krauthammer, Charles (1991) “*The Unipolar Moment*”. Foreign Affairs. 70(1), 23-33.
- Krieg, Andreas (2016) “*Externalizing the burden of war: the Obama Doctrine and US foreign policy in the Middle East*”. International Affairs. 92(1), 97–113 [https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/publications/ia/INTA92\\_1\\_05\\_Krieg.pdf](https://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/publications/ia/INTA92_1_05_Krieg.pdf) [25 de fevereiro de 2018].
- Kristensen, M. & Norris, S. Robert (2016) “*Russian nuclear forces, 2016*”. Bulletin of the Atomic Scientists 72 (3), 125-134.
- Kubicek, Paul (2009) “*The Commonwealth of Independent States: an example of failed regionalism?*”. Review of International Studies. 35, 237–256.
- Larson, Deborah Welch & Shevchenko, Alexei (2014) “*Russia says no: Power, status, and emotions in foreign policy*”. Communist and Post-Communist Studies. 47 (3-4), 269-279 <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0967067X14000610> [28 de fevereiro de 2018].
- Lavrov, Sergei in The Independent (2017a) “Russia-US relations 'worst since Cold War', Kremlin says”, 11 de abril de 2017 <https://www.independent.co.uk/news/uk/politics/russia-us-relations-worst-since-cold-war-kremlin-putin-donald-trump-syria-bombing-missile-strike-a7677956.html> [28 de outubro de 2017];
- Layne, Christopher (2002) “*The Poster Child for offensive realism*”: America as a global hegemon”. Security Studies. 12 (2), 120-164 <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09636410212120011> [10 de outubro de 2017].
- Legvold, Robert (2014) “*Managing The New Cold War: What Moscow and Washington Can Learn From the Last One*”. Foreign Affairs. 93(4) <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2014-06-16/managing-new-cold-war> [15 de março de 2018].

- Legvold, Robert (2016) *Return to Cold War*. Polity Press.
- Liñán, Miguel Vázquez (2010) “*History as a propaganda tool in Putin’s Russia*”. *Communist and Post-Communist Studies* 43(2), 167–178.
- Lister, Charles (2016) “*The Free Syrian Army: A decentralized insurgent brand*”. The Brookings Project on U.S. Relations with the Islamic World. Analysis Paper, No. 26, November 2016. [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/11/iwr\\_20161123\\_free\\_syrian\\_army.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/11/iwr_20161123_free_syrian_army.pdf) [28 de abril de 2018].
- Maass, Citha D. (1999) “*The Afghanistan conflict: External involvement*”. *Central Asian Survey*. 18(1), 65-78.
- Madsen, Marianne M. & Selsbæk, Simone S. (2012) “*The Responsibility to Protect and the Intervention in Libya*”, Department of Society and Globalisation, Roskilde University <https://core.ac.uk/download/pdf/12521776.pdf> [5 de fevereiro de 2018].
- Magen, Zvi & Lindenstrauss, Gallia (2013) “*Russian-Turkish Relations: Contemporary Dilemmas of Past Empires*”. *Strategic Assessment*. 16(2), 61-70 <http://docplayer.net/52922273-Russian-turkish-relations-contemporary-dilemmas-of-past-empires.html> [4 de abril de 2018].
- Maitra, Sumantra (2014) “*Understanding Putin’s Foreign And Economic Policy Correlation: How Russia used its economy as a weapon under Putin*”. *The Nottingham Economic Review* [https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=2405234](https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2405234) [4 de fevereiro de 2018].
- Malashenko, Alexey (2013) *Russia and the Arab Spring*. Carnegie Moscow Center.
- Mankoff, Jeffrey (2009) *Russian Foreign Policy: The Return of Great Power Politics*. Rowman & Littlefield Publishers, Inc.
- Marshall, Tim (2017) *Prisioneiros da Geografia*. Desassossego, julho 2017.
- Mastanduno, Michael; Ikenberry, John G. & Wohlforth, William C. (2009) “*Unipolarity, State Behavior, and Systemic Consequences*”. *World Politics*. 61(1), 1–27 <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/unipolarity-state-behavior-and-systemic-consequences/5E8FBB9CDC77C7CC0463AFA3455872A3> [3 de novembro de 2017].
- Mearsheimer, J. John (2014) “*Why the Ukraine Crisis Is the West’s Fault*”. *Foreign Affairs*. <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/Ukraine%20Article%20in%20Foreign%20Affairs.pdf> [10 de março de 2018].
- Mearsheimer, John (1990) “*Back to the Future: Instability in Europe After the Cold War*”. *International Security*. 15(1), 5-56 <http://www.jstor.org/stable/2538981> [3 de dezembro de 2017].
- Mearsheimer, John (2001) *The Tragedy of Great Power Politics*. W.W. Norton & Company, New York, London.
- Mearsheimer, John (2006) “Structural Realism” in Dunne, Tim; Kurki, Milija & Smith, Steve (eds) *International Relations Theories: Discipline and Diversity*. Oxford University Press, 71-88.
- Mearsheimer, John (2010) “*Imperial by Design*”. *The National Interest*. 111, Jan/Feb 2011. <http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0059.pdf> [13 de março de 2018];
- Monaghan, Andrew (2012) “*The vertikal: power and authority in Russia*”. *International Affairs*. 88(1), 1–16;

- Monaghan, Andrew (2015) “A ‘New Cold War’?: Abusing History, Misunderstanding Russia”. Chatham House [http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/field/field\\_document/20150522ColdWarRussiaMonaghan.pdf](http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/field/field_document/20150522ColdWarRussiaMonaghan.pdf) [6 de março de 2018].
- Monteiro, Nuno P. (2011) “Unrest Assured: Why Unipolarity Is Not Peaceful” *International Security*, 36(3), 9-40 [https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/ISEC\\_a\\_00064](https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/ISEC_a_00064) [20 de novembro de 2017].
- Moscow News (2012) “Russia's Place in a Changing World”, 27 de fevereiro de 2012 <http://worldmeets.us/Moskovskiy.Novosti000001.shtml#axzz53iimxsve> [12 de janeiro de 2018];
- Mumford, Andrew (2013) “Proxy Warfare and the Future of Conflict”. *The RUSI Journal*, 158(2), 40-46.
- NATO (1997) Founding Act on Mutual Relations, Cooperation and Security between NATO and the Russian Federation signed in Paris, France. [https://www.nato.int/cps/su/natohq/official\\_texts\\_25468.htm](https://www.nato.int/cps/su/natohq/official_texts_25468.htm) [16 de março de 2018].
- Nephew, Richard & Weiss, Andrew S. (2016) “The Role of Sanctions in U.S.-Russia Relations”. Carnegie Endowment for International Peace. [https://carnegieendowment.org/files/6-29-16\\_Weiss\\_and\\_Nephew\\_Sanctions\\_clean.pdf](https://carnegieendowment.org/files/6-29-16_Weiss_and_Nephew_Sanctions_clean.pdf) [10 de março de 2018].
- Newnham, Randall E. (2011) “Oil, carrots, and sticks: Russia’s energy resources as a foreign policy tool”. *Journal of Eurasian Studies* 2(2), 134–143.
- Newnham, Randall E. (2013) “Pipeline politics: Russian energy sanctions and the 2010 Ukrainian elections”. *Journal of Eurasian Studies*. 4(2), 115-122.
- Newnham, Randall E. (2015) “Georgia on my mind? Russian sanctions and the end of the ‘Rose Revolution’”. *Journal of Eurasian Studies*, 6(2), 161-170 <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S187936651500010X> [28 de fevereiro de 2018].
- Nizameddin, Talal (2013) *Putin’s New Order in the Middle East*. C Hurst & Co Publishers Ltd – 2013.
- Norloff, Carla (2010) *America's global advantage: US hegemony and international cooperation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norton, Augustus Richard (2007) “The Role of Hezbollah in Lebanese Domestic Politics”. *The International Spectator*. 42(4), 475-491 <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/03932720701722852> [14 de dezembro de 2017].
- Novak, Michael (1982) *The Spirit of Democratic Capitalism*. Simon & Schuster.
- Nye, Joseph S. (2002) *The paradox of American power: why the world's only superpower can't go it alone*. Oxford University Press, 2002.
- Obama, Barack (2011) President Obama: "The future of Syria must be determined by its people, but President Bashar al-Assad is standing in their way.", 18 de agosto de 2011 <https://obamawhitehouse.archives.gov/blog/2011/08/18/president-obama-future-syria-must-be-determined-its-people-president-bashar-al-assad> [6 de maio de 2018].



- Obama, Barack (2012) “Statement by the President on Syria”, 4 de fevereiro de 2012 <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2012/02/04/statement-president-syria> [7 de maio de 2018].
- Obama, Barack (2014a) “Statement by the President on Ukraine”, 17 de março de 2015 <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2014/03/17/statement-president-ukraine> [22 de fevereiro de 2018].
- Obama, Barack, (2014b) “Obama condemns Russia for Ukraine violence”; rules out U.S. military involvement”, 28 de agosto de 2014 <https://www.pbs.org/newshour/world/u-s-condemns-russias-invasion-ukraine> [5 de março de 2018].
- Obama, Barack (2015). “Press Conference by the President”. <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2015/10/02/press-conference-president> [15 de maio de 2018].
- Oldberg, Ingmar (2010) “*Russia’s Great Power Strategy under Putin and Medvedev*”. Swedish Institute of International Affairs. No.1 <https://www.ui.se/globalassets/ui.se-eng/publications/ui-publications/russias-great-power-strategy-under-putin-and-medvedev-min.pdf> [30 de janeiro de 2018].
- Ozbay, Fatih (2011) “*The Relations between Turkey and Russia in the 2000s*”. Perceptions. Autumn 2011, 16(3), 69-92 <http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2012/02/FatihOzbay.pdf> [2 de abril de 2018].
- Ozertem, Hasan Selim (2017) “*Turkey and Russia: A Fragile Friendship*”. Turkish Policy Quarterly. 15(4), 121-134 [http://turkishpolicy.com/files/articlepdf/turkey-and-russia-a-fragile-friendship\\_en\\_4553.pdf](http://turkishpolicy.com/files/articlepdf/turkey-and-russia-a-fragile-friendship_en_4553.pdf) [5 de abril de 2018].
- Panova, Victoria V. (2008) “*Russia and Evolution of the Heiligendamm Process*” in Antkiewicz, Agata & Cooper, Andrew F. (eds) *Emerging Powers in Global Governance Lessons from the Heiligendamm Process*. Wilfrid Laurier University Press, 285-306.
- Papava, Vladimer (2009) “*The End of the Frozen Cold War*”. Caucasian Review of International Affairs. 3 (1), 98-102 [http://papava.info/publications/End%20of%20the%20Frozen%20Cold%20War\\_Vladimer%20Papava.pdf](http://papava.info/publications/End%20of%20the%20Frozen%20Cold%20War_Vladimer%20Papava.pdf) [15 de março de 2018].
- Parent, Joseph M. & Rosato, Sebastian (2015) “*Balancing in Neorealism*”. International Security. 40(2), 51–86 [https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/ISEC\\_a\\_00216](https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/ISEC_a_00216) [20 de novembro de 2017].
- Paulraj, Nansi (2016) “*The JCPOA and Changing Dimensions of the Russia–Iran Relations*”. Contemporary Review of the Middle East. 3(1), 95–110.
- Perra, Antonio (2016) “*From the Arab Spring to the Damascus Winter: The United States, Russia and the New Cold War*”. Contemporary Review of the Middle East. 3(4), 363–386.
- Pfaff, Anthony C. (2017) “*Proxy War Ethics*”. Journal of National Security Law & Policy. 9(305). [http://jnsplp.com/wp-content/uploads/2018/01/Proxy\\_War\\_Ethics\\_2.pdf](http://jnsplp.com/wp-content/uploads/2018/01/Proxy_War_Ethics_2.pdf) [10 de maio de 2018].
- Phillips, Christopher (2016) *The Battle for Syria: International Rivalry in the New Middle East*. Yale University Press.
- Phythian, Mark (2006) “*The Perfect Intelligence Failure? US Pre-War Intelligence on Iraqi Weapons of Mass Destruction*”. Politics and Policy. 34(2), 400-424

<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1747-1346.2006.00019.x> [10 de março de 2018].

Pichon, Eric (2015) “*Understanding the rise of ISIL/Da'esh (the 'Islamic State')*”. *European Parliamentary Research Service Understanding the rise of ISIL/Da'esh (the 'Islamic State')*”. European Parliamentary Research Service [2 de maio de 2018].

Pipe, Kennedy Caroline & Welch, Stephen (2005) “*Russia and the United States After 9/11*”. *Terrorism and Political Violence*, 17(1-2), 279-291 <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09546550490520736> [15 de março de 2018].

Pirog, Robert (2007) “*Russian Oil and Gas Challenges*”. *Connections*. 6(3), 82-99. <http://www.jstor.org/stable/26323300> [14 de março de 2017].

Plakoudas, Spyridon (2015) “*Putin, Assad and Geopolitics*”. *Middle East Review of International Affairs*. 19(3), 34-40 <http://www.rubincenter.org/wp-content/uploads/2016/02/Plakoudas-YC-au2-PDF.pdf> [1 de maio de 2018].

Pollack, Kenneth M. (2013) “*Breaking the Stalemate: The Military Dynamics of the Syrian Civil War and Options for Limited U.S. Intervention*”. Brookings. [https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/08\\_Pollack\\_Syria.pdf](https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/08_Pollack_Syria.pdf) [10 de maio de 2018].

Pommier, Bruno (2011) “*The use of force to protect civilians and humanitarian action: the case of Libya and beyond*”. *International Review of the Red Cross*. 93(88), 1063-1083 <https://www.icrc.org/fre/assets/files/review/2011/irrc-884-pommier.pdf> [20 de março de 2018].

Putin, Vladimir (1999) “Russia at the Turn of the Millenium”, December 31, 1999 <http://pages.uoregon.edu/kimball/Putin.htm> [3 de janeiro de 2018].

Putin, Vladimir (2002) “Speech to the Federal Assembly”, April 18, 2002. <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/21567> [5 de janeiro de 2018].

Putin, Vladimir (2007) “Speech and the Following Discussion at the Munich Conference on Security Policy”, 10 de fevereiro de 2007 <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034> [8 de janeiro de 2018].

Putin, Vladimir (2014) “Address by President of the Russian Federation”, 18 de março de 2014 <http://en.kremlin.ru/events/president/news/20603> [5 de março de 2018].

Rahaman, Shafiqur (2016) “*Syrian Civil War: A Historical Study from the Russian Perspectives*”. *International Journal of Humanities Social Sciences and Education*. 3(10), 7-13.

Reuters (2008) “Russia army vows steps if Georgia and Ukraine join NATO”, 11 de abril de 2008 <https://www.reuters.com/article/us-russia-nato-steps/russia-army-vows-steps-if-georgia-and-ukraine-join-nato-idUSL1143027920080411> [3 de março de 2018].

Reuters (2015) “Syria gets Russian arms under deals signed since conflict began: Assad”, 30 de março de 2015 <https://www.reuters.com/article/us-syria-crisis-russia-arms/syria-gets-russian-arms-under-deals-signed-since-conflict-began-assad-idUSKBN0MQ0RK20150330> [30 de abril de 2018].

Reuters (2016) “Russia and Turkey sign gas deal, seek common ground on Syria as ties warm”, 10 de outubro de 2016 <https://www.reuters.com/article/us-energy-summit-turkey->

[russia/russia-and-turkey-sign-gas-deal-seek-common-ground-on-syria-as-ties-warm-idUSKCN12A244](#) [25 de março de 2018].

Reuters (2017) “Russia establishing permanent presence at its Syrian bases: RIA”, 26 de dezembro de 2017 <https://www.reuters.com/article/us-mideast-crisis-syria-russia-bases/russia-establishing-permanent-presence-at-its-syria-bases-ria-cites-minister-idUSKBN1EK0HD> [10 de maio de 2018].

Richards, Adigbu Ebere (2014) “*Cold War Resurgence: The Case of Syrian Uprising*”. IOSR Journal Of Humanities And Social Science. 19(8), Ver. II, 39-47.

Roberts, Kari (2004) “*Empire Envy: Russia-US Relations post 9/11*”. Journal of Military and Strategic Studies. 6(4), 1-23.

Rodkiewicz, Witold (2017) “*Russia’s Middle Eastern policy: regional ambitions, global objectives*”. Centre for Eastern Studies, No. 71 [https://www.osw.waw.pl/sites/default/files/studies\\_71\\_russias\\_middle\\_eastern\\_policy\\_net.pdf](https://www.osw.waw.pl/sites/default/files/studies_71_russias_middle_eastern_policy_net.pdf) [2 de abril de 2018].

Rogin, Josh (2009) “*Confirmed: Obama to “surge” 30,000 troops to Afghanistan and “begin” withdrawal in July 2011*”. Foreign Policy. 1 de dezembro de 2009 <http://foreignpolicy.com/2009/12/01/confirmed-obama-to-surge-30000-troops-to-afghanistan-and-begin-withdrawal-in-july-2011/> [14 de fevereiro de 2018].

Roth, Mitchel P. & Sever, Murat (2007) “*The Kurdish Workers Party (PKK) as Criminal Syndicate: Funding Terrorism through Organized Crime, A Case Study*”. Studies in Conflict & Terrorism. 30(10), 901-920.

Rumer, Eugene B. (2007) *Russian Foreign Policy Beyond Putin*. Routledge; 1st edition;

Russia Today (2008) “*Georgia’s departure from the CIS – What happened?*”, 9 de outubro de 2008. <https://www.rt.com/news/georgias-departure-from-the-cis-what-happened/> [15 de janeiro de 2018].

Russia Today (2011a) “*Russia opposes NATO participation in Libya operation- Medvedev*”, 14 de abril de 2011 <https://www.rt.com/politics/russia-opposes-participation-medvedev/> [21 de março de 2018].

Russia Today (2011b) “*Russia accuses NATO of going beyond UN resolution on Libya*”, 17 de abril de 2011 <https://www.rt.com/news/russia-nato-un-resolution-libya/> [21 de março de 2018].

Sakwa, Richard (2008) “*“New Cold War’ or twenty years’ crisis?*”. Russia and international politics. International Affairs. 84(2), 241–267.

Sakwa, Richard (2011) “*Nota de Abertura: A Política Externa Russa Contextualizada*” in Freire, Maria Raquel (2011). *A Rússia de Putin: Vetores Estruturantes da Política Externa*. Almedina, 11-25.

Sakwa, Richard (2013) “*The cold peace: Russo-Western relations as a mimetic cold war*”. Cambridge Review of International Affairs. 26(1), 203-224 <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09557571.2012.710584> [11 de março de 2018].

Shamieh, Luna & Zoltán, Szenes (2015) “*The Rise of Islamic State of Iraq and Syria (ISIS)*”. AARMS 14(4), 363–378 <https://www.uni-nke.hu/document/uni-nke-hu/aarms-2015-4-shamieh.original.pdf> [29 de abril de 2018].

- Shehaan, J. Michael (1996) *The Balance of Power: History and Theory*. Taylor & Francis, 1996;
- Shevstova, Lilia (2005). Putin's Russia. Carnegie Endowment for International Peace;
- Shevstova, Lilia (2007) "*Post-communist Russia: a historic opportunity missed*". *International Affairs*. 83 (5), 891–912;
- Shiping Tang (2009) "*The Security Dilemma: A Conceptual Analysis*". *Security Studies*, 18(3), 587-623 <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09636410903133050> [15 de novembro de 2017].
- Shleifer, Andrei & Treisman, Daniel (2005) "*A Normal Country: Russia After Communism*". *Journal of Economic Perspectives*. 19(1), 151–174.
- Siddiqui, Fazzur Rahman (2016). "*Evolution of Syrian Crisis and Analyzing the Role of Russia: A Game Changer*". *Indian Council of World Affairs* <https://icwa.in/pdfs/IB/2014/EvolutionofSyrianCrisisIB14012016.pdf> [2 de maio de 2018];
- Simão, Licínia (2014) "*Ucrânia: entre jogos geopolíticos e a força das ideias*". *JANUS* 2014. [http://janusonline.pt/images/anuario2014/1.22\\_LiciniaSimao\\_Ucrania.pdf](http://janusonline.pt/images/anuario2014/1.22_LiciniaSimao_Ucrania.pdf) [10 de abril de 2018].
- Simola, Heli & Solanko, Laura (2017) "*Overview of Russia's oil and gas sector*". Bank of Finland, BOFIT Institute for Economies in Transition. BOFIT Policy Brief 5/2017, 19 May 2017.
- Skidmore, David (2005) "*Understanding the Unilateralist Turn in U.S. Foreign Policy*". *Foreign Policy Analysis*. 1(2), 207–228. <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1743-8594.2005.00010.x> [25 de março de 2018].
- Snauwaert, T. Dale (2004) "*The Bush Doctrine and Just War Theory*". *OJPCR: The Online Journal of Peace and Conflict Resolution* 6(1), 121-135 [http://www.trinstitute.org/ojpcr/6\\_1snau.pdf](http://www.trinstitute.org/ojpcr/6_1snau.pdf) [28 de fevereiro de 2018].
- Snyder, Glenn H. (2002) "*Mearsheimer's World: Offensive Realism and The Struggle for Security*". *International Security*. 27(1), 149-173 <https://www.mitpressjournals.org/doi/10.1162/016228802320231253> [15 de novembro de 2017].
- Sorenson, David (2016). *Syria in Ruins: The Dynamics of the Syrian Civil War*. Praeger Security International.
- Spaulding, Haul (2015) "*Russia's False ISIS Narrative in Syria*". Institute for the Study of War. [http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Russia%20False%20Narrative%20in%20Syria\\_1.pdf](http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Russia%20False%20Narrative%20in%20Syria_1.pdf) [9 de maio de 2018].
- Steele, Jonathan (2015) "*New Cold War?*". Underwater Battlespace, Nottingham, UK: Spokesman Books. 21-30 <http://www.spokesmanbooks.com/Spokesman/PDF/131Steele.pdf> [20 de março de 2018].
- Stein, Aaron (2017). "*Reconciling U.S.-Turkish Interests in Northern Syria*". Council on Foreign Relations. [https://cfrd8-files.cfr.org/sites/default/files/pdf/2017/02/Discussion\\_Paper\\_Stein\\_Syria\\_Turkey\\_OR.pdf](https://cfrd8-files.cfr.org/sites/default/files/pdf/2017/02/Discussion_Paper_Stein_Syria_Turkey_OR.pdf) [27 de abril de 2018].

Stent, Angela (2016) “*Putin’s Power Play in Syria; How to Respond to Russia’s Intervention*”. *Foreign Affairs*, 95(1), 106-113. <https://www.foreignaffairs.com/articles/usa/2015-12-14/putins-power-play-syria> [9 de maio de 2018].

Stephen F Jones (2006) “*The Rose Revolution: A Revolution without Revolutionaries?*”. *Cambridge Review of International Affairs*. 19(1), 33-48 <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09557570500501754> [11 de março de 2018].

Stern, Jonathan; Pirani, Simon & Yafimava, Katja (2009). *The Russo-Ukrainian gas dispute of January 2009: a comprehensive assessment*. Oxford Institute for Energy Studies, February 2009.

Stlantchev, Branislav L. (2014) ”*National Security Strategy: The Vietnam War, 1954-1975*” <http://pages.ucsd.edu/~bslantchev/courses/nss/lectures/vietnam-war.pdf> [10 de maio de 2018].

Stockholm International Peace Research Institute (2017a), SIPRI Military Expenditure Database. <https://www.sipri.org/sites/default/files/Milex-constant-2015-USD.pdf> [10 de janeiro de 2018].

Stockholm International Peace Research Institute (2017b), SIPRI Military Expenditure Database. <https://www.sipri.org/sites/default/files/Milex-share-of-GDP.pdf> [10 de janeiro de 2018].

Tadman, Kyle (2014) “*An American Provocation: U.S. Foreign Policy during the Soviet-Afghanistan War*”. *Western Illinois Historical Review*. 5, 31-64 <http://www.wiu.edu/cas/history/wihr/pdfs/Tadman-AnAmericanProvocationVol5.pdf> [10 de maio de 2018].

Taliaferro, Jeffrey W. (2001) “*Security Seeking Under Anarchy: Defensive Realism Revisited*”. *International Security*. 25(3), 128–161 [http://www.rochelleterman.com/ir/sites/default/files/taliaferro%202001\\_0.pdf](http://www.rochelleterman.com/ir/sites/default/files/taliaferro%202001_0.pdf) [6 de dezembro de 2017].

Talukdar, Indrani (2016) “*Russia’s Strategic Interest in Syria*”. *Indian Council of World Affairs*. <https://icwa.in/pdfs/IB/2014/RussiaStrategicInterestinSyriaIB16052016.pdf> [1 de maio de 2018].

Tarzi, Shah M. (2014) “*The Folly of a Grand Strategy of Coercive Global Primacy: A Fresh Perspective on the Post-9/11 Bush Doctrine*”. *International Journal on World Peace*. 31 (3), 27-52 <https://eds.b.ebscohost.com/eds/detail/detail?vid=0&sid=a45cee30-06e0-4ccf-b166-f71ef37064f4%40sessionmgr120&bdata=JkF1dGhUeXB1PWlwLGNvb2tpZSxzGzZsYV5nPXBLWJyJnNpdGU9ZWRzLWxpdmUmc2NvcGU9c2l0ZQ%3d%3d#AN=98323177&db=a9h> [10 de março de 2018].

TASS (2017a) “*Putin calls US strikes against Syria 'aggression against sovereign country'*”, 7 de abril de 2018 <http://tass.com/politics/939920> [15 de março de 2018].

TASS (2017b) “*Russia’s operation in Syria two years on — victory over terrorism is near.*”, 30 de dezembro de 2017 <http://tass.com/defense/968260> [5 de maio de 2018].

TASS (2017c) “*Moscow cements deal with Damascus to keep 49-year presence at Syrian naval and air bases*”, 20 de janeiro de 2017 <http://tass.com/defense/926348> [10 de maio de 2018].

Tema, Malvina (2014) “*Basic Assumptions in Game Theory and International Relations*”. *International Relations Quarterly*, 5(1), 1-4 <http://www.southeast->

[europe.org/pdf/17/dke\\_17\\_a\\_e\\_Malvina-Tema\\_Game-Theory-and-IR.pdf](http://europe.org/pdf/17/dke_17_a_e_Malvina-Tema_Game-Theory-and-IR.pdf) [3 de dezembro de 2017].

Terhalle, Maximilian (2011) “*Is Unipolarity Peaceful?*”. *International Studies*. 48(3&4), 317–324 <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0020881713485025> [20 de novembro de 2017].

The Atlantic (2017) “Russia to Treat U.S. Military Aircraft in Syria as 'Targets'”, 19 de junho de 2017 <https://www.theatlantic.com/news/archive/2017/06/russia-syria/530757/> [1 de junho de 2018].

The Daily Mail (2013) “Now hundreds of Syrian rebels defect to Al Qaeda: 'Civil war within the civil war' weakens the battle to topple Assad“, 20 de setembro de 2013 <http://www.dailymail.co.uk/news/article-2426854/Syrian-rebels-defect-Islamists-western-backed-groups-say-jihadists-undermining-revolution.html> [10 de maio de 2018].

The Diplomat (2009) “Western Vs. Authoritarian Capitalism”, 18 de junho de 2009 <https://thediplomat.com/2009/06/western-vs-authoritarian-capitalism/> [10 de maio de 2018].

The European Strategist (2012) “Why Russia will never back down? Reasons behind supporting the Assad regime”, 20 de junho de 2012 <http://www.eurstrat.eu/why-russia-will-never-back-down-reasons-behind-supporting-the-assad-regime/> [30 de abril de 2018].

The Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2000. <https://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm> [8 de janeiro de 2018].

The Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2008. <http://en.kremlin.ru/supplement/4116> [9 de janeiro de 2018].

The Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2013. [http://www.mid.ru/en/foreign\\_policy/official\\_documents//asset\\_publisher/CptICk6B6BZ29/content/id/122186](http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents//asset_publisher/CptICk6B6BZ29/content/id/122186) [11 de janeiro de 2018].

The Foreign Policy Concept of the Russian Federation, 2016. [http://www.mid.ru/en/foreign\\_policy/official\\_documents//asset\\_publisher/CptICk6B6BZ29/content/id/2542248](http://www.mid.ru/en/foreign_policy/official_documents//asset_publisher/CptICk6B6BZ29/content/id/2542248) [12 de janeiro de 2018].

The Guardian (2007) “Russia threatening new cold war over missile defence”, 11 de abril de 2007 <https://www.theguardian.com/world/2007/apr/11/usa.topstories3> [2 de março de 2018].

The Guardian (2012a) “Syria resolution vetoed by Russia and China at United Nations”, 4 de fevereiro de 2012 <https://www.theguardian.com/world/2012/feb/04/assad-obama-resign-un-resolution> [7 de maio de 2018].

The Guardian (2012b) “Syria will receive attack helicopters from Russia”, Kremlin confirms”, 28 de junho de 2012 <https://www.theguardian.com/world/2012/jun/28/syria-receive-attack-helicopter-russia?newsfeed=true> [30 de abril de 2018].

The Guardian (2014) “EU and US impose sweeping economic sanctions on Russia”, 29 de julho de 2014 <https://www.theguardian.com/world/2014/jul/29/economic-sanctions-russia-eu-governments> [10 de março de 2018].

The Guardian (2015a) “US axes \$500m scheme to train Syrian rebels, says NYT”, 9 de outubro de 2015 <https://www.theguardian.com/world/2015/oct/09/us-to-axe-5-scheme-train-syrian-rebels-nyt> [8 de maio de 2018].

The Guardian, (2015b) “Vladimir Putin bids for major world role as his forces move into Syria”, 27 de setembro de 2015 <https://www.theguardian.com/world/2015/sep/27/vladimir-putin-russia-military-syria-satellite> [5 de maio de 2018].

The Guardian (2015c) “Russian parliament grants Vladimir Putin right to deploy military in Syria”, 30 de setembro de 2015 <https://www.theguardian.com/world/2015/sep/30/russian-parliament-grants-vladimir-putin-right-to-deploy-military-in-syria> [5 de maio de 2018].

The Guardian (2015d) “US-backed Syrian rebels say they have been hit by Russian airstrikes”, 1 de outubro de 2015 <https://www.theguardian.com/world/2015/oct/01/russia-launches-fresh-airstrikes-on-syria-targets> [15 de maio de 2018].

The Guardian (2017) “Trump threatens to rip up Iran nuclear deal unless US and allies fix 'serious flaws'”, 13 de outubro de 2007 <https://www.theguardian.com/us-news/2017/oct/13/trump-iran-nuclear-deal-congress> [2 de março de 2018].

The Independent (2017b) “Syria airstrike: US military bombs pro-Assad forces”, 18 de maio de 2017 <https://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/syria-air-strike-bombing-assad-forces-trump-attack-us-white-house-latest-news-updates-a7743641.html> [9 de maio de 2018].

The New York Times (2008) “Bush, Sending Aid, Demands that Moscow Withdraw”, 13 de agosto de 2008 <https://www.nytimes.com/2008/08/14/world/europe/14georgia.html?mtrref=www.google.pt&gwh=A209E1EEA500309609B4DB071DD0C226&gwt=pay> [1 de março de 2018].

The New York Times (2009) “White House Scraps Bush’s Approach to Missile Shield”, 17 de setembro de 2009 [http://www.nytimes.com/2009/09/18/world/europe/18shield.html?\\_r=1&hp](http://www.nytimes.com/2009/09/18/world/europe/18shield.html?_r=1&hp) [5 de março de 2018].

The New York Times (2013) “U.S. and Russia Reach Deal to Destroy Syria’s Chemical Arms”, 14 de setembro de 2013 [https://www.nytimes.com/2013/09/15/world/middleeast/syria-talks.html?pagewanted=all&\\_r=0](https://www.nytimes.com/2013/09/15/world/middleeast/syria-talks.html?pagewanted=all&_r=0) [7 de maio de 2018].

The New York Times (2017a) “Russia Warns U.S. After Downing of Syrian Warplane”, 19 de junho de 2017 <https://www.nytimes.com/2017/06/19/world/middleeast/russia-syria.html> [1 de junho de 2018].

The New York Times (2017b) “Trump Ends Covert Aid to Syrian Rebels Trying to Topple Assad”, 19 de julho de 2017 <https://www.nytimes.com/2017/07/19/world/middleeast/cia-arming-syrian-rebels.html> [8 de maio de 2018].

The Scotsman (2012) “Syria: Moscow sends navy vessels to Syrian port”, 19 de junho de 2012 <https://www.scotsman.com/news/world/syria-moscow-sends-navy-vessels-to-syrian-port-1-2362099> [30 de abril de 2018].

The Telegraph (2007) “Russia piles pressure on EU over missile shield”, 15 de novembro de 2007 <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1569495/Russia-piles-pressure-on-EU-over-missile-shield.html> [2 de março de 2018].

The Telegraph (2008) “Stay away, Vladimir Putin tells NATO”, 5 de abril de 2008 <https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/1584027/Stay-away-Vladimir-Putin-tells-Nato.html> [3 de março de 2018].

The Telegraph (2015) “US-trained Division 30 rebels 'betray US and hand weapons over to al-Qaeda's affiliate in Syria'”, 22 de setembro de 2015

<https://www.telegraph.co.uk/news/worldnews/middleeast/syria/11882195/US-trained-Division-30-rebels-betrayed-US-and-hand-weapons-over-to-al-Qaeda-affiliate-in-Syria.html> [8 de maio de 2018].

The Telegraph (2017) “Vladimir Putin announces he will run for president again in 2018”, 6 de dezembro de 2017 <http://www.telegraph.co.uk/news/2017/12/06/putin-announces-will-run-president-2018/> [12 de janeiro de 2018].

The Wall Street Journal (2014) “Advanced U.S. Weapons Flow to Syrian Rebels”, 18 de abril de 2014 <https://www.wsj.com/articles/advanced-u-s-weapons-flow-to-syrian-rebels-1397862200> [8 de maio de 2018].

The Washington Post (2013) “CIA begins weapons delivery to Syrian rebels”, 11 de setembro de 2013 [https://www.washingtonpost.com/world/national-security/cia-begins-weapons-delivery-to-syrian-rebels/2013/09/11/9fcf2ed8-1b0c-11e3-a628-7e6dde8f889d\\_story.html?noredirect=on&utm\\_term=.a973a00a60df](https://www.washingtonpost.com/world/national-security/cia-begins-weapons-delivery-to-syrian-rebels/2013/09/11/9fcf2ed8-1b0c-11e3-a628-7e6dde8f889d_story.html?noredirect=on&utm_term=.a973a00a60df) [10 de maio de 2018].

The White House (2003) “Operation Iraqi Freedom: Coalition Members”. <https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030327-10.html> [5 de março de 2018];

The World Bank: GDP growth (annual %) (2017). [https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=RU&name\\_desc=false](https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=RU&name_desc=false) [20 de janeiro de 2018];

Tichý, Lukáš (2014) “*Security and Foreign Policy of Dmitry Medvedev in the Period 2008–2012*”. The Journal of Slavic Military Studies. 27(4), 533-552.

Toft, Peter (2005) “*John J. Mearsheimer: an offensive realist between geopolitics and power*”. Journal of International Relations and Development. 8(4), 381-408 <https://link.springer.com/article/10.1057/palgrave.jird.1800065> [14 de novembro de 2017].

Tomja, Alida (2014) “*Polarity and International System Consequences*”. Interdisciplinary Journal of Research and Development. 1(1), 57-61 <http://www.uamd.edu/al/new/wp-content/uploads/2015/01/A.Tomja-9.pdf> [18 de novembro de 2017].

Trenin, Dmitri (2010) “*Russia’s Policy in the Middle East: Prospects for Consensus and Conflict with the United States*”. The Century Foundation [https://carnegieendowment.org/files/trenin\\_middle\\_east.pdf](https://carnegieendowment.org/files/trenin_middle_east.pdf) [28 de março de 2018].

Trenin, Dmitri (2013) “*The Mythical Alliance: Russia’s Syria Policy*”. Carnegie Endowment for International Peace. [https://carnegieendowment.org/files/mythical\\_alliance.pdf](https://carnegieendowment.org/files/mythical_alliance.pdf) [3 de maio de 2018].

Trenin, Dmitri (2014a) “*Russia’s Breakout from the Post-Cold War System: The Drivers of Putin’s Course*”. Moscow: Carnegie Moscow Center. [http://carnegieendowment.org/files/CP\\_Trenin\\_Putin2014\\_web\\_Eng.pdf](http://carnegieendowment.org/files/CP_Trenin_Putin2014_web_Eng.pdf) [21 de janeiro de 2018].

Trenin, Dmitri (2014b) “*The Ukraine Crisis and the Resumption of Great-Power Rivalry*”. Carnegie Moscow Center. Disponível em [http://carnegieendowment.org/files/ukraine\\_great\\_power\\_rivalry2014.pdf](http://carnegieendowment.org/files/ukraine_great_power_rivalry2014.pdf) [24 de março de 2018].

Trenin, Dmitri (2016) “*Russia in the Middle East: Moscow’s Objectives, Priorities and Policy Drivers*”. Carnegie Endowment for International Peace



[https://carnegieendowment.org/files/03-25-16\\_Trenin\\_Middle\\_East\\_Moscow\\_clean.pdf](https://carnegieendowment.org/files/03-25-16_Trenin_Middle_East_Moscow_clean.pdf) [29 de março de 2018].

Trenin, Dmitri (2017) *What is Russia up to in the Middle East?*. Polity Press.

Trenin, Dmitri (2018) “*The New Cold War is Boiling Over in Syria*”. *Foreign Policy*, 14 de abril de 2018 <http://foreignpolicy.com/2018/04/14/the-new-cold-war-is-boiling-over-in-syria/> [1 de junho de 2018].

Trenin, Dmitri in *Global Times* (2014) West and Russia now in permanent crisis, 4 de abril de 2011. <http://www.globaltimes.cn/content/889958.shtml> [9 de março de 2018].

Trump, Donald (2016a) “Donald Trump: Obama-Clinton foreign policy has been "disaster", 27 de abril de 2016 <https://www.youtube.com/watch?v=OMiaslMhVTU> [25 de fevereiro de 2018].

Trump, Donald (2016b) “Killing Gaddafi & Saddam was a Mistake. I Support Putin - Donald Trump”, 12 de junho de 2016 <https://www.youtube.com/watch?v=8PLakxfrzKM> [25 de fevereiro de 2018].

Trump, Donald (2016c) “Trump on Russia: We are not bound to be adversaries”, 27 de abril de 2016 <https://www.youtube.com/watch?v=wk7Luhi0AVY> [28 de fevereiro de 2018].

Trump, Donald (2017) “Trump Inauguration Speech (FULL) ABC News”, 20 de janeiro de 2017 <https://www.youtube.com/watch?v=sRBsJNdK1t0> [28 de fevereiro de 2018].

Tsygankov, Andrei P. (2006) *Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity*. Rowman & Littlefield Publishers, 1st edition.

Tsygankov, Andrei P. (2008) “*Russia's International Assertiveness: What Does It Mean for the West?*”. *Problems of Post-Communism*. 55(2), 38-55.

Tsygankov, Andrei P. (2015) “*Vladimir Putin's Last Stand: The Sources of Russia's Ukraine Policy*”. *Post-Soviet Affairs*. 31(4), 279–303 <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1060586X.2015.1005903?journalCode=rpsa20> [9 de março de 2018].

Tsygankov, Andrei P. (2016) *Russia's Foreign Policy: Change and Continuity in National Identity*. Rowman & Littlefield Publishers, 4th edition.

Tucker, Colin (2014) “*The Islamic State: Origins, Goals, and Future Implications*“. The Eurasia Center [https://eurasiacenter.org/publications/ISIS\\_Briefing\\_Colin\\_Tucker.pdf](https://eurasiacenter.org/publications/ISIS_Briefing_Colin_Tucker.pdf) [5 de maio de 2018].

Tziampiris, A. (2015). *The Emergence of Israeli-Greek Cooperation*. Springer.

Unger, David (2016) “*The Foreign Policy Legacy of Barack Obama*“. *The International Spectator*. 51(4), 1-16 <http://www.iai.it/sites/default/files/unger.pdf> [7 de março de 2018].

United Nations Security Council Meeting (2011) (S/PV.6498): Situation in Libya, 17 de março de 2011 [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/PV.6498](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/PV.6498) [20 de março de 2018].

United Nations Security Council Resolution 1973 (2011), S/RES/1973, 17 março 2011, [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=S/RES/1973\(2011\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1973(2011)) [2 de fevereiro de 2018].

United Nations Security Council Resolution 68/282 (2014). Territorial Integrity of Ukraine. [http://www.un.org/en/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/68/262](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/262) [5 de março de 2018].



- Weinstein, Adam (2007) “*Russian Phoenix: The Collective Security Treaty Organization*”. The Whitehead Journal of Diplomacy and International Relations, Winter/Spring 2007 <http://blogs.shu.edu/diplomacy/files/archives/13-Weinstein.pdf> [2 de fevereiro de 2018].
- Westheider, James E. (2007). *The Vietnam War*. Greenwood Press.
- Williams, Brian Glyn (2014) “*Afghanistan after the Soviets: From jihad to tribalism*”. Small Wars & Insurgencies. 25(5-6), 924-956.
- Williams, Ryan T. (2011) “*Dangerous Precedent: America’s Illegal War of Afghanistan*”. 33 U. Pa. J. Int’l L. 563 (2011). <https://scholarship.law.upenn.edu/jil/vol33/iss2/4/> [14 de fevereiro de 2018].
- Wilson, Jeanne L. (2009) “*Coloured Revolutions: The View from Moscow and Beijing*”. Journal of Communist Studies and Transition Politics,.25(2-3), 369-395.
- Woehrel, Steven (2009) “*Kosovo: Current Issues and U.S. Policy*”. Congressional Research Service 7-5700, RS21721. <https://fas.org/sgp/crs/row/RS21721.pdf> [22 de janeiro de 2018].
- Wohlforth, William C. (1999) “*The Stability of a Unipolar World*”. International Security. 24(1), 5–41 <https://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/016228899560031> [8 de dezembro de 2017].
- Wohlforth, William C. (2009) “*Unipolarity, Status Competition, and Great Power War*”. World Politics. 61(1), 28–57 <https://www.cambridge.org/core/journals/world-politics/article/unipolarity-status-competition-and-great-power-war/3BCD0B8AB97EB360AD84C32658AF6906> [7 de dezembro de 2017].
- Wolczuk, Kataryna (2016) “*Managing the flows of gas and rules: Ukraine between the EU and Russia*“. Eurasian Geography and Economics, 57(1), 113-137.
- Xiaodong, Zhao (2012) “*The Shanghai Cooperation Organisation and Counter-Terrorism Cooperation*“. Institute for Security and Development Policy, 2012.
- Yeisley, Mark O. (2011) “*Bipolarity, Proxy Wars, and the Rise of China*“. Strategic Studies Quarterly.5(4),75-91 [http://www.airuniversity.af.mil/Portals/10/SSQ/documents/Volume-05\\_Issue-4/Yeisley.pdf](http://www.airuniversity.af.mil/Portals/10/SSQ/documents/Volume-05_Issue-4/Yeisley.pdf) [10 de maio de 2018].
- Zakurtseva, Tatiana (2007) “The Current Foreign Policy of Russia“ in Iwashita A, Akihiro (ed.): *Eager Eyes Fixed on Eurasia*. Slavic Research Center, 87-112.
- Ziadeh, Rawan (2009) “*The Kurds in Syria: Fueling Separatist Movements in the Region?*“. United States Institute of Peace. <https://www.files.ethz.ch/isn/98742/sr220.pdf> [30 de abril de 2018].
- Zvi, Shay Har (2016) “*The Return of the Russian Bear to the Middle East*“. Middle East Security Studies No. 120. <https://besacenter.org/wp-content/uploads/2016/06/msps120.pdf> [24 de abril de 2018].

